

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

CULTURA POLÍTICA, SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA E INTERNET: UM ESTUDO
DE CASO COM OS ESTUDANTES DE ENSINO MÉDIO DE RIO PARDO/RS

JOSÉ HENRIQUE MACHADO ROBALLO

Porto Alegre, 18 de novembro de 2011.

JOSÉ HENRIQUE MACHADO ROBALLO

CULTURA POLÍTICA, SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA E INTERNET: UM ESTUDO
DE CASO COM OS ESTUDANTES DE ENSINO MÉDIO DE RIO PARDO/RS.

Dissertação de mestrado em Ciência Política como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Orientador: Dr. Cesar Marcelo Baquero Jacome

Porto Alegre, 18 novembro de 2011.

José Henrique Machado Roballo

CULTURA POLÍTICA, SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA E INTERNET: UM ESTUDO
DE CASO COM OS ESTUDANTES DE ENSINO MÉDIO DE RIO PARDO/RS.

Dissertação de mestrado em Ciência
Política como requisito parcial para a
obtenção do título de mestre em Ciência
Política pela Universidade Federal do Rio
Grande do Sul.

Aprovado em 18 de novembro de 2011.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Cesar Marcelo Baquero Jacome (ORIENTADOR PPG/CP – UFRGS)

Prof. Dr. Rodrigo Stump González (PPG/CP – UFRGS)

Profa. Dra. Patrícia Cunha (UFPEL)

Profa. Dra. Bianca de Freitas Linhares (NUPESAL – UFRGS)

AGRADECIMENTOS

Nesse momento da dissertação, venho fazer um agradecimento especial a quem mais se esforçou pelo trabalho, ou seja, a mim mesmo. Mas seria muito egoísmo acreditar que essa pesquisa teria ocorrido unicamente pelo meu esforço individual. Na certeza desta afirmação vejo que o meu “eu” seria impossível sem a colaboração de diversos outros “eus” que das mais variadas formas também empenharam seus esforços para a concretização desse trabalho. Em homenagem a vocês, seguem-se os agradecimentos

Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior pela concessão da bolsa de mestrado que permitiu minha dedicação ao trabalho que se segue.

Agradeço ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política por oportunizar o convívio com professores de alto gabarito, sem eles e suas contribuições esse trabalho não seria possível.

Agradeço ao Prof. Dr. Cesar Marcelo Baquero Jacome, que esteve sempre à disposição para orientar e oferecer as críticas pertinentes para essa pesquisa. Junto a ele, aproveito para agradecer a presença e disponibilidade dos professores que compõem a banca de avaliação da dissertação.

Agradeço ao Prof. Eduardo Corsetti, com quem compartilhei três anos de trabalho durante a graduação e por sempre ter ressaltado a importância e a necessidade de cursar o mestrado para o aprimoramento da carreira acadêmica e docente.

Agradeço a minha família, principalmente na figura de minha mãe e meu pai. A minha mãe pela compreensão e o apoio nos momentos mais complicados desse processo árduo de escrever uma dissertação de mestrado. Ao meu pai, que mesmo um pouco mais distante, sempre teve uma palavra de amizade e consolo quando parecia que tudo ia ruir.

Agradeço aos colegas de trabalho do Departamento Médico-Legal que a sua maneira colaboraram suprimindo minhas ausências aos plantões durante muitas vezes desde a graduação até os dias de hoje e que nos momentos de mais angústia busquei em

suas piadas e situações engraçadas um descanso para o cérebro. Meus amigos Júnior, Gilmar, Hugo, Joel, Telmo, Paim, Edmilson, Marcelo, Israel, Eni, Irajá, Manoel, Leandro Custódio, Leandro Fraga, Clóvis Fraga, Clóvis, Domingos, Júlio, Alexandre, Álvaro (in memoriam), João, Emerson, Paulo, Jonas e Jean, sem vocês e nossos momentos de descontração, seria impossível viver.

Agradeço ao meu caro amigo João Chiarelli, que mesmo cursando mestrado na Federal de São Carlos está sempre colaborando com suas críticas e sugestões para todas as empreitadas que realizei.

Agradeço à Escola Estadual de Ensino Médio Fortaleza, local onde aprendi na prática que o magistério é muito mais que reproduzir o conhecimento, escrever e explicar coisas, mas, sim, é conviver com os alunos e, com eles, aprender, rir e chorar das diversas situações. Como não posso citar todos os professores e servidores da escola, agradeço aos representantes da direção pela colaboração na pesquisa, nas pessoas dos Profs. Ailton Zambarda, Mariângela Xavier, Maria Carolina e Elimar Barros. Não menos importante é necessário agradecer aos estudantes do ensino médio do turno da manhã do Fortaleza que se dispuseram prontamente a responder o questionário da pesquisa.

Por fim, agradeço a Amanda Machado que foi muito mais que uma amiga e uma colega de mestrado. Foi a pessoa que tornou este período do curso mais ameno, menos doloroso e solitário e que nas diversas vezes em que pensei desistir de tudo soube me fazer ver a importância deste processo de formação. Seria impossível concluir a dissertação que se segue sem a tua presença e apoio.

RESUMO

A presente dissertação propõe a discutir a internet e a juventude a luz da abordagem culturalista da Ciência Política. O tema em questão versa sobre a análise da socialização política e o uso da internet por parte dos jovens estudantes matriculados no ensino médio regular do município de Rio Pardo, região central do Rio Grande do Sul. Objetiva-se com a pesquisa interpretar a cultura política e o perfil de socialização constituída nos jovens e a influência destas características nos hábitos de acesso da internet. Especificamente, propõe-se traçar o posicionamento político dos jovens de ensino médio do município de Rio Pardo, no que tange aos seus posicionamentos mais ou menos democráticos; captar seus hábitos de consumo da internet, identificando suas páginas mais acessadas e para qual finalidade; mensurar o interesse da população escolhida por assuntos afeitos ao mundo da política formal e informal; e, mapear diferenças de opinião política por gênero, etnia/cor, renda e ano escolar. Para tal análise foram propostas as seguintes hipóteses: há uma correlação entre o perfil demográfico dos estudantes de ensino médio e a cultura política presente na população analisada e o acesso de sítios na internet (acesso a informações sobre política ou temas afeitos à área); as variáveis de gênero, etnia/cor, renda e ano escolar são importantes para entender a relação que os estudantes têm com o que é acessado na internet e o interesse pela política. A pesquisa constitui-se em um estudo de caso junto aos alunos de ensino médio da Escola Fortaleza. A coleta dos dados foi composta de duas fases, sendo a primeira um *survey*, onde foi entrevistado oitenta e um alunos. Na segunda fase foram selecionados dez alunos para entrevistas semiestruturadas. Os dados resultantes do *survey* foram analisados no programa estatístico SPSS (*Statistical Package for the Social Science*); já os dados da segunda fase serviram para aprofundar questões sobre cultura política, socialização política, valores democráticos e internet. Preliminarmente, verifica-se que a população apresenta os valores democráticos pouco desenvolvidos o que acarreta a subestimação do uso da internet como ferramenta de troca de informações e comunicação política.

Palavras-chave: cultura política; socialização política, internet e juventude.

ABSTRACT

This thesis aims to discuss the Internet and youth based on the Political Science culturalist approach. This subject deals with the analysis of political socialization and Internet use made by young students enrolled in regular high school of Rio Pardo, in the center of Rio Grande do Sul State. The goal of the research is to interpret the political culture and the socialization profile of these young students as well as the influence of these characteristics in Internet access. It is proposed specifically to track the political position of these students of Rio Pardo in relation to their positions more or less democratic; to find out their habits of Internet use through the identification of the most visited web pages and the reason they do it; to measure the interest of the studied public in formal and informal politics and to map differences of political opinions according to gender, ethnicity/color, income and school years. In order to do this analysis, the following hypothesis have been proposed: there is a correlation between the demographic profile and the political culture of the students and the websites they visit on Internet (access to information about politics or related subjects); the variables of gender, color/ethnicity, income and school years are important for understanding the relation these students have with what they access on Internet and their interest in politics. This research is a study case with high school students of Fortaleza School. Data collection consisted of two phases: the first was a *survey* in which eighty-one students were interviewed and in the second one ten students were selected for semi-structured interviews. The data resulting from the survey were analyzed in SPSS (Statistical Package for Social Science), while the second phase data were useful to deepen questions about political culture, political socialization, democratic values and Internet. In a first moment, it seems that the studied population has democratic values not developed which leads to underestimation of the use of the Internet as a tool for exchange information and political communication.

Keywords: political culture; political socialization; Internet; youth.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Idade.....	74
Tabela 2 – Sexo x ano escolar.....	75
Tabela 3 – Idade x ano escolar.....	75
Tabela 4 – Cor/etnia x ano escolar.....	76
Tabela 5 – Frequência de Renda familiar.....	77
Tabela 6 – Cor/etnia x renda familiar.....	78
Tabela 7 – Quem decide as coisas mais importante na sua família.....	82
Tabela 8 – Você acredita ser importante participar das decisões da sua cidade.....	82
Tabela 9 – Você julga importante a sua opinião na vida escolar.....	83
Tabela 10 – Você participa das decisões da escola.....	84
Tabela 11 – Organizações sociais x porcentagem de não-participação.....	85
Tabela 12 – Você acredita que os seus pais fazem tudo para lhe ajudar.....	87
Tabela 13 – Você confiaria a um amigo algo de muito valor para você (valor sentimental/monetário).....	87
Tabela 14 – Confiança em professores, direção e funcionários da escola.....	88
Tabela 15 – Você se interessa por assuntos políticos.....	90
Tabela 16 – Você conversa sobre política com os seus familiares.....	91
Tabela 17 – Quais dos grupos você menos tolera.....	93
Tabela 18 – O que é democracia para você.....	96
Tabela 19 – Onde você costuma acessar a internet.....	101
Tabela 20 – Sexo x Interesse por política.....	105
Tabela 21 – Idade x Interesse por política.....	106

Tabela 22 – Ano escolar x Interesse por política.....	107
Tabela 23 – Cor/etnia x Interesse por política.....	108
Tabela 24 – Renda familiar x Interesse por política.....	108

LISTA DE SIGLAS

ARPA: Advanced Research Projects Agency

ARPANET: Advanced Research Projects Agency Net

CDL: Câmara de Dirigentes Lojistas

DCA: Defense and Communication Agency

EJA: Educação de Jovens e Adultos

IP: Internet Protocol

IPTO: Information Processing Techniques

MILNET: Military Net

NSF: National Science Foundation

SM: Salário mínimo

TCP: Transmission Control Protocol

WWW: World Wide Web

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
1.1 APRESENTAÇÃO	11
1.2 OBJETIVOS E HIPÓTESES	16
1.3 REFERENCIAL TEÓRICO	18
2 QUADRO TEÓRICO	23
2.1 CULTURA POLÍTICA.....	24
2.2 SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA.....	35
2.3 INTERNET	42
2.4 JUVENTUDE.....	50
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	60
3.1 ESTUDO DE CASO	60
3.2 SURVEYS.....	63
3.3 ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA.....	66
4 ANÁLISE DOS DADOS	68
4.1 HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE RIO PARDO	68
4.2 DADOS DEMOGRÁFICOS DE RIO PARDO	70
4.3 DADOS DEMOGRÁFICOS DA ESCOLA FORTALEZA.....	72
4.4 CULTURA POLÍTICA E O ACESSO À INTERNET	79
4.5 INTERESSE POR POLÍTICA E O ACESSO À INTERNET	104
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	120
REFERÊNCIAS.....	126
ANEXO A – QUESTIONÁRIO APLICADO A ESCOLA FORTALEZA	132
ANEXO B – QUESTÕES DISCUTIDAS NA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA... 	137

1 INTRODUÇÃO

A introdução desta dissertação encontra-se dividida em três: apresentação, onde são discutidas questões gerais sobre o tema da dissertação e quais seus limites temporais; objetivos e hipóteses, momento em que se apresentam os objetivos traçados, as hipóteses testadas e a metodologia usada para a coleta e análise dos dados; por fim, o referencial teórico, espaço reservado para o debate dos conceitos norteadores da pesquisa, cultura política, socialização política, internet e juventude.

1.1 APRESENTAÇÃO

O modelo social vivenciado na realidade brasileira é resultado de uma mistura entre diferenciados padrões de participação política, os quais podem ser verificados a partir dos dados de recentes pesquisas (SCHMIDT, 2001; NAZZARI 2006; BAQUERO 2008) nas quais se busca entender o desenvolvimento das instituições e a consolidação de mecanismos e práticas políticas afeita a valores mais democráticos no país. Esses estudos destacam a existência de uma cultura política híbrida, a qual se caracteriza por um descompasso entre as predisposições atitudinais democráticas e as práticas comportamentais pouco democráticas encontradas nos cidadãos.

O cenário social, tanto passado quanto o atual, aponta para esse descompasso, mas tal realidade não é fruto somente do campo político. Presenciam-se hoje um período de incertezas e constantes crises sociais e econômicas. Reflexo de um mundo globalizado e cada vez mais conectado, as mudanças nos valores sociais são sentidos em diversos pontos do planeta, uma vez que a informação corre a passos largos pelos recantos do mundo.

No entanto, não são somente os valores da sociedade que estão mudando rapidamente. A crise também está instaurada no campo econômico. O pacote neoliberal, implementado em diversas regiões do mundo a partir da década de setenta e mais densamente em fins da década de oitenta e começo dos anos noventa na América Latina vem cada vez mais se renovando. O seu modelo econômico voltado para a manutenção

da exploração da mão de obra por parte do mercado e o esfarelamento de instituições da modernidade, como o Estado, os partidos políticos e os sindicatos, servem para consolidar ainda mais o modelo descompassado da cultura política nos países com democracias em vias de consolidação, como é o caso dos Estados latino-americanos e em nosso caso em tela o Brasil.

Nesse contexto social, onde os problemas locais tornam-se questões de vulto global. Alguns autores apontam para a necessidade de se observar o esgotamento do projeto moderno de sociedade (BAUMAN, 1998, 1999) e a difusão de valores pós-modernos e pós-materiais (BAUMAN, 2001; INGLEHART, 1997), constituindo uma nova cultura política (SANTOS, 2006), com base nesses valores.

Esse novo projeto de sociedade vem exigindo um papel similar do processo de “aprendizagem” da vida em sociedade preconizado por autores modernos. É necessário formar cidadãos que saibam interagir com essa nova sociedade, portanto, instituições como a família, a escola, os grupos religiosos, a mídia, o trabalho e demais organizações de pessoas cumprem ainda um papel importante para socializar os cidadãos para a vida nessa nova realidade. Mas qual sociedade é essa afinal?

A sociedade a qual nos referimos vive um novo padrão de tempo e espaço. Pensando primeiramente no espaço, as noções clássicas de território, esfera pública e o binômio local/global acabam sofrendo ressignificações. As possibilidades abertas pela mídia hoje nos permite viver sensações em tempo real. O tempo no contexto neoliberal corre mais rápido, não há mais tempo a perder com o modelo de comunicação emissor-receptor, é imperativo haver maior agilidade e nisso a internet vem cumprindo um papel importante na disseminação quase instantânea de informações, conhecimentos e da própria comunicação interpessoal. Segundo Pierre Lévy (1996; 1999) e Castells (2003b) esse processo ressignificou a noção de território, esfera pública e a ideia de local/global.

No que tange à noção de território, há uma vinculação direta com a ideia de local/global. Não há mais como pensar atualmente o território no modelo clássico da política, pois mesmo essa parte constituinte do Estado sofre reformulações na sua noção e na importância da manutenção de um território delimitado por fronteiras claras. Nisso se agrega também o fenômeno da desterritorialização da informação, principalmente quando ela se encontra na mídia virtual, pois ela, ao mesmo tempo, está e não está.

Como aponta Maffesoli (2004), a informação encontra-se em um não-lugar, no momento em que está circulando pela web.

Processo similar ocorre com o binômio local/global. Nos dias atuais, está se tornando cada vez mais fácil adquirir informações e entrar em contato com quem se encontra mais afastado, pela própria facilidade que a mídia oferece. Além da informação, ficamos mais sensibilizados com o problema global do que os problemas ocorridos ao lado de nossa casa.

A esfera pública, nesse novo quadro, passa por uma reformulação importante. No modelo da polis grega, o deslocamento para participar das decisões da cidade era algo primordial para o desenvolvimento das deliberações. Habermas (1984) dialoga com esse modelo e fala da reformulação da esfera pública a partir das práticas políticas burguesas. No entanto, a sociedade atual não disponibiliza mais tempo para que os cidadãos participem ativamente se deslocando para a ágora (esfera pública) com o espírito participativo e deliberativo de nossos clássicos da Ciência Política. Ao contrário, cada dia são criados mecanismos para facilitar essa participação, dentre eles, a web vem assumindo um importante papel, como indica Castells (2003a) ao falar do surgimento da ágora digital vinculada ao modelo de cidade digital¹.

[...] a Internet é mais que um mero instrumento útil a ser usado porque está lá. Ela se ajusta às características básicas do tipo de movimento social que está surgindo na Era da Informação. [...] Para desenvolver uma analogia histórica, a constituição do movimento operário na Era Industrial não pode ser isolada da fábrica industrial como seu cenário organizacional [...] a Internet não é simplesmente uma tecnologia: é um meio de comunicação (como eram os pubs) e é a infraestrutura material de uma determinada forma organizacional: a rede [...].

Ante a esse modelo de sociedade estruturado pelas redes de comunicação alimentadas pelo advento da internet, cabe fazer um questionamento quanto ao processo de “aprendizagem” para ser cidadão nessa sociedade da informação.

¹ Conforme Sampaio e Roballo (2010), a internet pode ser dividida em quatro estágios de participação política: informativo, experimental, amálgama e online, para os estudos sobre orçamentos participativos. Em cada um desses estágios há um crescente de participação política via internet, onde o modelo mais complexo é o online. Nesse estágio a participação política é totalmente virtual, prescindindo da participação presencial.

Todo esse novo sistema instaurado a partir dos avanços tecnológicos e da sociedade globalizada não prescinde da existência e atuação de um cidadão efetivamente politizado e preocupado em participar da vida política da sociedade em que está inserido. Ante a essa lógica, os jovens, grupo de maiores usuários da internet², conforme demonstra o Informe Latinobarometro de 2008, são cada vez mais exigidos a tomar um posicionamento atuante nesse modelo social.

Estudos a cerca da juventude (NOVAES; VIANA, 2005; BAQUERO, 2008a; BAQUERO; BAQUERO, 2005; SCHMIDT, 2001b; NAZZARI, 2006) apontam que esse grupo é constantemente cobrado a se posicionar como protagonista na sociedade, para que se consolide um modelo mais democrático e justo. Entretanto, o processo de socialização política disponível para os jovens, conforme Schmidt (2001b), Baquero e Baquero (2007) e Nazzari (2006), indica um baixo desenvolvimento das práticas participativas e cidadãs entre esses mesmos jovens em diversas agências socialização, as mesmas que deveriam formar as bases para que a juventude se posicione ativamente nos campos da sociedade e da política. Não ocorre um processo de formação de valores democráticos nas agências socializadoras em que o jovem está inserido, como podemos ver na família e na escola, duas instituições cruciais para o “aprendizado” da juventude.

A família continua sendo moldada a partir de uma estrutura patriarcal em que pais e filhos não conseguem estabelecer canais comunicativos para a tomada de decisões juntos. Além disso, a escola não consegue criar relações democráticas na relação professor, direção, servidores e aluno e muito menos propor um planejamento de estudos emancipatórios a ser construídos e aplicados por todos os participantes da vida escolar.

A mídia, conforme já apontava Putnam (1995), extrapola o seu círculo de abrangência, ocupando um papel cada vez maior na formação dos valores sociais entre os jovens. Os hábitos de consumo da televisão e da internet (Latinobarômetro, 2008 e PNAD, 2005) apontam esses veículos como os mais comuns para os jovens. Diante disso, torna-se pertinente problematizar o papel socializador que a internet tem

² Os jovens constituem-se como os maiores usuários da internet, apesar de haver um crescimento de outros estratos etários no consumo da web. O Informe Latinobarômetro de 2008 aponta serem os jovens 60% dos usuários da web em contraposição aos 23% do grupo entre 41-60 anos e 8% entre os maiores de 60 anos. No entanto, comparando-se com resultados demonstrados por Castells, esses números revelam o crescimento do acesso à internet em nossa realidade social.

assumido entre esse grupo social. Cabe ainda considerar que os estudos sobre a web são ainda recentes, situando-se nas análises voltadas para a comunicação social; portanto, torna-se importante avaliar esse potencial de socialização dessa mídia a partir do viés político e sociológico.

Com base nessa realidade, esta dissertação tem como temática norteadora analisar a socialização política e o uso da internet por parte dos jovens³ estudantes matriculados no ensino médio regular do município de Rio Pardo, região central do Rio Grande do Sul. Objetiva-se examinar a influência que a socialização política exerce sobre os hábitos de consumo da internet e se as páginas a tratar de assuntos políticos são acessadas por esses jovens.

Sposito (2009) propôs um estudo da produção bibliográfica sobre a temática da juventude, onde analisa dissertações e teses da Educação, Serviço Social e Ciências Sociais (Ciência Política, Antropologia e Sociologia) de 1999 a 2006. Nesse material verificamos o pouco interesse das Ciências Sociais em abordar temas acerca da juventude, política e novas tecnologias da informação e comunicação (NTICs). Quando a análise é voltada a literatura da Ciência Política, mais especificamente os estudos sobre cultura política e socialização política, percebe-se não somente a carência como, até o recorte temporal da pesquisa, a total ausência de discussões vinculando a socialização política e as páginas acessadas na internet por parte dos estudantes de ensino médio, bem como de outros estratos sociais⁴.

Setton (2009) destaca que o déficit das pesquisas sobre juventude é maior ainda se focalizarmos a influência dessas informações produzidas pelas novas tecnologias de informação e comunicação como mecanismo de formação de valores democráticos mais sólidos e de cidadãos mais críticos e participativos de assuntos afeitos à política. Em seu

³ Apesar do parâmetro internacional mais comum considerar a faixa etária de 15 a 24 anos, será considerado jovem nesse estudo o grupo de 15 a 29 anos, apesar dos estudantes de ensino médio regular, normalmente terminarem os seus estudos secundários no máximo com 19 anos, isso considerando três reprovações durante esse período. Há que se ressaltar também que os dados coletados demonstram que os casos estão enquadrados de 14 a 19 anos.

⁴ A pesquisa realizada por Marília Sposito (2009) demonstra que a temática sobre juventude ainda é pouco desenvolvida nas Ciências Sociais. Quando são cruzadas as questões a cerca dos jovens e as novas mídias (web no caso em tela), as Ciências Sociais encontram-se bem abaixo da Educação. Enquanto esta apresenta sessenta e um trabalhos de pós-graduandos juntando as duas temáticas, as Ciências Sociais apresentam doze trabalhos defendidos. Ao desmembrar este número nas três áreas do conhecimento a Antropologia teve três trabalhos apresentados e a Sociologia, nove trabalhos. Como podemos ver a Ciência Política não teve nenhuma dissertação ou tese apresentada que analisasse as novas tecnologias da informação e a temática sobre a juventude.

artigo é demonstrado um dado alarmante na pesquisa das Ciências Sociais, pois durante o mesmo período recortado por Marília Sposito (2009), o tema sobre as novas tecnologias da informação e comunicação foram debatidas em somente três dissertações de mestrado, sendo que nenhum registro é feito na área da Ciência Política. Para tanto, torna-se oportuno e justificável desenvolver pesquisas que examinem os jovens, a internet e a realidade da cultura política dos municípios de pequeno porte como é o caso de Rio Pardo.

Avaliando as análises mais clássicas da Ciência Política, e mais precisamente na abordagem culturalista, podemos ver que a política pode ser mais ou menos democrática, dependendo do relacionamento estabelecido entre os membros da sociedade e o seu sistema político. Portanto, pode haver um posicionamento mais voltado à democracia de caráter social, com o incremento de práticas políticas e culturais mais equitativas e preocupadas em estabelecer uma democracia social; em contrapartida a outros sistemas apontando para práticas que não consolidam uma democracia social, mas, sim, um processo de socialização política autoritária que gera disfunções no sistema político como a apropriação do público pelo privado, o familismo amoral e a baixa confiança na política institucional.

Esse é um processo que pode ocorrer em qualquer cidade, onde as grandes metrópoles não escapam de práticas pouco republicanas. Mas as cidades de pequeno porte podem ter essas práticas potencializadas, uma vez que as relações de proximidade entre os agentes públicos e a população são maiores, pela própria dimensão do município e as relações interpessoais, bem como a tentativa de usar-se dessas mesmas relações para atingir benesses públicas, pervertendo os rituais burocráticos, pode ser maior.

1.2 OBJETIVOS E HIPÓTESES

O objetivo geral deste trabalho diz respeito à observação de como se constitui a cultura política e o perfil de socialização política dos jovens estudantes de ensino médio regular do município de Rio Pardo e a influência desse fenômeno nos hábitos de acesso

às páginas da internet. Pretendemos com tal objetivo entender se a socialização política dos estudantes influencia na qualidade dos acessos aos sítios presentes na internet. Os objetivos específicos são:

- traçar o posicionamento político dos jovens de ensino médio do Município de Rio Pardo, no que tange a suas opiniões mais ou menos democráticas;
- captar seus hábitos de consumo da internet, identificando suas páginas mais acessadas e para qual finalidade são usadas;
- mensurar o interesse da população escolhida por assuntos afeitos ao mundo da política formal e informal;
- mapear diferenças de opinião política por gênero, etnia, renda e ano escolar.

As hipóteses a serem testadas são as seguintes:

- se o perfil demográfico dos estudantes de ensino médio e a cultura política presente na população analisada influênciam no acesso de sítios na internet (acesso a informações sobre política ou temas afeitos à área);
- as variáveis de gênero, etnia, renda e ano escolar são importantes para entender a relação que os estudantes têm com o que é acessado na internet e o interesse pela política.

A pesquisa se constitui em um estudo de caso junto aos estudantes de ensino médio regular da Escola Estadual Fortaleza em Rio Pardo. A coleta dos dados foi feita a partir da abordagem quantitativa. A preferência por essa metodologia advém do interesse de verificar relações de causalidade entre a socialização política dos estudantes e o seu acesso às páginas da internet. A análise quantitativa nos traz a possibilidade de estabelecer generalizações a partir de um posicionamento prévio e da escolha de variáveis dependentes, independentes e intervenientes para a operacionalização dos conceitos.

Para a pesquisa foi usado o método de survey, com a aplicação de entrevistas fechadas para mensurar as opiniões dos estudantes, a fim de identificar os posicionamentos sobre política, a socialização dos estudantes de ensino médio e a forma de uso da internet. Em um segundo momento, utilizamos a metodologia qualitativa com

a aplicação de entrevistas semiestruturadas, buscando avaliar posicionamentos advindos dos questionários fechados sobre a temática da internet e da política entre a população selecionada. Para a segunda fase da pesquisa, selecionaram-se dez alunos da escola, sendo cinco meninos e cinco meninas. Da população entrevistada, foram retirados quatro alunos do primeiro ano, três do segundo e três do terceiro anos. Para cada estudante entrevistado, foi despendido aproximadamente quarenta e cinco a cinquenta minutos, onde eles foram perguntados sobre aspectos da cultura política, da confiança, do interesse por assuntos políticos, sobre a visão de democracia que eles afirmam ter e sobre seus hábitos de uso da internet. Foram apresentadas sete questões, das quais os alunos puderam desenvolver a sua fala livremente, com algumas interrupções para guiá-los quanto ao que era procurado em suas falas. Utilizou-se da gravação e da anotação das respostas mais interessantes respondidas pelos estudantes.

A pesquisa foi feita com quatro turmas de ensino médio (primeiro, segundo e terceiro anos) da Escola Estadual Fortaleza. Essa população totaliza cem estudantes, onde deste total foram entrevistados oitenta e um alunos, portanto este valor foi considerado como total da população, uma vez que a partir da fala da direção da escola este é o total real de alunos que frequentam as aulas.

1.3 REFERENCIAL TEÓRICO

A cultura política caracteriza-se por ser uma abordagem na qual se busca identificar a ampliação e consolidação do sistema de crenças, normas, valores e atitudes dos cidadãos para explicar a construção de um determinado regime político e a relação que vem a ser estabelecida entre os cidadãos e esse sistema político. Portanto, essa abordagem permite uma explicação mais preocupada com o entendimento micro da política.

Em contraposição à abordagem culturalista destaca-se a análise institucional. Tal abordagem trabalha com a dimensão formal desses mesmos sistemas, o qual, segundo Baquero (2008a), pode ser capaz de esclarecer muito dos fenômenos observados no regime vivenciado em determinada sociedade. No entanto, essa mesma abordagem não pode ser considerada a única e exclusiva fonte de análise e explicação desses mesmos

eventos políticos, apresentando limites explicativos, assim como a abordagem culturalista também possui as suas limitações analíticas. Cabe ao cientista reconhecer o potencial explicativo de cada abordagem para estabelecer uma melhor aproximação ao problema científico que se propõe a analisar.

Observar o sistema político através do viés culturalista permite avaliar quais são os reais sentimentos dos cidadãos quanto à vida política em que se encontram inseridos, bem como avaliar o impacto de seus hábitos na consolidação de um modelo político-social mais afeito a valores efetivamente democráticos, ou a estruturas políticas voltadas ao autoritarismo. Assim a prática cultural da política é um processo de aprendizagem que vai sendo desenvolvido durante toda a vida de um determinado indivíduo, conforme ressalta Schmidt (2000 apud ANNYCK PERCHERON, 1972). Esse processo é estabelecido via contato entre os cidadãos, mas também junto ao convívio desses mesmos cidadãos com as diversas instituições constituintes da sociedade. Portanto, polarizar o debate sobre somente uma perspectiva de abordagem torna a análise social muito frágil e facilmente refutável. As discussões tanto clássicas quanto mais recentes sinalizam a necessidade de formar e consolidar um cidadão politicamente sofisticado e participativo pareado a instituições políticas fortes e eficazes para a manutenção de um modelo sócio-político mais equitativo.

O sistema de crenças, normas, valores e atitudes políticas são internalizados pelas gerações mais jovens a partir da convivência estabelecidas com as gerações mais antigas. Tal procedimento de internalização é denominado de socialização política dentro do campo da Ciência Política, a partir dos recortes culturalistas⁵, destacando-se os estudos de Schmidt (2000, 2001a, 2001b), Nazzari (2006), Prá (2004, 2009a, 2009b), Baquero (2008), Baquero (2001, 2004, 2005, 2007a, 2007b, 2008a), Baquero e Cunha (2008) e Castro (2009)⁶, os quais congregam a análise de diversos grupos da sociedade

⁵ Os estudos sobre socialização política vão datar desde a metade do século XX, localizando-se principalmente nos Estados Unidos, com as pesquisas realizadas por Gabriel Almond e Sidney Verba em *The civic culture* (1965). Além desse trabalho, a corrente comportamentalista da psicologia vem empreendendo estudos sobre tal mecanismo de internalização dos padrões culturais, os quais também datam desse mesmo período, onde destacamos os trabalhos Coleman (1961), Easton e Dennis (1969) e Hyman (1959).

⁶ A maioria dos trabalhos citados estuda o estabelecimento de um determinado padrão de cultura política a partir dos mecanismos de socialização política. Normalmente, identifica-se uma disparidade entre as esferas atitudinais e comportamentais dos cidadãos, as quais podem ser sanadas após a consolidação de mecanismos de ampliação e consolidação de capital social, não abrindo mão da necessidade de estabelecer instituições atuantes na sociedade.

(a partir dos recortes de idade, gênero, etnia, condições socioeconômicas, escolaridade e região geográfica), suas diversas manifestações de culturas políticas locais e suas relevâncias para a ampliação dos valores políticos democráticos em suas sociedades, impactando todo o processo político.

Esses padrões de socialização política são estabelecidos a partir do contato dos cidadãos com dois estágios de aprendizado das práticas sociais. Para Schmidt (2001 apud ALMOND; COLEMAN, 1969), esse primeiro estágio é denominado de socialização primária, estabelecendo-se dentro das instituições mais básicas de convivência, como a família, a religião e a escola. A socialização secundária caracteriza-se como um segundo momento de aprendizado, (não menos importante) em que o indivíduo passa a sofrer a influência de outras instituições e outros espaços de seu convívio, como o trabalho, os partidos políticos, sindicatos, clubes e outros círculos de amizade⁷.

Até a década de noventa, as agências de socialização secundárias (espaço que a mídia ocupava) tinham um determinado potencial para alterar o posicionamento político das pessoas, no entanto, sua força era limitada pela relação tempo/espaço. Porém, no final do século XX, conforme destacam Castells (2003a) e Schmidt (2001), surge outra dimensão de socialização inserida nas agências secundárias, a internet⁸. Portanto, Gomes (2004) evidencia que a web como um veículo midiático vai além do potencial informativo dos veículos clássicos de informação. Ao transpor esse limiar, ela é capaz de extrapolar o campo da comunicação e informação vindo a desempenhar o papel de mecanismo de interação social, participação e socialização políticas, alterando o padrão de tempo/espaço anteriormente colocado durante o paradigma moderno.

Essa mídia vem apresentando um constante crescimento nas últimas quatro décadas, como pode ser verificado na análise elaborada por Manuel Castells (2003b), colocando-se e cada vez mais se consolidando como um importante mecanismo de comunicação dentro do cenário social brasileiro. Para corroborar a observação desse autor, destacam-se os resultados de pesquisas de institutos oficiais como a Pesquisa

⁷ Além dessas duas categorias de socialização política, há, também, um terceiro modelo denominado de ressocialização. Essa situação se caracteriza pela ruptura total com as bases anteriores de entendimento do mundo político por parte do indivíduo, podendo ser reconhecida também como uma nova socialização primária.

⁸ Durante o trabalho, vamos usar como sinônimo de internet a palavra web, www, rede e net.

Nacional por Amostra de Domicílios de 2005 e o informe Latinobarômetro de 2008 e 2010. O fenômeno da web permite maior agilidade na troca de ideias entre diversos lugares, desterritorializando a informação⁹, podendo, em algumas análises, tornar mais eficiente a organização da sociedade civil¹⁰. Casos claros de tal fenômeno foram as manifestações ocorridas em Seattle durante a reunião do G8 em 1997 e a mobilização dos Chiapas no México que tiveram na internet um importante aliado para a disseminação das informações para o mundo todo. Além desses exemplos, há os casos de mobilizações organizadas via sites de relacionamentos, como é o caso de torcidas organizadas, manifestações de movimentos sociais e marchas com finalidades políticas.

A apropriação desse mecanismo comunicativo com fins políticos não-formais gera impactos efetivos no cenário político formal, permitindo a consolidação ou mesmo a reprovação do sistema político construído em uma determinada cultura política. No Brasil, ela vem se estabelecendo no decorrer da última década do século XX, sendo perceptível a sua capacidade de impactar o cenário político¹¹.

No que se refere ao grupo de usuários da internet, nesta pesquisa, a juventude é caracterizada como um período de preparação para o mundo adulto, como sugerem Novaes e Vital (2005), colocando-se como uma fase de transição e de moratória social, com a inserção dos indivíduos em diversas dimensões da vida social: responsabilidade com família, inserção no mundo do trabalho, exercício de direitos e deveres da cidadania. No entanto, não é necessariamente uma verdade que todos os membros do grupo jovem possam gozar de forma igual da moratória social, portanto fala-se muito na ideia de juventudes, uma vez que nem todos os membros localizados na faixa etária jovem conseguem somente se preparar para o convívio do mundo adulto. Assim, o conceito de juventude é constituído nesta dissertação com base na noção de jogos de espelhos proposta por Margulis e Urresti (2000 apud NOVAES, 2005). Esse conceito aponta o estrato jovem como um retrovisor da sociedade, afirmando ser necessário

⁹ Uma especulação que ousamos fazer nessas primeiras páginas é de que essa desterritorialização das informações pode vir a colaborar ainda mais com o hibridismo da cultura política brasileira, pois se de um lado vivencia-se uma realidade clientelística, do outro vemos preocupações pós-materiais emergirem do seio da sociedade. Esperamos responder essa questão mais adiante.

¹⁰ Um exemplo concreto de tal fenômeno foi o caso do movimento dos Chiapas no México, onde a web teve um papel primordial nessa organização.

¹¹ Tais impactos podem ser vistos a partir do desenvolvimento de mecanismos de comunicação virtual como Orkut, twitter e facebook que permitem a rápida disseminação de informações políticas. Esse impacto não será objeto direto do estudo desse trabalho, mas deve ser ressaltada a sua importância.

comparar os modelos de sociedades em que as diferentes gerações estão colocadas, constituindo-se como objeto mais importante que estabelecer simples comparações entre as gerações.

Os principais teóricos a analisar a juventude a partir da lente sociológica, apontam a existência de duas correntes de abordagem dessa população. Conforme Esteves e Abramovay (2009 apud PAIS, 1997), de um lado, a juventude é vista como uma categoria analítica, onde os jovens são analisados a partir de um todo como um grupo sem divisões por classe social, gênero e mesmo idade como se o ser jovem é uma fase da vida. Porém a juventude também pode ser analisada como um grupo difuso, evidenciando a existência não somente de uma cultura juvenil, mas, sim, de diversos grupos, inserções e interesses sociais, portanto vislumbrando a possibilidade de juventude(S).

Nesse cenário, essa mesma juventude é continuamente vista como um grupo social em processo de socialização formal onde não está habilitada a ser considerada um agente no processo decisório. Mas é cobrada a ter um papel importante na consolidação de um modelo democrático mais inclusivo e que ultrapasse o mero formalismo. Agregado a essa questão, os jovens em quase todas as classes se colocam como os maiores usuários da comunicação virtual. Sabendo que o uso desse mecanismo pode ser fruto da socialização política, é imperativo entender se tal é regulado pelo perfil de socialização política recebida pela juventude.

A dissertação que se segue está estruturada da seguinte forma: no capítulo a seguir apresentamos uma revisão teórica dos conceitos-chave para o desenvolvimento da pesquisa (cultura política, socialização política, internet e juventude); no terceiro capítulo se discute a metodologia utilizada para o levantamento dos dados e análise dos resultados; o capítulo quatro se dedica a explorar as hipóteses apresentadas; e, finalmente, apresentam-se as considerações finais de todo o trabalho realizado apontando lacunas que ficaram abertas e possíveis abordagens futuras a serem debatidas em pesquisas posteriores.

2 QUADRO TEÓRICO

Neste capítulo se analisam os conceitos de cultura política, socialização política, internet e juventude. Tais conceituações dão sustentação a análise dos dados coletados junto aos estudantes. Cabe ressaltar a carência nos debates acadêmicos sobre a socialização política dos jovens e a internet. Desse modo, torna-se fundamental examinar a cultura política a partir de seus antecedentes históricos, suas críticas e sua capacidade explicativa no desenvolvimento de modelos políticos mais ou menos democráticos a partir das práticas culturais dos cidadãos. Devido às características afeitas ao conceito da cultura política, ela necessita ser disseminada a partir do contato interrelacional das pessoas e delas com as instituições presentes na sociedade, para tanto a socialização política é discutida como o elo que integra cidadãos e instituições. A socialização política se refere aos mecanismos que transmitem valores e que se constituem os elementos da cultura política.

A seguir se examina a importância que a internet vem adquirindo como veículo de comunicação e informação após as últimas quatro décadas (CASTELLS, 2003) e o seu papel como mecanismo de socialização política a partir da década de noventa no Brasil (SCHMIDT, 2001). É necessário discutir sua história, quanto ao seu surgimento, popularização e disseminação. Agregado a isso, apresentam-se as discussões acerca da constante aproximação da internet com a política e seu potencial de socializar politicamente seus usuários, mas também de ser influenciada pela socialização prévia desses mesmos usuários. Aliado a esse debate, é necessário entender a juventude como categoria de análise, uma vez que nesse grupo social é possível encontrar o maior número de pessoas a acessarem esse veículo de comunicação e informação no Brasil. Além de ser vista como a faixa etária com um papel dual dentro da sociedade (BAQUERO; BAQUERO, 2005), pois se encontra na encruzilhada de “aprender” a manipular os mecanismos sociais com as gerações mais velhas; enquanto, ao mesmo tempo, sofre as cobranças de desempenhar uma atitude protagonista no mundo político, apontando para um descompasso em nossa cultura política e na forma como são socializados os nossos jovens.

2.1 CULTURA POLÍTICA

A cultura política é uma das abordagens disponíveis na Ciência Política. Conceitualmente, essa forma de entendimento dos fenômenos políticos trabalha com as normas, os valores, as crenças e as atitudes compartilhadas entre os cidadãos de um determinado sistema sócio-político e a interface destas características comportamentais e atitudes com um modelo de democracia social e práticas culturais mais cidadãs¹². Ao analisar a abordagem culturalista, verificamos a importância de diversos estudiosos, como Almond e Verba, Tocqueville e Montesquieu. Todavia, fica claro que a temática não é nova no campo científico, já estando presente nos estudos elaborados pelos principais filósofos da antiguidade grega. Tanto em Platão¹³ quanto em Aristóteles¹⁴, é possível verificar quão importante é o papel desempenhado pela cultura para o bom andamento da vida política.

Assim vai ser durante o desenvolvimento do pensamento moderno da Ciência Política, onde a dimensão cultural será um ponto importante para esclarecer as peculiaridades políticas das sociedades. Como aponta Schmidt (2000), diversos autores desse período ressaltaram a necessidade de observar as peculiaridades culturais para melhor esclarecer o desenvolvimento de instituições políticas fortes. A partir desse posicionamento, o autor sugere que Charles Montesquieu (2005), em “*O Espírito das Leis*” destaca o imperativo de analisar as ações políticas condicionadas a partir de características naturais, sociais e culturais presentes em cada sociedade, bem como a combinação de todos esses fatores para a consolidação dessas mesmas ações políticas:

Várias coisas governam os homens: o clima, a religião, as leis, as máximas do governo, os exemplos das coisas passadas, os costumes, as maneiras, de onde se forma um espírito geral que disto resulta. À

¹² Os críticos da abordagem culturalista apontam que também devem ser tratados por cultura as reações de grupos que excluem outros grupos sociais. Normalmente a crítica feita nesse sentido é de que a máfia e os grupos sectários também apresentam um código de valores que exclui os não membros da participação. Reconhecemos essa crítica e respondemos que tal posicionamento trata-se de uma disfunção do tipo de capital social que envolve os membros desses grupos, o que pode ser denominado de capital social negativo.

¹³ Platão sugere em seu livro *A República*, ser o bom cidadão aquele que se relaciona com a sua cidade, mas principalmente que passa pela formação em três grandes áreas: trabalho em equipe (exercícios físicos), matemática (pensamento lógico) e filosofia (desenvolvimento da participação, bem como do interesse pela política e a preocupação com a sociedade).

¹⁴ Aristóteles, em *A política e Arte Poética*, aponta a necessidade de cada regime político ser adequado ao caráter do povo.

medida que, em cada nação, uma dessas causas age com mais força, as demais lhe cedem outro tanto. (Montesquieu, 2005, p. 316–317).

A passagem destacada demonstra como diversos fatores devem ser analisados para que sejam feitas conclusões acerca dos mecanismos desenvolvidos para governar os homens. Montesquieu aponta os fatores que influenciam no governo: “... a natureza e o clima dominam quase sozinhos os selvagens; as maneiras governam os chineses; as leis tiranizam o Japão; os costumes outrora ditavam o tom na Lacedemônia; as máximas do governo e os costumes antigos ditavam-no em Roma” (MONTESQUIEU, 2005, p. 317).

Outro pensador nessa linha de análise é Rousseau. Em “*Do Contrato Social*”, Rousseau (2009) compara a construção das instituições políticas à arte de erguer um edifício. Para uma sociedade estabelecer-se de forma organizada não adianta somente existirem boas leis, é necessário que o povo seja receptivo a esses institutos legais. Percebe-se, então, que tanto Montesquieu, quanto Rousseau compartilham de um mesmo posicionamento teórico, qual seja: cada povo tem suas peculiaridades e elas devem ser levadas em conta no momento da construção das instituições políticas. Na verdade, a afirmação demonstra ser necessário estabelecer regramentos e instituições políticas de acordo com o povo, sendo que Rousseau, conforme Pateman (1992) aponta a necessidade do protagonismo do povo no estabelecimento do corpo político.

Ainda sobre essa temática, cabe ressaltar a contribuição de Tocqueville em “*A democracia na América*”. Analisando o caso dos Estados Unidos do séc. XIX, Tocqueville (1998) aponta como principais causas do sucesso da democracia naquele país as circunstâncias geográficas, as leis e os costumes (moral, opinião, crenças e hábitos). Apesar da importância dos três fatores para o desenvolvimento das instituições democráticas, o autor destaca o papel desempenhado pelos costumes como a principal causa da manutenção da democracia naquele território.

Assim como os pensadores do período anteriormente destacado, durante o séc. XIX identificamos o surgimento da sociologia e com ela um aprofundamento do estudo da dimensão cultural e suas influências nos modelos de sociedade. Assim, Karl Marx e

Max Weber despontam como importantes pensadores dispostos a analisar as dimensões econômica e cultural como fatores esclarecedores dos modelos de sociedade¹⁵.

Marx sugere a existência de um vínculo de dependência entre os fenômenos culturais e a dimensão econômica. Para ele, a dinâmica econômica é o principal ponto a ser analisado como explicação das mudanças culturais. Por outro lado, Max Weber propõe uma análise mais compreensiva da sociologia, voltando-se para as atitudes, sentimentos e valores como importantes variáveis explicativas das mudanças econômicas e sociais. Na obra “*A ética protestante e o espírito do capitalismo*”, Weber aponta para a influência dos valores religiosos nos diferentes níveis de desenvolvimento econômico.

A produção desses autores clássicos foi muito importante para o desenvolvimento dos estudos acerca da cultura política e da democracia, principalmente a partir da década de sessenta do séc. XX. Um pouco antes desse período, verifica-se a disseminação de estudos voltados a Psicologia Social, com a finalidade de entender a vinculação entre as atitudes coletivas e individuais. Dessa relação estabelecida entre a Psicologia Social e a Ciência Política, a abordagem culturalista irá fazer uso das ideias de atitude, personalidade e comportamento como ferramentas explicativas do sistema político.

Destaca-se nesse período o desenvolvimento da corrente da Psicologia Política organizada na Escola de Frankfurt. Essa área de estudo estabelece relações entre os fenômenos psicológicos e políticos. A principal obra dessa corrente de pensamento é de Theodor Adorno et. al. (1950), denominada *A personalidade autoritária*. Nesse trabalho, busca-se identificar traços da personalidade que apontassem para uma maior suscetibilidade a ideologias fascistas e autoritárias. Na pesquisa, Adorno demonstra que aquelas atitudes voltadas a práticas totalitárias estariam vinculadas ao posicionamento político pessoal de direita. Algumas práticas que Adorno destaca como sendo colocadas

¹⁵ Apesar de não ter sido feita menção, Durkheim não é menos importante na discussão sociológica surgida a partir do séc. XIX. Suas análises também chamam a atenção para a necessidade de se observar o modelo de solidariedade a qual está vinculada diretamente ao desenvolvimento econômico, o grau de especialização da sociedade, a divisão social do trabalho e o seu nível de organização jurídica. Tais afirmações apontam a vinculação entre as dimensões econômicas e culturais. Além dessa discussão, em *O suicídio*, Durkheim demonstra como a relação estabelecida entre o sistema e o indivíduo é forte, levando, dependendo do estágio de anomia em que se encontra a sociedade, o indivíduo a morte.

em posicionamentos totalitários seriam a submissão aos autoritarismos e a intolerância aos diferentes.

Os estudos vinculados a cultura também merecem destaque no campo da Antropologia, onde se sobressaem os primeiros autores a analisarem o caráter dos nativos das denominadas “sociedades atrasadas”. Schmidt (2000) chama a atenção para os nomes de Ruth Benedict, Margareth Mead e Bronislaw Malinowski, que, em suas pesquisas, reforçaram a ideia do caráter nacional dos aborígenes, já presente em estudos de Durkheim, Tocqueville e Montesquieu. Teóricos brasileiros também se esforçaram em entender a realidade nacional a partir dos aspectos culturais, decorrendo de tal análise, observações que apontam para problemas de ordem cultural e institucional. A corrente mais historicista apresenta autores como Sérgio Buarque de Holanda (1995), Raymundo Faoro (2008) e Caio Prado Junior (2002). A inquietação desses pensadores estava em tentar desvendar as causas da fragilidade presente nas instituições políticas nacionais e a cultura de perversão do sistema legal. Na atualidade, vemos a importância dos estudos de Roberto DaMatta (1994, 1997a, 1997b), José Murilo de Carvalho (2004) e José Álvaro Moisés (1995, 2001, 2010), que a partir de aspectos como a identidade nacional, a historicidade e a cultura política se preocupam em observar o estabelecimento da cidadania e instituições políticas voltadas para valores democráticos.

Tanto na América Latina como no Brasil, diversos estudos recentes procuram enfocar as variáveis culturais para explicar constituição do sistema político e da democracia. Nesses estudos destacamos Lechner (1998) ao debater o sentimento de desconfiança em relação às instituições democráticas, aos representantes e à política gera um quadro de mal-estar social com temas afeitos à política. Além disso, Baquero (2007) vem chamando a atenção que esse cenário de desconfiança está se aprofundando cada vez mais a partir da incapacidade da democracia em lidar com as questões econômicas e sociais.

A cultura política apresenta um histórico de proximidade com diversas áreas de conhecimento. Mas sua consolidação como área de estudos deu-se a partir da aplicação das análises comparadas pelos cientistas políticos norte-americanos. Esse período tem seu ápice de desenvolvimento na Ciência Política a partir da década de cinquenta, enquanto nas demais Ciências Sociais, tais estudos já estavam presentes por volta dos anos de 1920 e 1930. Ocorre, nessa fase, uma revisão dos recursos metodológicos

utilizados para mensuração, classificação e explicação dos fenômenos políticos para diferentes realidades.

Durante essa fase inicial da cultura política, duas correntes teóricas são essenciais. A primeira é o funcionalismo¹⁶, já a segunda corrente é o comportamentalismo ou behaviorismo. Essa segunda corrente teórica preocupa-se em observar o ser humano a partir do seu comportamento. Esse ser humano deve ser visto como um ator político, dotado de ações motivadas por atitudes e expectativas ante a sociedade. A Ciência Política, a partir da abordagem comportamentalista, aproxima-se da Sociologia, Antropologia, Economia e Psicologia, reagindo diretamente às visões mais voltadas para as instituições e os mecanismos jurídico-formais aprimorados pelo Direito e pela Filosofia. Pasquino (1992) aponta para as mudanças nos métodos e técnicas de pesquisa em política, tornando-se mais rigorosamente científico ao adotar modelos usados pelas ciências naturais, bem como novas técnicas de pesquisas quantitativas e qualitativas.

No contexto da abertura do diálogo da Ciência Política com outras áreas de conhecimento citadas acima vão se desenvolver os estudos voltados para a cultura política. Essa abordagem da política passa a ser vista conceitualmente como um conjunto de normas, crenças, valores e atitudes que os indivíduos possuem acerca do sistema político em que estão inseridos, bem como de seu papel desempenhado nesse sistema. Tal conceituação advém da obra seminal da cultura política, *The civic culture*, de Gabriel Almond e Sidney Verba (1963). Nesse trabalho, Almond e Verba (1963, p. 12) afirmam que usam o conceito de cultura política vinculado às “orientações psicológicas em relação aos objetos sociais”. Conforme os autores, a cultura política tem uma configuração nacional, indicando:

The political culture of a nation is the particular distribution of patterns of orientation toward political objects among the members of the nation (Almond; Verba, 1963, p. 13).¹⁷

¹⁶ Conforme Almond e Coleman (1969), o funcionalismo é uma corrente teórica tributária do pensamento de Max Weber. A principal característica desse pensamento é interpretar a sociedade a partir de um sistema onde as instituições e os agentes cumprem funções ou papéis dentro desse sistema. A sugestão dos autores é substituir a ideia de Estado para a noção de sistema político, poderes por funções, postos por papéis, instituições por estruturas, opinião pública por cultura política e treino para a cidadania por socialização política.

¹⁷ Schmidt (2000) aponta que essa perspectiva pode conduzir a ideia de caráter nacional, no entanto, os autores introduzem o conceito de subcultura, com o interesse de evitar abordagens muito generalizantes.

Para os autores, a construção de valores, sentimentos, crenças e conhecimentos são fatores de relevância para a explicação dos padrões de comportamento político desenvolvido nos sistemas democráticos. O cerne da questão para Almond e Verba estava em entender os fatores que viabilizavam a democracia em alguns países e o que impedia que outros Estados conseguissem estabelecer, da mesma forma, governos democráticos. No entendimento dos autores, a democracia é sustentada por dois princípios básicos: instituições e cultura democráticas. Pesquisando a realidade de cinco países (Inglaterra, Estados Unidos, Itália, Alemanha e México), os resultados apontados apresentavam as democracias anglo-saxônicas (Inglaterra e Estados Unidos) como os modelos a serem seguidos. A cultura política desses dois exemplos apresentaria uma efetiva cultura cívica. A realidade desses modelos se constitui, portanto, em um conjunto de orientações que motivam os cidadãos para a formação de uma cultura política mais afeita a valores de caráter democrático, bem como de uma cultura cívica pautada por confianças inter-relacional e institucional fortes. Além desses pontos, verifica-se também a consolidação da cultura política com maior inclusão de posicionamentos contrários¹⁸ via a ampliação de espaços de discussão entre os diversos atores da sociedade.

A partir da elaboração desse trabalho, construíram-se três tipos básicos de cultura política com seus modelos de subculturas visando analisar a realidade social e política. Para averiguar o grau de desenvolvimento de cada uma destas três tipologias, Gabriel Almond e Sidney Verba trabalham com outros três níveis de dimensão de orientação política voltadas para figura do indivíduo. Essas dimensões são as seguintes: cognitiva (caracteriza-se pelo conhecimento sobre a política), afetiva (são os sentimentos quanto à política) e avaliativa (é o caráter moral sobre a política).

A primeira tipologia construída é a da cultura política de caráter paroquial. Nesse primeiro caso, as três dimensões averiguadas como base de análise em *The civic culture* não estão presentes. Para Almond e Verba (1963 apud COLEMAN), as sociedades baseadas em solidariedades mecânicas desenvolvem esse tipo de cultura política, como é o caso das sociedades tribais africanas. A realidade vivenciada nessas sociedades demonstra uma mínima ou mesmo inexistente especialização dos papéis

¹⁸ A cultura cívica voltada para valores de caráter democráticos deve apresentar um incremento cada vez maior na prática comunicativa e persuasiva, elevando o consenso a ser estabelecido quanto à consolidação da cultura política mais democrática.

políticos e sociais, verificando-se uma pouca diferenciação entre as esferas política e religiosa.

A cultura política de sujeição, também conhecida como súdita, é o segundo tipo recorrente averiguado no trabalho de Gabriel Almond e Sidney Verba. O cenário estabelecido demonstra uma incongruência entre dimensões atitudinais e comportamentais. Na categoria de sujeição observa-se a existência de todas as dimensões propostas; entretanto, a característica marcante dessa modalidade de cultura política é a passividade. A participação não se consolida efetivamente, havendo a existência normativa dos mecanismos participativos. Entretanto, não ocorre a transposição da dimensão atitudinal para a dimensão comportamental. Uma interessante ilustração para o exemplo da cultura política de sujeição são os governos de caráter autoritário. Essas tipologias de sociedades apresentam certa especialização societal, constituindo-se em sociedades orgânicas, um interesse por política por parte dos cidadãos e uma relativa dimensão avaliativa desenvolvida quanto à esfera política, no entanto, esse interesse acaba esbarrando nos baixos índices de participação.

O terceiro tipo de caso analisado é a cultura política participativa. Nesse cenário verifica-se, assim como no segundo, o desenvolvimento das três dimensões elaboradas pelos autores. A principal peculiaridade, que a torna totalmente diferente das demais tipologias, desse modelo está no interesse em participar da vida política da sociedade desenvolvida pelos cidadãos. A cultura política participativa volta-se para a ampliação e consolidação de espaços de debate entre os atores políticos, apresentando uma visível congruência entre as dimensões atitudinais e comportamentais. Exemplos que possam ilustrar esse modelo tratam das experiências participativas entre a sociedade civil e o Estado, como fora o caso do orçamento participativo em Porto Alegre, bem como modelos deliberativos de democracia.

No entanto, esses casos elaborados pelos autores, não passam de modelos teoricamente idealizados. É necessário contextualizar essas tipologias nas realidades observáveis. Esses modelos encontram-se misturados, portanto Almond e Verba (p.16-19) elencaram mais três tipos de cultura políticas mistas: a cultura paroquial-sujeita (Impérios otomanos e africanos), sujeita-participativa (França, Alemanha e Itália) e paroquial-participativa (democracias emergentes).

A cultura cívica constitui-se como mais um modelo de cultura política mista. Conforme Schmidt (1963 apud ALMOND; VERBA, p.30), a cultura cívica trata-se de uma cultura política mista, mas balanceada, em que há atividade política, envolvimento e racionalidade, equilibrados pela passividade, tradição e compromisso com o paroquialismo. Os autores indicam que a cultura cívica é compatível com o modelo liberal de democracia representativa.

A preferência por um modelo político misto não se constitui em um aspecto novo na teoria política. Tais afirmações já podem ser encontradas em Aristóteles, no momento em que propõe a adequação de um regime político misto entre a democracia e a oligarquia para a manutenção da sociedade¹⁹. Almond e Verba, ao defenderem a existência de um regime político misto, estão se sustentando nessa tradição teórica da Ciência Política. Ressalta-se a importância do exemplo dado pelos Estados Unidos, apesar de sua variante cívica estar centrada na dimensão participativa. Ante a essa característica do sistema político norte-americano, o modelo preferido pelos autores é o inglês. Para eles, a “mistura” preconizada pela política na Inglaterra permite a junção de tradição e modernidade, baseando-se na comunicação e no consenso estabelecendo uma cultura cívica exemplar.

O trabalho de Almond e Verba foi alvo de diversas críticas, o que levou os autores a reverem o seu trabalho e publicarem uma obra revisada²⁰ denominada *The civic culture revisited*. Dos críticos ao *The civic culture* destacamos o debate de Carole Pateman e Ronald Inglehart. Pateman (1992) aponta que o modelo de democracia preconizado por Almond e Verba estava comprometido com uma sociedade voltada para a baixa participação política e a apatia, levando a autora a refutar a noção da cultura cívica. Tal realidade está na base do modelo democrático liberal.

¹⁹ Conforme Bobbio (2000), Aristóteles apresenta seis modelos básicos de organização política: a monarquia, a aristocracia, a politeia, a democracia, a oligarquia e a tirania. A classificação proposta pelo filósofo estava baseada em quem governa e como governo. Dentro dessa lógica o governo bom deveria primar pelo sucesso da sociedade. O mau governo seria aquele que penderia para somente um dos lados, colocando-se como uma degeneração das três formas boas (monarquia, aristocracia e politeia). No caso a democracia seria o governo de muitos (pobres), enquanto a oligarquia, o governo de poucos (ricos). Aristóteles definia que a politeia seria o caso mais frequente, pois se caracterizaria na junção dos pontos positivos presentes na democracia e na oligarquia, permitindo um equilíbrio no sistema político.

²⁰ Conforme Santos (2008), Almond e Verba respondem as críticas demonstrando que a cultura política não é uma teoria, constituindo-se em um conjunto de variáveis utilizado para construir teorias. Para os autores, a cultura política não é produz a estrutura social. Ela se constitui como uma variável dependente e ao mesmo tempo independente, sendo a causa e o efeito da estrutura social.

Inglehart (1997), por outro lado, preocupa-se com as mudanças sociais, econômicas e políticas que se deram a partir do desenvolvimento das últimas décadas. Tal debate aponta a necessidade de estabelecer o foco de análise no potencial de influência das mudanças culturais, políticas e sociais ocorridas e a sua relação com o crescimento econômico e a consolidação de bases seguras de bem-estar social. Diante de um incremento econômico, o desenvolvimento tecnológico é um processo subsequente, permitindo a maior disponibilidade e popularização da tecnologia para diversos grupos sociais²¹. Dentro dessa lógica, teóricos da modernização e da relação entre economia e sistema democrático (LIPSET; PRZEWORSKI, 1993) acreditam ser o crescimento econômico um importante mecanismo para a construção e consolidação de processos políticos mais democráticos. Aliados a tais afirmações, apresentamos que o posicionamento teórico de Inglehart (1997) aproxima-se dessa abordagem ao afirmar que as mudanças de caráter econômico permitem que a sociedade discuta questões além dos problemas da sobrevivência, partindo para temáticas de respeito a identidades e diversidades de expressão²².

Para esse autor, é essencial entender as mudanças ocorridas nos valores de caráter materialistas para os valores pós-materialistas dentro de uma determinada sociedade, e o quanto isso pode estabelecer alterações qualitativas em áreas sociais, culturais e políticas. Inglehart (1997) propõe analisar quarenta e três modelos de democracia e tem como objetivo entender a relação entre a ampliação de valores pós-materiais, democracia social e a diferenciação das demandas por faixas etárias. O corte geracional a ser verificado na sociedade se constitui em um ponto esclarecedor para entender as demandas presentes nas diversas faixas etárias, agregado a consolidação de condições materiais, como característica central da noção da sucessão dos direitos constituintes da cidadania. Ronald Inglehart, portanto, discute o impacto que o

²¹ Seria um pouco de inocência admitir uma sucessão tão rápida de incremento econômico e popularização da tecnologia. A disponibilidade de mais tecnologia é um processo decorrente do desenvolvimento econômico; no entanto, a popularização se constitui em um evento não tão rápido, uma vez que é necessário que os grupos excluídos consigam atingir essas novas tecnologias a partir de políticas públicas de inclusão digital (tratando-se especialmente da internet). Além disso, não podemos esquecer que esse processo gera um mecanismo de exclusão para os grupos etários mais velhos e com menor escolarização. Tal fenômeno é denominado de exclusão digital.

²² Inglehart corrobora a tese da modernização ao vincular as mudanças culturais, sociais e políticas com a mudança econômica. No entanto, discorda dos teóricos da modernização quanto ao posicionamento determinístico e a perspectiva etnocêntrica de tomar como modelo democrático o sistema político preconizado na Europa ocidental

desenvolvimento de caráter econômico²³ exerce sobre a consolidação de uma democracia mais efetiva sobre um cenário político de democracia procedimental. A supressão das necessidades mais básicas altera as demandas dos cidadãos, exercendo influência na qualidade do modelo democrático, da cultura política e das atitudes mais cívicas. Passa-se ao primado de valores pós-materiais com incremento ao respeito das pluralidades societais²⁴.

O trabalho desse autor discute a necessidade de ser observado o modelo de socialização exercida sobre a sociedade, as diferenças desses modelos de socialização entre as gerações e a capacidade de tal processo ampliar mecanismos democráticos voltados para problemáticas sociais. Segundo Ronald Inglehart, dois modelos de socialização estão vinculados ao desenvolvimento econômico. A primeira hipótese apresentada é denominada de escassez e o segundo modelo é a hipótese da socialização.

Ambas as hipóteses estão ligadas ao modelo de socioeconômico vivenciado. Enquanto trata do paradigma da modernização, verifica-se o desenvolvimento da hipótese da escassez. Nesse quadro social demonstra que os membros da sociedade estão mais preocupados em proporcionar a sua autossobrevivência. Essa situação acaba sendo o reflexo das sociedades com dificuldades de manutenção do bem-estar social, portanto, com seus bens materiais não resolvidos ou em fase de resolução. A socialização das gerações se dá apontando para dificuldades de caráter econômico e social, bloqueando canais de comunicação entre os sujeitos e espaços capazes de desenvolver a visão dos membros da sociedade para questões mais voltadas para temáticas de autoexpressão, bem como demandas voltadas para a maior qualidade de vida. O modelo explorado por Ronald Inglehart demonstra a necessidade suprimir as carências mais básicas para que a democracia seja mudada.

O modelo de sociedade de quem é socializado na lógica da escassez legitima uma cultura política de sujeição. Diante da baixa supressão das necessidades mais básicas é difícil aceitar preocupações voltadas para a qualidade da vida. As demandas

²³ No caso de nossa pesquisa consideramos o desenvolvimento econômico também como desenvolvimento tecnológico, uma vez que havendo crescimento econômico, pode haver um incremento de tecnologias a serem usadas no cotidiano da sociedade.

²⁴ Os principais valores defendidos no caso da sociedade pós-material são os valores de minorias e de autoexpressão. Grupos como mulheres, minorias étnicas, movimentos ambientalistas e homossexualidades passam a serem respeitados com o desenvolvimento efetivo da pluralidade. A supressão da hipótese da escassez, como denomina Inglehart, permite que outras demandas entrem na agenda da sociedade.

são mais imediatas e precisam ser solucionadas. É preciso primeiro garantir a sobrevivência para depois pensar na sociedade. Tal realidade aproxima-se da necessidade de garantir os bens materiais e aceitar viver em um modelo social mais autoritário para garantir a estabilidade econômica. Não estamos afirmando a incapacidade da sociedade de emitir posicionamentos sobre a esfera política. Entretanto, é possível verificar que o potencial analítico da sociedade está em grande parte voltado para a manutenção do bem-estar econômico, aceitando a permanência de um governo mais autoritário, desde que garanta o crescimento econômico da sociedade.

Por outro lado, Inglehart (1997) também caracteriza um modelo político mais voltado para o caráter social da democracia. Em oposição ao quadro anterior, os valores de autoexpressão são postos em destaque e o reconhecimento das diversidades toma uma envergadura maior. Esse contexto de pós-modernização pode ser descrito como uma realidade de declínio das instituições hierarquizadas e da rigidez das normas sociais, com o incremento dos aspectos democratizantes.

A socialização advinda do segundo modelo está vinculada a transformação das demandas da sociedade. Após ser alcançado o crescimento econômico capaz de garantir a segurança econômico-social dos membros da sociedade, é possível passar a outras prioridades que se pautam pela qualidade de vida e valores de autoexpressão. Inglehart (1997, p. 34-35) identifica esse evento relacionado a mudanças geracionais. Para o autor, há uma sucessão entre os ditos modelos de socialização. A supressão das demandas de sobrevivência sentidas na hipótese da escassez somente surtirão seus efeitos depois de decorrida uma geração²⁵.

Essas mudanças geracionais serão transmitidas pelo processo de convívio estabelecido entre os diversos corte etários que formam a sociedade. Diante de tal fenômeno, podemos dizer que o debate travado por Baquero, Prá, Nazzari e Schmidt ao analisar as questões acerca da consolidação da democracia social no país, via reforço do caráter participativo da sociedade reflete uma realidade sugerida pelo trabalho de Ronald Inglehart. Obviamente, que a afirmação do Brasil ser um país pós-material é plenamente refutável; no entanto, adaptando o estudo de Inglehart torna-se clara a

²⁵ Para Inglehart é necessário um período de dez a quinze anos para que os efeitos da supressão das necessidades básicas de uma sociedade sejam sentidos. Isso corresponde ao período de uma geração, pensando no cálculo sugerido por Sauvy, apresentado por Pais (1990). Iremos tratar mais adiante nesse capítulo sobre as questões acerca da juventude.

divisão social do país em duas realidades bem distintas, de um lado há estratos da sociedade em que os bens sociais materiais não se encontram resolvidos, em contraposição com o desenvolvimento societal de outras localidades em que sugere uma sociedade em transição entre o material e o pós-material. Estabelece-se assim um modelo híbrido de cultura política, onde a incongruência não está somente nas dimensões atitudinais e comportamentais, mas também na supressão de valores materiais por valores pós-materiais. Esse descompasso averiguado na realidade brasileira abre um questionamento sobre o padrão de socialização política e de protagonismo político dos jovens brasileiros e seu uso da internet como meio de comunicação e informação, bem como agência de socialização.

Anterior a resposta a ser desenvolvida na pesquisa sobre a relação entre os jovens e a internet, se faz necessário responder a dois questionamentos que vinculam a cultura política e a sua internalização por parte dos cidadãos: como a cultura política se dissemina pela sociedade? E quais os mecanismos que são usados para que os valores de um determinado sistema político sejam internalizados pelos cidadãos membros desse sistema? É o que se discute a seguir.

2.2 SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA

A socialização política permite compreender o processo de internalização dos valores, crenças, normas e atitudes presentes na cultura política de uma sociedade. Esse é um termo tomado de empréstimo da sociologia da educação, sendo mais frequente o seu uso nas pesquisas acadêmicas da Educação. Como Souza (1983) aponta, a socialização é um processo geral a que está submetido todo o indivíduo desde o seu nascimento até a sua morte, em virtude da necessidade dos seres humanos viverem em sociedade.

O objetivo é compreender quais são esses mecanismos a serem desenvolvidos para que as novas gerações sejam devidamente “ensinadas a conviver nessa sociedade” pelas gerações mais antigas. Esse enfoque da socialização política é voltada para um aspecto geracional desse processo. Conforme Schmidt (2000) propõe:

A relevância teórica da pesquisa sobre cultura e socialização política está em buscar uma compreensão das condições de estabilização da democracia, sendo que a concepção de democracia deve integrar forma e conteúdo, institucionalidade e mundo da vida, democracia política e social, representação e participação, superando, assim, a visão formalista [...]

Na realidade, o estudo da socialização política está ancorado no entendimento de quando, como e se existe um padrão de ocorrência desse processo de aprendizagem. Agregado a isso, é importante também entender a relação estabelecida entre a socialização política e o sistema político experimentado pelos cidadãos.

Analisando de forma histórica o conceito de socialização política, Durkheim (1973) é um dos primeiros autores a analisar a socialização a luz da investigação sociológica. Conforme aponta Santos (2008), a visão estrutural-funcionalista de Durkheim demonstra ser a educação o mecanismo onde as regras, valores, atitudes e comportamentos são internalizados nas novas gerações.

Após os debates propostos por Durkheim, os quais foram revistos por Parsons (1973) e Mannheim (1980), verificamos que a obra inaugural dessa área de estudo, inserida no desenvolvimento dos estudos comportamentalistas da ciência política, data da década de cinquenta, com a obra *Political Socialization* de Herbert Hyman (1959). Tal obra foi o grande marco fundacional dos estudos acerca da socialização política, sendo que nos anos sessenta Easton, Dennis e Hess elaboram uma ampla pesquisa sobre crianças norte-americanas, sendo a principal referência empírica nos debates realizados pela academia. Essa pesquisa foi intitulada de *Children in the Political System: origins of political legitimacy*.

Como aponta Schmidt (2000), o foco central desses estudos iniciais sobre socialização política estava na socialização infantil e na influência da família como motor da transmissão dos valores políticos. A partir de 1974, identifica-se uma segunda etapa dos estudos sobre o tema. O foco desse segundo momento passa a ser a formação dos valores políticos nos adolescentes e adultos. Os estudos de Kent Jennings e Niemi (1974) levaram a produção do livro *The political character of adolescence: the influence of families and schools*. A inovação apontada nessas pesquisas está no

potencial de influência das agências socializadoras. A família deixa de ser vista como a grande agência de socialização política dos indivíduos, dividindo espaço com a escola na formação da identificação política dos cidadãos.

Em oposição ao modelo norte-americano de produção científica que centra a sua análise na socialização política, a Europa apresenta pouca tradição de estudos voltados para esta temática. É possível apontar alguns nomes na França da década de sessenta, como Annyck Percheron e Charles Roig (1971). A relutância ao uso de métodos quantitativos por pesquisadores europeus trouxe outros resultados para os estudos sobre a socialização política. A academia europeia sofreu fortes influências do marxismo, weberianismo, fenomenologia, estruturalismo e da teoria crítica da Escola de Frankfurt, permitindo com isso uma maior interpenetração das questões do indivíduo com a sociedade. O caso norte-americano é um pouco diferente, uma vez que o uso de técnicas quantitativas foi bem mais comum, incorrendo em estreitamentos teóricos oriundos do behaviorismo e do funcionalismo.

Como indicado anteriormente, o processo de socialização política é importante para demonstrar como se internalizam as normas, crenças, valores e atitudes. E os estudos das primeiras correntes analíticas da socialização se prestaram a romper diversas crenças do senso comum que interferiam no processo de formação política. Uma das primeiras contribuições dessa corrente foi entender em que momento ocorre a socialização política.

Nessa questão, os estudos de Hyman (1959) e Easton e Dennis (1969) foram marcantes principalmente pela ruptura da noção da infância como um momento na vida vazio de socialização política. Contrariamente ao senso comum e ao discurso de alguns cientistas políticos da época, Hyman demonstrou empiricamente a precocidade da formação das atitudes políticas nas pessoas. A análise dos dados coletados por Hyman e sua equipe apontou que a participação política, orientação política e tendências democráticas ou autoritárias começam a ser formadas nos primeiros estágios do desenvolvimento, durante a infância (SCHMIDT, 2000).

Na esteira desses estudos, em *The civic culture*, Almond e Verba (1963) constatarem a noção de eficácia subjetiva. Tal conceito está vinculado a abertura de canais de participação na família e na escola. Segundo os autores, quanto maior a

participação no processo decisório nessas instituições, mais confiante o membro desse grupo fica para participar dentro dessas instituições, mas também em outras. Além disso, amplia-se a sensação de que sua participação é importante para contribuir na construção do espaço que ocupa.

No entanto, a pesquisa que se caracteriza no grande marco de análise da socialização política é o trabalho Easton (1969). Para ele, a noção de sistema político é o ponto central da análise. A política nada mais é que sistema de formação de demandas e de decisões atravessadas pelo campo da política partidária. Em sua pesquisa, Easton parte do pressuposto que as crianças desconhecem as noções de política partidária, no entanto, conseguem perceber outros aspectos a cerca das questões políticas. Da pesquisa de Easton, é possível ser observado alguns aspectos importantes do mundo político, como a politização, a personalização, a idealização da autoridade e a institucionalização do sistema político como algo impessoal.

Tais resultados são produtos de um modelo norte-americano de abordagem do problema acerca da formação da socialização política. Nesse processo, o peso da socialização infantil sobre as demais possíveis modificações é enfatizado. Schmidt (2000, pág. 60) chama atenção que tal modelo está apoiado no princípio da primazia dos três pressupostos, os quais demonstram serem as orientações políticas aprendidas durante a infância, o aprendizado infantil modela as modificações posteriores e essas modificações posteriores ocorridas são de pequenas proporções.

Entretanto, tal abordagem foi criticada na França, principalmente pelos estudos de Annyck Percheron. Joignant (1997 apud NAZZARI) observa que a abordagem europeia quanto ao problema da socialização política propõe pesquisas mais ambiciosas, extrapolando as análises metodológicas behavioristas. Percheron (1971) afirma ser o processo de socialização uma constante na vida do indivíduo, como afirmado por Souza (1983), mas destaca ser impossível estabelecer uma linha de continuidade entre atitudes infantis e adultas. Dedicando-se a examinar essas atitudes fica claro que elas são mais estáveis entre os adultos que nas crianças, também é evidente que a adolescência pode ser caracterizada como a fase de ruptura com o mundo infantil e uma reapropriação de ideias adultas e, além disso, eventos como casamentos, serviço militar, trabalho e mudanças podem trazer modificações às atitudes existentes anteriormente.

Os anos 1970 foram o período em que as pesquisas sobre socialização de adolescentes e adultos se fortaleceram, devido às pesquisas de Kent Jennings e Richard Niemi. No entanto, as análises elaboradas por Roberta Sigel (1989), em *Political learning in adulthood: a sourcebook of theory and research*, são uma referência ao partir do pressuposto que a socialização política é um processo permanente e resultante das experiências vivenciadas. A autora acentua a importância dos eventos ocorridos durante a vida, sem descuidar de observar a singularidade das experiências de cada indivíduo.

Após a discussão de qual momento ocorre a socialização política, apresentamos os estágios que a formam. Partindo do pressuposto que a socialização política é um processo, as noções de Peter Berger e Thomas Luckmann de socialização primária e secundária permitem responder essa questão.

A socialização de caráter primário ocorre no seio familiar, durante a infância e exerce forte influência no desenvolvimento político do indivíduo. As primeiras noções de identidade político-partidária e participação política se estabelecem nessa esfera de atuação. A outra forma de socialização é nomeada de secundária caracterizando-se por ser um processo subsequente ao estabelecido no lar, vindo a se consolidar com a circulação do indivíduo em outros setores da sociedade. Nessa fase são comuns as transformações das atitudes de caráter parcial, constituindo-se em mecanismo de adaptação.

Há que se ressaltar a presença de uma terceira forma de socialização, denominada ressocialização. Ela vem acompanhada de profundas transformações, conduzidas por processos de rupturas fortes. O seu caráter é similar ao da socialização primária, uma vez que leva a reinterpretar os fatos a partir do aniquilamento das vivências anteriores.

Observando esse debate de tipos de socialização e o seu processo de continuidade durante toda a vida, verifica-se que tal fenômeno não é sinônimo de uma transmissão puramente intencional de orientações políticas, mas, sim, originado a partir da infinidade de circunstâncias e experiências em constante interação neste processo de socialização política. Essa realidade permitiu uma dedicação analítica dos cientistas políticos sobre os fatores não-intencionais constituintes desta formação. Para tanto, é

necessário verificar a socialização de caráter latente e a manifesta para diferenciar esta formação das atitudes políticas.

Para Almond e Coleman (1969), há essa divisão relevante para explicar o processo de internalização dos valores da sociedade. Um primeiro tipo é conhecido como socialização latente, caracterizando-se como a transmissão de orientações políticas de caráter difuso e não programado. Ela é mais frequente dentro da família, durante a infância, mas pode ocorrer em outras instituições e grupos sociais. A segunda forma de socialização denomina-se manifesta e constitui-se por ser uma transmissão explícita de orientações políticas, desempenhada pelas diversas agências de socialização presentes na sociedade. Na análise feita pelos autores, acredita-se diminuir a taxa de socialização latente, à medida que o indivíduo cresce e amadurece.

Ambas as formas de transmissão de valores políticos foram objetos de análise em diversas situações. Destaca-se os estudos a cerca da educação cívica, tão frequente em países de democracia estabilizada, como é o caso dos Estados Unidos. Conforme Morduchowicz et. al. (1996 apud SCHMIDT) os efeitos dos cursos cívicos são relativamente baixos em casos de democracias estáveis (caso norte-americano). O tema tem voltado à baila, ultimamente, nas novas democracias. Tal debate aproxima-se da noção de que em nenhuma democracia há a transmissão automática de valores democráticos, portanto é importante a existência de iniciativas que apontem para a educação e cidadania, desenvolvida em instituições como escolas, movimentos sociais e agremiações políticas.

Uma experiência importante foi organizada por Roxana Morduchowicz durante a década de oitenta. O programa desenvolveu-se com os estudantes argentinos de 12 a 13 anos de idade, abrangendo 125 mil alunos e 40 mil professores. Caracterizava-se na formação desses estudantes mediante o uso de jornais durante quatro horas semanais. Apesar do pouco tempo de atividade, verificou-se um salto qualitativo neles diante de questões políticas envolvendo o país, maior interesse sobre os fenômenos sociais, maior apoio às liberdades religiosas e de expressão, maior tolerância com o trabalho feminino e maior preocupação com o meio ambiente. Tais resultados levaram por terra a suposição de que a educação cívica não produz resultados importantes.

A socialização manifesta precisa ser observada de uma forma cuidadosa. Esse processo não ocorre em um vazio, mas diante de um meio social cheio de determinantes e ante a um indivíduo possuidor de uma história prévia. Tais variações não permitem prever perfeitamente qual o impacto dessa transmissão sobre esse indivíduo. Mesmo assim, é necessário ressaltar que o processo de socialização manifesta é muito importante para a socialização política de qualquer sociedade. Portanto, educar para estabelecer ou consolidar os valores da democracia é fundamental para a ampliação de mecanismos mais democráticos nas novas democracias.

Essa categorização em agências socializadoras primárias e secundárias demonstra um processo de continuidade na transmissão de valores, onde não há só um padrão de influências exercidas pelas diversas agências, variando de um contexto social para outro. As principais instituições que podem ser reconhecidas como transmissoras da cultura política são família, escola, grupos de pares, igreja, ambiente de trabalho, partidos políticos, movimentos sociais e mídia. Segundo Schmidt (2001), dentre todas essas instituições elencadas, a família é a que desponta com maior destaque, seguida da escola e, na década de oitenta, a mídia vem crescendo consideravelmente e tomando um espaço importante como agência socializadora. Pesquisas apontam que a televisão ocupa a maior importância e confiança pelas pessoas como espaço de disseminação de informações, enquanto isso a Internet vem aumentando dentre as mídias, mas ainda está em terceiro lugar como meio de comunicação e informação de relevância para a sociedade. Esses dados mostram a capacidade de socialização política e desenvolvimento da cidadania que esses veículos de comunicação desejem passar. Além disso, se pudermos conhecer os dados a cerca de como são usados esses veículos informacionais, poderemos avaliar se o potencial de socialização oferecido por eles pode colaborar com o desenvolvimento de valores mais democráticos.

Na primeira fase dos estudos sobre socialização política, a família ocupava um papel de destaque entre os pesquisadores, como a principal agência de socialização política. As pesquisas realizadas pela equipe de David Easton apontavam que princípios como a noção de autoridade se dava dentro do seio familiar. A partir da década de setenta, esse potencial da família foi relativizado. Os trabalhos desenvolvidos por Jennings e Niemi (1974) constataram que meios familiares com condições desfavoráveis nos aspectos econômicos e socioculturais podem ter seu potencial

socializador reduzido, enquanto outras agências assumem um papel maior na formação de atitudes políticas.

Nas décadas de 1980 e 1990 assume um papel importante outra agência de socialização política, a mídia. O seu desenvolvimento se dá com a evolução do rádio e da televisão como ambientes de disseminação de informação inseridos na lógica de emissão-recepção. Destaca-se nesse caso a discussão feita por Putnam (1996), ao afirmar que o deslocamento da socialização familiar para a televisão reverte no baixo civismo. Neste contexto surge a internet como um mecanismo que diminui o tempo necessário para a disseminação das informações e passa a ser considerada como um espaço de encurtamento da comunicação, como será visto a seguir, sobretudo em relação as suas peculiaridades e seu potencial de influenciar a juventude em seus posicionamentos político diante da realidade social.

2.3 INTERNET

A história da internet pode ser resgatada a partir das quatro últimas décadas passadas, desde fins da década de sessenta até a primeira década do século XXI. Conforme Castells (2003a; 2003b), o surgimento da rede mundial de computadores deu-se no contexto da corrida militar durante a guerra fria. Neste período, as finalidades da web eram completamente diferentes que o seu uso atual. Com base nessa afirmação sobre a internet, examinaremos seus traços históricos e o seu uso com a finalidade de ampliar os valores democráticos da sociedade.

Cabe ressaltar que a bibliografia a tratar sobre os valores democráticos de uma sociedade e a web ainda estão em fase inicial, não havendo estudos sobre a temática. Além disso, é imperativo destacar que muitas das pesquisas na área da sociedade da informação são desenvolvidas pelas Ciências da Comunicação e a Educação, onde o enfoque científico é diferente das abordagens da Ciência Política. Mesmo dentro das Ciências Sociais, abrangendo a Ciência Política, a Antropologia e a Sociologia, os estudos acerca da internet estão em fase de amadurecimento, sendo que discutir a

cultura política, socialização política de jovens e o uso da www ainda é um debate muito incipiente.

No que tange à história da rede mundial de computadores, o seu passado remonta a década de sessenta e começo dos anos setenta. Castells (2003a) demonstra que o seu surgimento estava atrelado ao contexto político e social do período, mas também aos desenvolvimentos militares que ocorreram durante a guerra fria. Com a finalidade militar e de interligar grupos de pesquisa, a internet esteve diretamente vinculado aos projetos da ARPA (Advanced Research Projects Agency), em 1969. A ARPA surgiu em 1958, como parte integrante do Departamento de Defesa dos Estados Unidos, sua principal função era mobilizar recursos de pesquisa, principalmente nas universidades, objetivando alcançar superioridade tecnológica militar em relação à União Soviética. Essa corrida teve como impulso principal o lançamento do Sputnik, em 1957.

Dentro do projeto da ARPA havia um pequeno programa chamado ARPANET. Este programa teve seu surgimento no IPTO (Information Processing Techniques Office), em 1962. O objetivo central deste setor era estimular a pesquisa em computação²⁶. A criação do ARPANET se justificava pela necessidade de comunicação online entre os diversos grupos de pesquisadores que trabalhavam para a agência.

Esta comunicação contou com dispositivos revolucionários de transmissão de dados por telecomunicação, como o mecanismo de comutação por pacotes, desenvolvido por Paul Baran. Esta estrutura de envio de arquivos pela rede estava apoiada em uma comunicação descentralizada e flexível (eixo central do *backbone* da web). Estava voltada para a manutenção dos projetos militares, os quais necessitavam sobreviver no caso de um ataque nuclear. A estrutura era constituída de diversos “nós”, onde os primeiros (em 1969) foram estabelecidos na Universidade da Califórnia em Los Angeles, na Universidade da Califórnia em Santa Barbara e na Universidade de Utah. Em 1971, a maioria dos centros universitários estava interligada por 15 nós. Em 1972, a

²⁶ Nos estudos feitos por Castells (2003a) há uma observação a cerca da grande liberdade que gozavam os pesquisadores pertencentes ao ARPANET. Durante esse trecho do material, transparece uma noção das pesquisas sobre a internet como um grupo livre e sem pressões de outros institutos para apresentar resultados claros. Partindo de uma opinião própria, não acreditamos que tantos investimentos seriam feitos em um projeto que não tivesse uma finalidade prática e que não colaborassem para um incremento no poderio político militar dos Estados Unidos no contexto da guerra fria.

ARPANET fez sua primeira demonstração em uma conferência internacional realizada em Washington, ganhando um grande destaque como mecanismo de transmissão de dados.

O passo seguinte, como destaca Castells (2003a), foi estabelecer a comunicação entre as redes. Em 1973, isso foi possível após os estudos realizados por Robert Kahn (funcionário da ARPA) e Vinte Cerf (ligado ao núcleo de pesquisa da Universidade de Stanford). A sugestão desses cientistas da computação era desenvolver uma linguagem padrão possibilitando englobar todas as redes, portanto os protocolos usados deveriam ser padronizados para facilitar esta comunicação.

Em 1978, este sistema de protocolos padronizados finalmente foi construído a partir das pesquisas desenvolvidas por Cerf, Postel e Crocker, na Universidade da Califórnia do Sul. Surgem os protocolos TCP (Transmission Control Protocol) e posteriormente o IP (Internet Protocol). Estes dois protocolos são até hoje usados para a comunicação da internet, sendo o padrão universal da rede.

Durante a década de setenta, a ARPANET foi transferida para a DCA (Defense and Communication Agency). Essa transferência disponibilizou a comunicação para diferentes ramos das forças armadas, sendo que o controle das conexões entre os órgãos militares estaria nas mãos da DCA. A partir da década de oitenta, o Departamento de Defesa resolveu desenvolver uma rede independente e voltada para assuntos militares (MILNET). Enquanto isso, a ARPANET passou a ser chamada de ARPA-INTERNET e dedicou-se a pesquisa de fins acadêmicos.

De 1984 até década de noventa a internet passou por um ponto de inflexão. No ano de 1984 mesmo, a NSF (National Science Foundation) montou uma rede própria de comunicação usando-se da tecnologia de protocolos desenvolvidos pela ARPANET. Porém em fevereiro de 1990 foi retirada de operação devido a sua obsolescência. A partir desse período, a web tornou-se livre do ambiente militar que a regia. O governo dos Estados Unidos passou o controle da rede a NSF. No entanto, este controle não se perpetuou por muito tempo. O choque de forças com o desregulado setor das telecomunicações obrigou a NSF a encaminhar a privatização da web. Em 1995, a NSFNET deixou de existir, abrindo caminho para o controle privado da internet.

Uma peculiaridade a merecer destaque nesse resgate histórico da internet é o seu padrão de surgimento. Castells (2003a) denomina a junção dos grandes departamentos de pesquisa financiados pelo governo,²⁷ o Departamento de Defesa norte-americano e a cultura libertária como a fórmula improvável para o nascimento da rede mundial de computadores. Deve-se destacar que dois projetos fizeram parte dos primeiros momentos da rede: a IPTO tinha como principal interesse financiar a ciência da computação nos Estados Unidos, dando liberdade aos pesquisadores para trabalharem, enquanto o Projeto Baran, a comutação por pacotes, tinha fins efetivamente militares.

O Projeto Baran foi rejeitado pelo Pentágono, não sendo implementado. Sua reputação somente foi revisada após as pesquisas de Roger Scantlebury, um cientista da computação inglês que trabalhava com tecnologia similar a de Baran. Foi das pesquisas de Scantlebury que a IPTO revisou as ideias presentes no projeto e aplicou-as na construção da ARPANET. A rede passou a existir sem fins militares, com uso principal voltado a pesquisa científica.

Tornam-se claras as raízes do programa ARPANET. Sua vinculação com o Departamento de Defesa dos Estados Unidos permitiu que o projeto tivesse continuidade no contexto político-social da guerra fria. Além disso, a imposição dos Estados Unidos após o desmantelamento da União Soviética estendeu-se para o modelo de internet disponibilizado atualmente.

O que está ao cabo desta análise é avaliar o seu potencial em influenciar a sociedade e mais detidamente seus aspectos políticos. Assim como qualquer outra mídia, a internet exerce um papel importante como entidade crítica e de reflexo dos desejos da sociedade. Mas algumas peculiaridades compõem a web, como a sua capacidade de atingir um maior número de pessoas em diversos territórios, além de ser estruturada em uma lógica diferente de comunicação.

Diferentemente da televisão e do rádio, em que o sistema de comunicação era estruturado de um para muitos, Lévy (2008) demonstra ser a www capacitada a colocara

²⁷ A chamada cultura libertária aqui apresentada significa o caráter de desconfiança sistemática sobre o governo, baseando-se na crença que o mercado regulamenta tudo por si só e os indivíduos devem cuidar de si. Trata-se de uma perspectiva norte-americana do termo libertário. Há a tradução europeia para esse termo. Ela distingue-se do significado norte-americano, pois se constitui em uma cultura ou ideologia baseada na defesa da liberdade individual como um valor supremo. Pode ter um aspecto contrário ao governo ou como ajuda complementar aos agentes públicos.

todos como emissores e ao mesmo tempo receptores de informação, portanto, deixam de existir passivos nessa lógica de troca de informações para existir diversos emissores de mensagens. Ao mudar a relação entre os diversos emissores de informação, se altera também a relação entre os cidadãos e os agentes públicos. Cada vez mais a rede tem ocupado esse espaço e, à medida que o seu uso é ampliado, mais as formas tradicionais de comunicação, como a visita a gabinetes de políticos, envio de correspondências e atos públicos de protesto, acabam sendo colocadas de lado pela facilidade que a internet tem oferecido.

Castells (2003a) aponta ser a web um veículo detentor de alto potencial para auxiliar na comunicação entre os agentes públicos e os cidadãos. O exemplo principal foi o projeto da Cidade Digital de Amsterdã. Tal estrutura procurava aproximar cada vez mais os cidadãos dos agentes públicos, impondo a obrigação da prestação de contas ante a sociedade via a rede também. A partir dessa experiência a internet passará a ocupar um espaço cada vez mais frequente no cotidiano dos cidadãos e também dos agentes públicos.

Antes mesmo da Cidade Digital de Amsterdã, Castells (2000) demonstra que a internet já despontava como uma mídia de alto potencial. Alguns movimentos sociais durante a década de noventa já vinham fazendo uso deste veículo de informação e comunicação para manifestar suas demandas. Um dos primeiros movimentos a utilizarem a rede para tal fim foi os Chiapas no México (CASTELLS, 2000). A disseminação das informações via web da reação do governo mexicano ante aos manifestantes, bem como as descrições veiculadas demonstrando as constantes violações de direitos humanos sofridos pelos indígenas e camponeses pobres nesta província, voltou os olhos do mundo para a situação político-social instaurada na localidade. Com este efeito, as ações repressivas por parte do governo ficaram engessadas, além de forçar o estabelecimento de negociações entre os agentes públicos e os zapatistas.

Diante desta proposta da internet como mecanismo de aproximação entre a sociedade e o Estado, seja expondo o descaso da relação sociedade/Estado, seja ressaltando propostas de colaboração entre estes dois sujeitos, Gomes (2005a) acredita ser necessário analisar a rede a partir do seu potencial de incremento à deliberação, aos

mecanismos de participação cidadã e à democracia. Para o autor, os novos meios midiáticos são vistos como um solucionador do déficit democrático presente nas sociedades contemporâneas, principalmente por atuar no sistema de práticas, instituições e valores da política contemporânea.

Este acréscimo nos mecanismos de participação política está atrelado à necessidade de melhorar os índices qualitativos da democracia. A falta de participação política é um indício de fraqueza nos requisitos culturais para uma vida democrática em sociedade, como afirma Gomes (2005a, 2005b). Portanto, muito tem se aventado que a internet seria um instrumento capacitado a restabelecer a essa vivência nas sociedades e principiar a mobilização para uma democracia digital.

No que tange a tal posicionamento, Gomes (2005b) aponta que o discurso de uma democracia digital vem sendo utilizado como forma de suprimir as deficiências apresentadas pelo modelo liberal democrático adotado pelas sociedades. Acredita-se que o advento da democracia digital resolveria o déficit participativo dos cidadãos devido a ampliação de mecanismos de comunicação digital e o desnecessário comparecimento a esfera pública para deliberar e participar da tomada de decisões. Se a política não pode prescindir da existência do cidadão em debate na esfera pública com os agentes do Estado, o advento da internet permitiria uma ampliação na participação, escapando as escusas de falta de tempo de se fazer presentes nos debates.

Tal experiência já foi testada em alguns espaços. Sampaio e Roballo (2010) debatem a aplicação da rede na deliberação e participação de orçamentos participativos. A pesquisa apresenta quatro modelos de uso da internet para incrementar a participação política. Dentre eles, os dois principais são amálgama e online. Nestes dois modelos, a comunicação dá-se basicamente pela internet e a participação política é quase totalmente digital. A exceção está no amálgama. Nele ainda podemos verificar a possibilidade da participação presencial. Na experiência online, tanto a deliberação quanto a manifestação dos votos para as propostas participativas se dão no meio digital, apontando para a possibilidade de participar das decisões importantes sem necessariamente deslocar-se até um espaço físico delimitado.

Entretanto, tal modelo de participação a partir da ciberdemocracia é permeada por críticas. Castells (2003a, p.11) chama a atenção para a impossibilidade de a internet resolver todos os problemas do déficit democrático:

Nem utopia nem distopia, a internet é a expressão de nós mesmos através de um código de comunicação específico, que devemos compreender se quisermos mudar nossa realidade.

Além dessas críticas, o autor também demonstra ser necessário repensar o próprio modelo de democracia disponibilizado em nosso sistema político. Para Gomes (2007), repensar a democracia a partir do paradigma liberal não trará mudanças qualitativas mesmo com o advento da internet. Há um esgotamento claro na realidade disponibilizada pela democracia liberal. Criticando fortemente este quadro desenhado por Pippa Norris, Gomes (2007) destaca ser necessário extrapolar o modelo liberal-representativo. A internet teria como papel importante reforçar as instituições e a sociedade civil no modelo democrático procedimental ditado pela democracia liberal-representativa, mas será que o seu potencial extrapola esse paradigma? Talvez a resposta esteja na necessidade da ampliação da cultura participativa por parte dos cidadãos.

A rede, no entanto, não pode ser vista somente a partir de aspectos positivos. Paul Virilio (1999) chama atenção que as perspectivas quanto a possibilidade da rede em colaborar no incremento democrático da sociedade pode ser exagerado. Sua crítica é direcionada ao pensamento de Pierre Lévy (1998, 2008), uma vez que a visão desse autor é positiva quanto ao potencial da internet como a nova grande mídia a influenciar no processo decisório democrático política. Para Lévy (1998, 2008), a web deve ser encarada como um ponto de inflexão vivenciado pela sociedade. O paradigma da sociedade da informação é uma realidade que permite a redistribuição do poder entre os atores que compõem a sociedade, com isso as minorias teriam a capacidade de influenciar na decisão, saindo da condição de reféns das elites políticas e econômicas.

Contudo, Virilio (1999) destaca que tal visão da internet é equivocada, uma vez que a distribuição de acessos não é igual para todos. Para esse autor, as elites políticas e econômicas estão mais familiarizadas ao uso da rede e no momento que ela estiver disponível a todos de forma mais igualitária, as elites, certamente, estarão muito adiante

dessa realidade. Castells (2003a) também reafirma esse ponto destacando que a disseminação dos acessos à web vão começar a aumentar a partir da década de noventa, no entanto, ainda está muito concentrada nos países economicamente desenvolvidos e disponibilizada às elites econômicas dos Estados em desenvolvimento.

O debate desenvolvido por Castells exerce influência sobre as discussões a tratar da internet e da democracia no Brasil. Gomes (2005a, 2005b, 2007) chama atenção que a rede por si só não pode fazer muita coisa pela qualidade da democracia. Analisando o outro lado da moeda da democracia digital, é imperativo também conhecer qual o tipo de uso feito pela internet. A perspectiva crítica acerca da web destaca a necessidade do reconhecimento da cultura política estabelecida na sociedade e suas mudanças após o impacto da rede como mecanismo de participação política, Gomes (2005a, p.72) afirma:

[...] defensores dos impactos positivos da internet sobre a participação política a refletir sobre a cultura política e as suas injunções sobre qualquer tipo de efeito político. Tome-se, por exemplo, a questão da informação política. Mesmo que ela fosse abundante a qualificada, só se poderia pensar em efeitos da informação política online sobre práticas políticas se levássemos em conta a cultura política predominante. [...] Há informação política disponível, mas há um interesse significativo do usuário da internet em informação política?

Assim destaca também Maia (2000) que a maioria dos usuários das redes de discussão disponíveis na web se preocupa em acumular e disponibilizar informações, sem efetivamente se agregarem a algum debate propriamente dito, pouco aprofundando as discussões ou mesmo reforçando seus argumentos de defesa de suas posições. Pesquisas realizadas por Wilhelm (1999, 2000) e Hill e Hughes (1998) apontavam que a inundação de informações disponíveis na rede cria a sensação de estarmos inseridos em uma gigantesca Babel, onde todos falam e ninguém ouve. Portanto, Maia (2000, p. 9) destaca:

As tecnologias da informação e da comunicação facilitam o armazenamento e a circulação dos estoques informativos, agilizam buscas, tornam a vida mais veloz. Contudo, não determinam o procedimento da interação comunicativa e nem garantem a reflexão crítico-racional.

Portanto, a troca das informações estabelecidas na internet não necessariamente irá garantir a reflexão crítica dos assuntos por parte dos usuários da rede. Apesar de a discussão estar delimitada no tempo e espaço em uma década, pesquisa recente aponta que em alguns espaços não houve incremento de deliberação, mas, sim, maior disponibilização de informações. Roballo e Machado (2009), observando o desenvolvimento dos debates na comunidade Ciências Sociais no Orkut, concluíram que pouco era discutido nos fóruns propostos a cerca de assuntos de efetiva relevância para sociedade. O espaço de discussão colocou-se como somente um local de disponibilidade de informações, sendo que a maioria das notícias não tinha qualquer finalidade participativa ou deliberativa. A expectativa da internet como uma forte ferramenta de ampliação dos debates com possível impacto real na sociedade não é tão grande assim. A ausência de práticas republicanas por parte dos usuários pode ser uma forma de explicação para esse baixo impacto da internet como mecanismo de fortalecimento de estruturas democráticas mais sólidas e práticas mais cidadãs. Esses déficits parecem apontar para a necessidade de rever a socialização dos cidadãos, no caso os jovens, grupo de principais usuários da rede de computadores.

Esses argumentos problematizam esse posicionamento da internet como, a grande solucionadora dos déficits democráticos das sociedades, estão no âmago de nossa pesquisa. Considerando os jovens como os maiores usuários da rede²⁸, eles estão efetivamente interessados em buscar informação política? A sua forma de socialização disponibilizada pelas instituições mais frequentes no seu cotidiano o prepara para essa busca por assuntos políticos na web? Com base nos argumentos, examina-se a seguir o conceito de juventude para entender as causas da constante responsabilização colocada sobre esse grupo como necessariamente o agente protagonista da mudança de uma cultura política pouco participativa para um modelo mais afeito aos valores republicanos.

2.4 JUVENTUDE

²⁸ Como já foi exposto anteriormente nas citações que tratam sobre os resultados dos Informes Latinobarômetros de 2008 e 2010.

Os estudos que tratam a temática da juventude a partir do viés sociológico têm como marco inicial as análises elaboradas por Pierre Bourdieu no livro *Questões de Sociologia* (1983). Para esse autor, a juventude não pode ser classificada como um grupo único e fechado, apresentando poucas diferenças entre classe, gênero e idade. Ele é o primeiro a tratar a questão da juventude como uma categoria a ser analisada e problematizada pela sociologia, onde o autor evidencia a existência de diversos matizes inseridos no grupo jovem. Apontando também para a questão geracional como um dado manipulável, uma vez que todos esses itens nada mais são que construções analíticas sociais.

Dessa forma, Pierre Bourdieu se constitui em um pioneiro no debate a cerca da juventude. A partir de sua produção teórica, outras produções e pesquisas foram sendo incorporadas, onde a temática sobre os jovens foi tomando mais forma e sendo agregados novos aspectos teóricos, metodológicos, analíticos e sociais. Nesses debates, destacam-se as discussões feitas por Machado Pais, Margulis e Urresti e, no Brasil, Novaes e Vital, bem como os estudos que integram a questão da juventude, democracia e cultura política como em Baquero, Prá, Nazzari e Schmidt (além de diversas pesquisas orientadas por Baquero e Prá)²⁹.

Se Pierre Bourdieu pode ser considerado o pioneiro no debate sociológico sobre a juventude; coube, no entanto, a José Machado Pais (1990, p. 140) resgatar a discussão da sociologia da juventude e suas duas tendências para tratar a questão dos jovens:

- a) Numa delas, a juventude é tomada como um conjunto social cujo principal atributo é o de ser constituído por indivíduos pertencentes a uma dada “fase da vida”, prevalecendo a busca dos aspectos mais uniformes e homogêneos que caracterizariam essa fase da vida – aspectos que fariam parte de uma “cultura juvenil”, específica, portanto, de uma geração definida em termos etários;
- b) Noutra tendência, contudo, a juventude é tomada como um conjunto social necessariamente diversificado, perfilando-se diferentes culturas juvenis, em função de diferentes pertenças de classe, diferentes situações econômicas, diferentes parcelas de poder, diferentes interesses, diferentes oportunidades ocupacionais, etc. Neste outro sentido, seria, de fato, um abuso de linguagem subsumir sob o mesmo conceito de juventude universos sociais que não têm entre si praticamente nada de comum.

²⁹ Apesar dos debates sobre a juventude estarem mais desenvolvidos no âmbito da Sociologia e da Educação, a temática vem avançando na Ciência Política como pode ser visto a partir da indicação dos quatros últimos autores destacados.

Machado Pais (1990) debate a questão da juventude resgatando que historicamente esse grupo social está vinculado a uma fase da vida instável, onde são diversos os problemas sociais e a constante cobrança de um posicionamento atuante dos membros desse grupo. Há uma divisão clara entre o grupo socialmente responsável (adultos) e os irresponsáveis (jovens), os quais precisam contornar os problemas presentes nessa fase da vida e ainda colocar-se como atuante para não cair sobre eles o estigma de irresponsabilidade.

O principal problema social presente na vida da juventude é a questão do trabalho. Tal afirmação já era feita no artigo de 1990 de Machado Pais. Observando a realidade os jovens portugueses na década de setenta, a problemática do mercado de trabalho obriga o maior cuidado nas questões acerca da juventude. Diante disso surgem pesquisas preocupadas em entender a relação do jovem com a família, com a marginalidade e o acesso a informação via a mídia de massa. Tais fenômenos sociais ensejaram o interesse de problematizar a juventude sociologicamente, diante dessa preocupação, as duas vertentes da sociologia da juventude tentam responder essas questões.

A primeira perspectiva teórica é a corrente geracional. Essa abordagem toma como ponto de partida ser a juventude uma fase da vida, enfatizando a unidade desse grupo social, desconhecendo as desigualdades de gênero, classe e etária presentes entre seus membros. O potencial explicativo dessa abordagem sobre a juventude está no binômio continuidade/descontinuidade dos valores intergeracionais, apoiando-se nas teorias da socialização e das gerações.

A corrente geracional demonstra ser as descontinuidades intergeracionais a formadora da juventude como uma geração social. Como afirma Machado Pais (1990), resgatando a fala de Sedas Nunes (1968), a geração social somente pode ser delimitada a partir do contato com as outras gerações, portanto, é necessário existir uma distinção entre as faixas etárias para a delimitação das gerações. Conforme Sedas Nunes, é imperativo distinguir os conceitos de geração biológica, demográfica e social. Os conceitos de geração biológica e demográfica são definidos da seguinte forma; a geração biológica é um intervalo de tempo que abrange o número médio de anos que

decorrem entre o ano de nascimento e o momento em que nascem os filhos destes indivíduos; já o conceito de geração demográfica se caracteriza como um agregado estatístico de indivíduos, cujas idades se situam dentro de certos limites. Portanto, para caracterizar a geração social, Sedas Nunes aponta algumas características: indivíduos possuidores de idades concentradas em um intervalo relativamente estreito; os membros possuem sentimentos comuns de se encontrarem coletivamente em comparação com os outros grupos que compõem a sociedade, sejam mais velhos, sejam mais novos; e a presença de manifestações próprias do grupo sociais além das diferenças de idade, o que demonstra a diferença de referências culturais e sociais em relação às outras faixas etárias.

Essa caracterização proposta no conceito de geração social demonstra a existência de uma cultura juvenil em oposição às demais culturas presentes nas outras gerações. A oposição elaborada a partir dessa relação permite diferentes tipos de descontinuidades intergeracionais, falando-se em socialização contínua e rupturas intergeracionais.

A continuidade e a ruptura são fenômenos constantes na cultura juvenil a partir dessa perspectiva geracional Machado Pais (1990). A continuidade é visualizada no processo de internalização dos valores sociais por parte dos mais jovens. Conforme o recorte geracional proposto, fica evidente, portanto, o papel desempenhados pelas gerações mais velhas ao socializarem as gerações mais novas para o convívio na sociedade. No que tange ao processo de ruptura, é necessário entender que essa de formação de valores nem sempre se dará em um cenário pacífico, não sendo um fenômeno alheio aos conflitos geracionais. Esse espaço de socialização é um espaço de questionamentos e rupturas entre gerações, onde a manutenção e a renovação da sociedade dependem dessa relação dialética entre os mais velhos e os mais jovens.

O corte central dessa forma de abordagem está na noção de experimentação do mundo a partir da geração, e não da classe social. O enfrentamento aos problemas é compartilhado como uma experiência geracional, marcando a vida de todos os membros de determinada faixa etária. Obviamente que há diferentes perspectiva entre os pertences de uma geração. Enquanto alguns fenômenos marcam somente uma geração da estrutura social, outros deixam marcas em todas as gerações. Esse segundo tipo de

marcas é que caracterizaria as perspectivas sedimentadas em todas as gerações constituintes da estrutura social, refletindo-se nas relações intergeracionais.

Por outro lado, Machado Pais (1990) destaca também a abordagem classista da problemática da juventude. Nessa corrente, a classe de pertencimento do jovem é o foco central da análise. Portanto, as mesmas culturas juvenis encontradas na análise geracional acabam retratando culturas de classe. Essas manifestações culturais dos jovens são constituídas a partir dos conflitos existentes entre as diferentes classes que compõem a estrutura social.

Percebe-se pelo recorte geracional a necessidade da ampliação da politização das culturas juvenis. Elas se constituem em uma forma de resistência as contradições de classe, são culturas negociadas no quadro de um contexto social e cultural determinado por relações de desigualdade entre as classes sociais. Diante disso, culturas juvenis que não se apresentam como formas de resistência de classe não interessam para essa segunda abordagem.

O cenário de luta é a conquista por espaços culturais. Os rituais que compõem as manifestações de classe oferecem resistência à invasão simbólica de outra cultura juvenil. Uma peculiaridade marcante dessa abordagem é retratar as culturas juvenis como um aspecto masculinizado e trabalhador. Esse último ponto foi ressaltado pelos estudos feministas desenvolvidos na Grã-Bretanha, onde teóricas feministas estudaram o desenvolvimento de culturas juvenis femininas alheias ao contato com universo masculino. Os estudos da perspectiva classista apresentam dois tipos de críticas, as quais são analisados a seguir.

A primeira está na abordagem da cultura juvenil como uma mera expressão de classe. Cair em uma homogeneidade é um equívoco, uma vez que não é possível haver uma opinião homogênea de todos os membros de uma mesma classe, incorrer nesse posicionamento é crer na existência de um determinismo classista. Como chama a atenção Thompson (1963), as classes não são fenômenos sociais inertes, mas, sim, devem ser vistas como um processo relacional com as outras classes constituintes da estrutura social. Os fenômenos que afetam as experiências dos jovens não podem ser vistos como a única e exclusiva forma de determinações sociais e posicionamento de classes. Os processos vivenciados devem ser compreendidos a partir da participação nos

sistemas locais e nas trajetórias sociais. A mobilidade social pode contrariar a causalidade provável, parte do argumento classista.

A segunda crítica a ser feita é no que tange à dicotomia entre as perspectivas masculina e feminina. Qualquer uma das análises incorre no mesmo equívoco. Observar somente o posicionamento masculino ou o feminino sem entender que esses dois universos se tangenciam, não propondo um diálogo entre essas duas abordagens, é partir do pressuposto que essas intersecções não são capazes de formar diversas outras manifestações de culturas juvenis.

A juventude, portanto, é um fenômeno social a ser analisado a partir da pluralidade de situações a serem encaradas. Margulis e Urresti (2000) apontam que a juventude não pode ser somente uma palavra, como afirma Bourdieu. Segundo os autores, os jovens se encontram em um espaço indeterminado, estando espremidos entre a infância e os adultos. Essa etapa da vida começa com a adolescência e vai até a independência do lar de origem, com a constituição de uma casa própria, casamento, autonomia econômica e filhos (aspectos que representam a fase adulta).

Além disso, o jovem se encontra em uma situação de relativa maturidade biológica, combinada com a imaturidade social, portanto, ele é responsável em algumas coisas, mas para alguns outros ritos ele não pode ser responsabilizado. Cecilia Braslavsky (1986) refuta a o mito de ser a juventude um grupo homogêneo. Para ela, há três etapas juvenis diferentes: a manifestação dourada – onde todos os jovens são vistos como privilegiados, despreocupados e militantes pelos seus interesses, vivenciando a moratória social³⁰; a manifestação cinza – é uma classificação que impõe todos os males sobre os jovens, sendo vista como a classe mais afetada pelas crises sociais, pelos autoritarismos e também apresentando o maior número de delinquentes, desocupados, pobres e apáticos; e a manifestação branca – é a forma de visualizar nos jovens os atributos maravilhosos, como seres que vão salvar o mundo ou que farão feitos que seus pais não fizeram.

Diante dessas afirmações, podemos dizer que a juventude é uma condição social vivenciada por um determinado grupo. Ela passa a ser um valor simbólico, possível de

³⁰ A moratória social afirmar que o jovem possui um tempo livre para gozar da sua irresponsabilidade e de angústias presentes nos adultos, permitindo que eles possuam mais tempo para se preparar para a vida adulta.

ser comercializado (bens e serviços) e associável a traços apreciados (estética dominante).

A juventude, na perspectiva dos autores, não pode ser considerada somente um signo. Ela é muito mais que isso, contendo simbolismos transformadores dessa faixa etária em algo desejável. No entanto, não somente esse signo é perceptível. Também é necessário entender que os jovens são distribuídos em classes sociais. Essas divisões apontam a inexistência de um grupo homogêneo. As situações vivenciadas pelos jovens de diversas classes sociais demonstram que não podemos classificar os membros de uma mesma idade em uma mesma realidade. A juventude é um conceito elaborado a partir de uma faixa etária, mas também de eventos históricos, políticos e sociais experimentados por esse grupo.

É possível ver uma clara divisão entre os membros de uma determinada faixa etária de classes médias e altas e os mesmo participantes de tal idade em grupos mais pobres. Os jovens de classes mais altas possuem maiores oportunidades de estudar e com isso protelar a sua entrada no mundo adulto. Normalmente, seus casamentos são mais tarde e, com isso, seus filhos nascem mais tarde também. Essa juventude passa por uma maior fase de irresponsabilidade, com menores exigências e gozando de signos sociais mais amplos caracterizadores da juventude.

Os setores mais populares, no entanto, estão prejudicados quanto a possibilidades de ascender à moratória social. Como destacam Margulis e Urresti, (2000), o tempo livre para a formação do mundo adulto, entre as classes menos abastadas, não se constitui em uma condição desejada, mas, sim, um período de frustração, uma vez que estar parado nessa preparação é caracterizado como desemprego. Este período que poderia ser considerado de moratória social entre os jovens das classes mais baixas se constitui em um problema social e econômico, devido a não colocação no mercado de trabalho, tornando esse momento vivenciado de culpa, impotência e sofrimento pela situação de não-ocupação.

Essa realidade está ligada ao *ethos* da classe popular. Preparar-se para a vida adulta mediante o estudo se constitui como um tempo perdido para os membros desse grupo. Vivenciando condições socioeconômicas bem inferiores as classes mais abastadas, esses jovens necessitam entrar mais cedo no mercado de trabalho. Ao

começar a trabalhar, passam da condição de jovens a “adultos”, uma vez que dentro da lógica classista ao perceberem rendimentos eles podem ser considerados como responsáveis pela sua manutenção e de outras pessoas.

Outro ponto que necessita ser analisado mais detidamente é a contraposição entre moratória social e moratória vital. Enquanto a moratória social se constitui em um tempo de preparação para o mundo adulto, uma etapa vivenciada por determinadas classes sociais, a moratória vital é reconhecida como o distanciamento aos aspectos que demarcam o mundo adulto. Essa segunda moratória pode ser denominada como a sensação de imortalidade permanente muito presente nos jovens. Diante desse sentimento, a juventude tem por prática tomar condutas autodestrutivas com sua própria saúde, além dos traços de ousadia e audácia comum na exposição a acidentes, a criminalidade e excessos de imprudência e negligência. A isso ainda podemos acrescentar o mito da morte heroica, comumente usada pelas forças armadas³¹. Tais características são demonstradas na citação a seguir (MARGULIS; URRESTI, 2000, p. 20-21):

La moratoria vital se identifica con esa sensación de inmortalidad tan propia de los jóvenes. Esa sensación, esta manera de encontrarse en el mundo se asocia con la temeridad de algunos actos gratuitos, conducta autodestructivas que juegan con la salud (que se vive como inagotable), la audacia y el arrojo en desafíos, la recurrente exposición a accidentes, excesos, sobredosis. Sobre esta condición se ha encarnado una cierta mitología de la cultura juvenil, que valoriza el “morir joven”, morir antes que envejecer, trágicamente, para permanecer siempre joven, inmortal.”

Ambos os conceitos se complementam, por um lado a moratória vital irá dizer quem é jovem biologicamente. Portanto, quem é possuidor das características jovens a serem esteticamente aceitas e comercializadas (o reconhecido corpo jovem). Já a moratória social apresenta aqueles que estão aptos a gozarem das características da juventude, como a limitada responsabilidade e o período de preparação para o mundo adulto. Essa segunda forma de moratória aponta aqueles que podem ser classificados como jovens, não necessariamente sendo etária e biologicamente pertencentes à juventude.

³¹ O caso em tela é a representação usada pelo Exército Argentino durante a batalha das Malvinas. A grande maioria dos mortos nesse conflito foram os jovens recrutados pelas forças armadas.

O caso brasileiro não se diferencia tanto das análises dos autores internacionais. Novaes e Vital (2005) apontam que as características presentes tanto na abordagem classista quanto geracional para o caso brasileiro se caracterizam em um paradigma presente. Mas em alguns pontos o aspecto classista é potencializado devido ao relativo índice de segurança social vivenciado pelos jovens brasileiros.

Como foi falado anteriormente, o jovem brasileiro está vivendo um período de profunda transição política, econômica e social. Faltam garantias para que ele se estabeleça economicamente, ao mesmo tempo em que é exigido um posicionamento ativo e vigoroso desse grupo social na democracia, na cidadania e nas instituições que compõem a sociedade. Baquero (2008a) aponta ser esse um quadro a dificultar o posicionamento independente e atuante exigido dos jovens pelos grupos mais maduros da sociedade.

Além desses problemas, há ainda a questão do modelo de socialização implementado por parte das gerações adultas. Não somente o bem-estar social garantido é o principal problema nesse descompasso do papel dos jovens. A forma de ensinar a viver em sociedade está apoiada em uma caracterização da juventude como um grupo despreparado para viver junto aos outros grupos sociais. Ao mesmo tempo, é exigida destes mesmos jovens uma pronta participação e presença na mesma sociedade que o condena com diversos estereótipos como irresponsável, grupo social perigoso e corpo belo a ser seguido.

Assim, na política, os reflexos dessa socialização descompassada apontam para uma cultura política de sujeição no caso brasileiro. Essa formação politizada para a despolitização da sociedade precisa ser analisada de forma mais detida em nossos jovens a fim de verificar a nova relação que é estabelecida com a web como veículo de comunicação, informação e de participação política.

Diante do que foi afirmado nesse capítulo, observa-se que a cultura política e a socialização política são ferramentas explicativas importantes para a análise do quadro político vivenciado no Brasil. Não descuidando de outras abordagens a cerca do espectro político, essas duas formas de aproximação do problema permitem captar lacunas que podem ficar abertas a partir de análises mais voltadas para as institucionalidades da política, conforme Baquero (2008a).

Já a internet e a juventude se constituem em pontos a serem esclarecidos e confrontados para o entendimento do posicionamento tomado em relação à política em nossa sociedade a partir da apropriação dessa mídia por parte dos jovens. No entanto, como fora explanado anteriormente, os estudos interessados em conectar essas áreas ainda se encontram em fase inicial e estão delimitados no campo científico da Educação e da Comunicação Social; é justificável, portanto, explorar esse campo para o melhor entendimento da relação dos jovens como atores políticos e a internet como meio de comunicação, onde esse veículo pode ser encarado como um reflexo do interesse político por parte da juventude.

Tal estudo se constitui como mais uma ferramenta para a ampliação do entendimento do papel a ser cobrado pela sociedade junto aos jovens e o uso da mídia virtual como mecanismo de maior participação política e de aprendizagem desta mesma participação. Discutir a temática proposta na pesquisa tem se tornado importante, pois cada vez mais a internet está sendo usada como palco de discussão e distribuição de informação política. O impacto de tal fenômeno é mais disponível para os jovens, uma vez que seu uso da rede é mais frequente neste grupo. No capítulo que se segue, discutiremos os aspectos da metodologia aplicada na pesquisa, observando suas características, potencial analítico e suas limitações.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo se discute a opção pelo estudo de caso e o *survey* usado na pesquisa, bem como os aspectos históricos, o potencial explicativo da pesquisa apoiada nessa metodologia quantitativa e as críticas feitas a ambos. Como foi chamada a atenção por parte de Schmidt (2001), as pesquisas que tratam sobre a socialização política e seus aspectos ainda são estruturados a partir dos métodos quantitativos desenvolvidos em meados dos anos 1960 pelos pesquisadores norte-americanos.

Durante esses anos, os estudos sobre socialização política se complexificaram, mas o método de análise da temática, poucas mudanças, sofreu. Conforme Nazzari (2003), pesquisar a socialização política é investigar como se formam as orientações e atitudes de indivíduos e grupos a partir de suas manifestações como o voto, as ações e no caso em tela, os sítios acessados na internet.

Para a pesquisa, o interesse em entender a relação causal de socialização política e o acesso a determinadas páginas disponíveis na web aponta para a necessidade de realização de estudo de caso junto aos estudantes de ensino médio, sendo que os dados foram obtidos a partir de levantamentos de opinião dos alunos. Após a aplicação desse questionário fechado, partiu-se para as entrevistas semiestruturadas para o entendimento de questões que ficaram abertas, posterior a tabulação dos dados do *survey*. Nesse procedimento, trabalhamos com perguntas destinadas a traçar o perfil desses jovens e captar seus interesses por questões políticas discutidas nos meios formais e não-formais. Portanto, a preferência pelo *survey* é explicada pela forma como foram analisadas essas variáveis e pelo potencial metodológico que abordaremos a seguir.

3.1 ESTUDO DE CASO

O estudo de caso é mais uma forma de analisar os problemas sociais a partir dos métodos propostos pelas Ciências Sociais. Esta forma de abordar os problemas apresenta pontos positivos e negativos que vamos explicitar a partir de agora.

Dentre as técnicas de investigação o estudo de caso fica em uma situação incômoda, pois muitas vezes ele é visto como uma forma complementar de abordar um problema de pesquisa. Robert Yin (2003, p. 21-22) afirma que muitas vezes as técnicas de pesquisa são vistas em ordem hierárquica, em que os estudos de caso ficam relegados como técnicas auxiliares de pesquisa. Nas palavras do autor, vemos que a hierarquia é posta da seguinte forma:

Ensinaram-nos a acreditar que os estudos de caso eram apropriados à fase exploratória de uma investigação, que os levantamentos de dados e as pesquisas históricas eram apropriadas à fase descritiva e que os experimentos eram a única maneira de se fazer investigações explanatórias ou causais.

Esta visão hierarquizada da pesquisa reforça a ideia disseminada que os estudos de caso não são apropriados para teste de proposições. Tal afirmação é totalmente incorreta, pois os estudos de caso não são apropriados somente para a fase exploratória de uma pesquisa. Yin (2003) chama atenção para alguns exemplos de estudos de caso descritivos e explanatórios, respectivamente, como a pesquisa de William Whyte, sobre os jovens moradores do bairro Corneville que originou o livro *“Street Corner Society”* e a investigação de Graham Allison intitulada *“Essence of Decision: explaining the cuban missile crisis”* acerca da crise dos mísseis entre Estados Unidos e União Soviética durante a guerra fria.

Os estudos de caso devem ser utilizados em investigações que visam examinar acontecimentos contemporâneos, podendo ser dotado de observações diretas (aproximando-se da observação participante e da metodologia qualitativa) e entrevistas sistematizadas com a população a ser analisada (uso de entrevistas estruturadas, semiestruturadas ou abertas). No caso de nossa pesquisa mesclamos o estudo de caso com a metodologia quantitativa dos levantamentos, trabalhando com entrevistas estruturadas no primeiro momento e em um segundo momento com entrevistas semiestruturadas com alguns estudantes para captar pontos que possam ter ficado em aberto a partir dos questionários.

Chamamos atenção nesse parágrafo para as críticas feitas ao estudo de caso. Como podemos ver em May (2004) as principais queixas quanto à abordagem estão na falta de rigor atribuída à técnica. A ela agrega-se a segunda crítica ao afirmar que os

estudos de caso oferecem pouca base para generalizações científicas. Por fim, a terceira reclamação é quanto ao tempo necessário para realização de um estudo de caso. Muitos críticos alegam ser uma pesquisa que demanda de muito tempo para a sua conclusão.

Tais críticas são importantes, no entanto refletem certo equívoco. No que tange à primeira crítica, ela reflete um posicionamento por vezes negligenciado por parte dos pesquisadores, uma vez que a confusão entre ensinar o estudo de caso e praticar esta técnica de pesquisa. Yin (2003) ressalta que ao ensinar o estudo de caso os dados podem ser manipulados para melhor ilustrar a prática de pesquisa.

A segunda crítica aponta para a dificuldade de generalizar a partir de um caso único. Dentre as críticas feitas ao estudo de caso, esta é a mais complexa de responder, pois efetivamente, é muito difícil generalizar a partir de uma única experiência. Porém, os fatos científicos raramente baseiam-se em uma experiência, normalmente, há um conjunto de experimentos em realidades diferentes de um mesmo fenômeno, que permitem as generalizações. Além disso, há o estudo de casos múltiplos que permitem a comparação entre diferentes casos. Yin (2003, p. 29) oferece uma resposta interessante para essa segunda crítica:

[...] os estudos de caso, da mesma forma que os experimentos, são generalizáveis a proposições teóricas, e não a populações e universos. Nesse sentido, o estudo de caso, como o experimento, não representa uma amostragem, e o objetivo do pesquisador é expandir e generalizar teorias (generalização analítica) e não enumerar frequências (generalização estatística)

A terceira crítica trata do tempo da pesquisa. Alguns pesquisadores acreditam que o estudo de caso é uma investigação demorada e apresentam relatórios incompreensíveis. Na verdade, tal consideração remete ao passado da técnica, mas não pode ser considerada para os estudos atuais. Além disso, há uma confusão entre o estudo de caso e a etnografia e a observação participante. Estas necessitam de um tempo maior para inquirição das perguntas de pesquisa, enquanto que alguns estudos de caso podem rapidamente ser aplicados a partir de testes de hipóteses e levantamento de dados.

Apresentamos nas páginas anteriores as características do estudo de caso, técnica que empreendemos no contato com os estudantes. Como chamamos a atenção no parágrafo anterior, alguns estudos de caso são conduzidos a partir de *surveys*, como é o quadro de nossa pesquisa. Nos parágrafos que se seguem vamos discutir as características dos levantamentos, seu histórico e suas críticas.

3.2 SURVEYS

O *survey* é um método de pesquisa apropriado para o levantamento de dados que possam predizer um fenômeno social para uma população. Essa coleta de dados, como destaca Barbetta (1998) pretende captar as opiniões dos entrevistados a partir de expressões verbais e escritas acerca do que é perguntado.

É possível dizer que a metodologia de levantamentos possui uma história longa nas pesquisas sociais. Além de apresentar semelhanças com os censos, pois ambos os métodos dedicam-se a fazer contagens da população analisada, ressaltando que os censos contam toda a população e os *surveys* avaliam a população a partir de uma amostra dela³².

O *survey* pode ser usado de forma política, acadêmica e comercial. Uma das primeiras pesquisas de caráter político, conforme Babbie (2003) e Baquero (2009) foi desenvolvida por Karl Marx ao analisar o grau de exploração que os patrões imprimiam em seus empregados. Usando-se do correio, Marx, em 1880, envio questionários a cerca de 25 mil trabalhadores franceses com a finalidade de mensurar o quão eram explorados pelos patrões. Não há informações se ele recebeu algum dos questionários de volta, mas sua proposta merece destaque pela envergadura do levantamento proposto.

Outra pesquisa que contou com o uso do *survey* foi o estudo sobre a ética protestante, realizada por Max Weber. Sua observação analisou de forma comparada o

³² Os censos se constituem em contagens da população inteira. Como aponta Barbetta (1998), seu histórico remonta as antigas civilizações. Dois exemplos demonstram a importância de tal contagem para essas civilizações. Por ordem dos governantes, no Egito antigo, era necessário fazer a contagem da população para colher dados demográficos dos súditos. Outra civilização que merece destaque é a romana, onde o cargo de censor era considerado como uma magistratura, sendo ocupado por cidadãos romanos plenos.

histórico do desenvolvimento econômico de diferentes regiões e estudou os operários católicos e protestantes para confirmar o *ethos* econômico diferenciado em cada uma dessas visões de espiritualidade.

O grande salto dessa metodologia de pesquisa se deu no séc. XX, principalmente pelos estudos desenvolvidos nos Estados Unidos. Babbie (2003) aponta que três grandes setores foram os responsáveis pelo aprofundamento tanto no uso como nos debates teóricos dos levantamentos. O primeiro setor a ter um importante papel foi o U. S. Bureau of Census. Seus trabalhos ininterruptos de amostragem e coleta de dados foi primordial para definir as amostras e métodos a serem implementados nas pesquisas de campo. Além disso, destaca-se que os constantes dados gerados por esse instituto se constituem em fonte de dados secundários para pesquisas posteriores.

A segunda fonte de influência para o método *survey* foram as pesquisas desenvolvidas por firmas comerciais como o Gallup. Empresas como o Gallup serviram como apoio a diversas pesquisas de marketing de produtos e de opinião política. O papel importante no aprimoramento das amostragens, redação de perguntas e coletas de dados prepararam o terreno para as futuras pesquisas acadêmicas.

Os institutos universitários são apresentados como o terceiro grande agente no desenvolvimento dos *surveys*. Suas pesquisas permitiram o refinamento científico dessa metodologia. Destacam-se como protagonistas desse processo Samuel Stouffer e Paul Lazarsfeld. Seus projetos são vistos como pioneiros no desenho metodológico atual do levantamento.

O potencial de generalização que a técnica de *survey* proporciona para a pesquisa é um de seus pontos fortes. Não desconhecendo a capacidade explicativa das metodologias qualitativas, os levantamentos podem, mais facilmente, generalizar os resultados a grandes públicos. Tal procedimento é possível após ser elaborada uma amostra representativa da população a ser analisada, respeitando a margem de erro calculada.

Assim, Babbie (2003) destaca que o instituto Gallup nos Estados Unidos pode fazer uma previsão das eleições entrevistando uma amostra representativa de 1500 pessoas. O formato do *survey* permite que proposições gerais sejam formuladas para o

entendimento do comportamento humano. Para tanto, é necessário o desenvolvimento de duas formas de trabalho: replicar os resultados em diversos subgrupos sociais, pois isso permite o fortalecimento do achado científico como um fenômeno social relevante de ser analisado; e a descrição clara dos procedimentos metodológicos com a finalidade de replicar o estudo em outras populações permitindo novos testes e criação de novas hipóteses sobre o fenômeno analisado.

O *survey*, portanto, é visto como uma potente ferramenta de análise científica. O grande número de casos entrevistados, a possibilidade de replicação dos resultados para diversos subgrupos sociais, bem como capacidade de ser usada em outros momentos (caracterizando a análise longitudinal) possibilita aos levantamentos inspirem confiança em seus resultados. No entanto, transpondo o quadro para a América Latina, há ainda um quadro de desconfiança a cerca dos levantamentos realizados por institutos de pesquisa.

Ante a esse quadro de incertezas sobre o *survey*, Baquero (2009) discute as possíveis causas para a descrença nessa técnica de pesquisa. No nível individual, há pouco hábito em responder perguntas, não é um costume arraigado ente os latino-americanos serem interpelados por questionários para mensurar a opinião pública. Agregado a isso, o conhecimento sobre as bases técnicas e teóricas desta forma de pesquisa não está disseminado na totalidade da população. Por fim, há a incompreensão de como uma pequena amostra da população tem o potencial de predizer a opinião de todos.

Schmidt (2000) aponta os principais pontos de crítica a técnica de *survey*. Um ponto de ataque a metodologia é a noção disseminada que a analisa quantitativa induz à resposta, confundindo opiniões com atitudes, além de captar de forma superficial a subjetividade humana, estarem vinculadas ao positivismo e elevarem os dados estatísticos ao status de um reflexo da realidade. Nesse trabalho, concordando com o posicionamento de Schmidt (2000) e Baquero (2009), não estamos negando que os métodos quantitativos não possuam limitações, como todas as demais metodologias e teorias partilhadas pelas Ciências Sociais. No entanto, é importante compreender que as críticas dirigidas aos métodos quantitativos são equivocadas em alguns pontos.

Começando pelos procedimentos estatísticos usados nos *surveys*, tais ferramentas pretendem tabular as respostas as questões disponibilizadas nas entrevistas. Os dados coletados a partir dos questionários abertos ou fechado não podem explicar nada por si só. O que permite a explicação a partir do que foi coletado nos questionamentos é o suporte teórico usado para abordar o fenômeno social. Portanto, de nada adianta um dado sem uma teoria que permita a sua explicação.

Sugerir que os levantamentos aproximam-se das abordagens positivistas das Ciências Sociais é uma crítica pouco pertinente. Baquero, Gonçalves e Baquero (1995) demonstram ser desnecessário um vínculo claro entre o posicionamento epistemológico e a técnica de pesquisa a ser utilizada. Diante de tal afirmação, é possível que concepções epistemológicas opostas optem por trabalhar com levantamentos como forma de explorar dados para o entendimento de fenômenos sociais.

A técnica proposta a partir das hipóteses a serem testadas na introdução foi o *survey*. Ele foi aplicado junto aos estudantes de ensino médio diurno da Escola Estadual Fortaleza do município de Rio Pardo, região central do Rio Grande do Sul. A escola é constituída de quatro turmas de ensino médio, sendo dois primeiros anos, um segundo ano e um terceiro ano. Devido a pequena proporção da população não foi calculada a amostra.

3.3 ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Diferentemente do levantamento, a entrevista semiestruturada permite uma maior liberdade para o entrevistado e um maior treinamento por parte do entrevistador. Contrariamente ao método anteriormente descrito, a segunda fase da pesquisa deu-se a partir da montagem de um roteiro de entrevista, composto por questões de caráter mais geral. Nestes parágrafos discutem-se as características da entrevista semiestruturada.

Segundo May (1993), a entrevista semiestruturada encontra-se no meio do caminho entre as técnicas estruturadas e o grupo focal. Apesar de estar neste ponto médio entre ambas as técnicas, as questões necessariamente são específicas, no entanto

há maior liberdade para o entrevistador buscar as respostas do entrevistado nas entrelinhas de suas falas.

Tal peculiaridade pode levar ao prejuízo do padrão formal e da capacidade de comparar as respostas. Ander-Egg (1993, p. 227) destaca tal problema:

“Se trata, en general de preguntas abiertas que son respondidas dentro de una conversación, teniendo como característica principal la ausencia de una standartización formal”

Esta falta de padrão formal nas respostas é o ponto de prejuízo da possível comparação entre as respostas. No entanto, outros fatores também influenciam o diálogo estabelecido entre entrevistador e entrevistado, um exemplo é o contexto e o local onde se deu a entrevista. Para tal aspecto May chama atenção que é importante lembrar onde e como a entrevista foi respondida, pois assim é possível descobrir determinadas afirmações nas falas do entrevistado. Aspectos que não ficam na fala podem ser explicados a partir da observação do espaço onde foi realizada a pesquisa. No caso da dissertação, as entrevistas foram realizadas no Centro de Cultura de Rio Pardo, distante da escola, para que o ambiente escolar não impactasse a fala dos estudantes selecionados para a segunda fase de entrevistas.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo analisam-se os dados coletados na aplicação dos questionários e testam-se as hipóteses da dissertação a seguir explicitadas:

- 1) se o perfil demográfico dos estudantes de ensino médio e a cultura política presente na população analisada influencia no acesso de sítios na internet (acesso a informações sobre política ou temas afeitos à área);
- 2) as variáveis de gênero, etnia, renda e ano escolar são importantes para entender a relação que os estudantes têm com o que é acessado na internet e o interesse pela política.

A primeira parte do capítulo trata do resgate histórico do município. Momento em que é contextualizada a sua formação em relação aos eventos políticos ocorridos no séc. XVIII entre Portugal e Espanha. Após esta abordagem, são construídos os dados demográficos do município a partir das pesquisas feitas por institutos oficiais (IBGE e FEE). A partir deste levantamento, é demonstrado os dados demográficos a cerca dos alunos do ensino médio da escola pesquisada. Discute-se a distribuição deles por cor, gênero, renda e idade. Na sequência é debatida a relação deste perfil com a cultura política demonstrada pelos estudantes e o tipo de acesso quanto aos sítios da internet. Por fim, é analisada as possíveis rupturas que as variáveis gênero, etnia, renda e anos escolar podem gerar no tipo de acesso à web e o interesse gerado pelos assuntos políticos.

4.1 HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE RIO PARDO

A cidade de Rio Pardo teve a sua origem a partir do Tratado de Madri, de 1750. Conforme Laytano (1971) tal acordo fora firmado entre Portugal e Espanha, tendo como idealizador Alexandre de Gusmão. A questão das terras entre as duas coroas ensejava a necessidade de um novo tratado, mais preciso que o Tratado de Tordesilhas. Resolvido o problema sucessório na casa monárquica austríaca, tal negociação finalmente foi assinada entre os portugueses e espanhóis em Madri.

A parte mais importante, para o Rio Grande de São Pedro, foi a exclusividade de navegar pelo Rio da Prata por parte dos espanhóis e o domínio da Colônia do Sacramento. Porém a coroa espanhola cedia as Missões Orientais do Uruguai a Portugal. Assim, a fronteira meridional do Brasil partiria da região de Castilhos Grandes, ao norte de Maldonado – hoje Uruguai – indo até o Rio Ibicuí, descendo pelo seu leito até o Rio Uruguai. Para a demarcação, o reino português nomeia o Capitão-general Gomes Freire de Andrade e a Espanha nomeia D. Gaspar Tello y Espinosa.

Os trabalhos de demarcação começaram em 1752, a partir de Castilhos Grandes, prosseguindo até encontrar a animosidade por parte dos índios guaranis aldeados nas reduções jesuíticas. Tal confronto foi denominado de Guerra Guaranítica, a qual se estendeu de 1753 até 1756, onde tropas portuguesas e espanholas se defrontaram contra os índios guaranis chefiados pelo Cacique Sepé Tiaraju.

Tal situação encontrada por parte da tropa portuguesa, obrigou-os a manter guarda na região próximo ao Rio Pardo, sendo construído uma fortificação denominada de Jesus-Maria-José, obra de João Gomes de Melo. Os constantes ataques indígenas ao forte levaram Gomes Freire de Andrade a destacar um regimento de dragões, em 1754, de Rio Grande, para proteção do forte. Esse constante fluxo populacional é identificado com o primeiro núcleo povoador da cidade de Rio Pardo.

Com o passar do tempo a população foi crescendo e a cidade tornou-se rota de passagem para comerciantes, tropeiros e açorianos em deslocamento para a região das missões. Rezende (1971) chama a atenção que a distribuição de terras priorizou os militares que se encontravam nos trabalhos de demarcação das fronteiras entre as duas coroas. Tal política permitiu o crescente povoamento e a fixação desses grupos a região. Laytano (1971) destaca que a fronteira fora constantemente foco de diversas batalhas e invasões por parte da coroa espanhola, no entanto, Rio Pardo nunca chegou a ser invadida. Tal fato fez surgir o lema de Tranqueira Invicta, como glória do município.

Devido à lealdade dos súditos do Rio Grande de São Pedro a coroa portuguesa, bem como a posição estratégica política, militar e econômica desse território, em 1807, um decreto elevou essa região a capitania, tendo como seu primeiro governador, D. Diogo de Souza. A provisão de 7 de outubro de 1809 dividiu o território em quatro

municípios: Rio Grande, Porto Alegre, Santo Antônio e Rio Pardo. Essa data é considerada como o surgimento da cidade³³.

Atualmente, o município de Rio Pardo encontra-se na região central, entre os Rios Pardo e Jacuí, foco inicial do povoamento. Seus dados sociais demonstram ser uma cidade de pequeno porte, possivelmente, muito distante da realidade anterior. Está baseada na economia primária e de serviços. A sua realidade não se afasta muito da realidade dos pequenos municípios brasileiros, com uma relativa taxa de desemprego e com arrecadação mediana de impostos³⁴.

4.2 DADOS DEMOGRÁFICOS DE RIO PARDO

Como citamos acima, a partir daqui estabelecemos comparações entre os dados coletados junto aos estudantes da Escola Fortaleza e dados secundários de institutos de pesquisa oficial. Dados demográficos são considerados como as características da população a ser avaliada, eles são compostos por questões que abordam a idade dos entrevistados, bem como sua renda, raça e etnia a que pertençam e o sexo do respondente dos questionários.

Os dados apresentados pelo IBGE, no último censo de 2010, expõem a cidade de Rio Pardo como um município de pequenas proporções. A população residente atualmente encontra-se na faixa de 38 mil habitantes, sendo que deste total, a maior parte da população denomina-se como branca. Para dimensionar esta população, quase 32 mil habitantes do total classificam-se como brancos, enquanto que pretos e pardos totalizam aproximadamente 5700 habitantes, respectivamente temos pouco mais de 2700 pessoas que se denominam pretos e pouco mais de 3 mil pardos. Ainda é possível destacar grupos bem menores de população, como amarelos e índios, somando esta população temos 99 pessoas.

³³ A região que compreendia o município de Rio Pardo à época de sua fundação era de cento e cinquenta e seis mil e oitocentos e trinta e três quilômetros quadrados. Tal metragem era mais da metade de todo o território da capitania. Com as constantes emancipações, Rio Pardo originou aproximadamente trezentos municípios do atual território gaúcho.

³⁴ Dados sociais de 2008 apontam que a arrecadação municipal ficou em torno de 6,2 milhões de reais e PIB per capita de US\$ 3531,19, em 2007 e o índice de Gini em torno de 0,41 para 2003.

Da população entrevistada no último censo, quase 26 mil habitantes residem na zona urbana da cidade, enquanto que cerca de 12 mil residem na região rural. Rio Pardo caracteriza-se por ser uma cidade com uma ampla região rural, no entanto, a maior concentração da população está nos bairros mais próximos a sede do município, como o Centro, o Vila Nova, o Fortaleza, a Aldeia de São Nicolau, o Guerino, o Ramiz Galvão e o Barro Vermelho.

A pirâmide etária do município apresenta-se com uma grande concentração na faixa etária abaixo dos 19 anos de idade tanto para homens quanto para mulheres, indicando que é uma população com grande quantidade de pessoas jovens. O topo da pirâmide apresenta um afinamento que se acentua a partir do recorte dos 40 anos de idade para ambos os sexos. Destaca-se também que a população masculina encontra-se na casa dos 18500, enquanto a quantidade de mulheres é ligeiramente maior, algo em torno de mil mulheres a mais que homens. Apesar de nos grupos mais jovens da população a diferença entre homens e mulheres ser pequena, no estrato mais velho há mais mulheres.

Na pirâmide etária também é possível verificar um afinamento em ambos os sexos no grupo que compreende as faixas dos vinte aos trinta e quatro anos. Tal fenômeno pode ser atribuído a saída do município em busca de trabalho, para cursar o nível superior, uma vez que Rio Pardo não possui campus universitário, ou mesmo por estar enquadrado no grupo que estatisticamente morre por causas violentas como homicídios e acidentes de trânsito.

A pesquisa não se concentrou nessas três hipóteses levantadas para esse afinamento na pirâmide etária. No entanto, em contato com a Delegacia de Rio Pardo, foi-nos informado que os índices de mortes violentas haviam caído bastante, o que pode apontar para a impossibilidade da terceira interpretação do fenômeno de redução populacional nas faixas de vinte a trinta e quatro anos. Sem fazer muitas análises dessa questão, é possível que a necessidade de buscar trabalho e estudar em outros municípios pode explicar essa situação.

No que tange à economia do município, ela está concentrada no setor agrícola e de serviços. Segundo dados da FEE (2008) o PIB per capita de Rio Pardo atingiu o índice de aproximadamente R\$ 11 mil. Apesar do foco central da economia ser os

serviços, conversando com os alunos percebe-se que há um esgotamento deste espaço de colocação do mercado. Muitos estudantes reclamam da inexistência de empregos no comércio do município, sobrando somente o setor de construção civil, ainda muito frágil. Além disso, muita da mão-de-obra em diversos grupos sociais consegue colocação na agricultura, onde as fazendas de plantação de fumo absorvem a maior parte desses trabalhadores que não conseguem se colocar no setor de serviços.

Essa pesquisa concentrou-se em analisar a realidade dos jovens estudantes de ensino médio, portanto foi coletado dados de pessoas que estão compreendidas na faixa etária dos catorze aos dezoito anos de idade. Como já comentamos em capítulos anteriores, o trabalho se caracteriza em um estudo de caso, no qual foi aplicado questionário fechado com esse grupo de estudantes. A partir daqui apresentamos os dados demográficos da população que foi entrevistada na Escola Fortaleza, observando as questões de gênero, de idade, de renda e de cor/etnia.

4.3 DADOS DEMOGRÁFICOS DA ESCOLA FORTALEZA

A Escola Estadual Fortaleza está atualmente com cinquenta e cinco anos. Ela se situa no Bairro Fortaleza, no município de Rio Pardo. Seu público de estudantes é muito variado, mas basicamente é composto de pessoas que vivem nas imediações do centro do município, além de apresentar alunos de origem mais pobre, como filhos de pescadores do Balneário Santa Vitória e da Praia dos Ingazeiros, bem como de famílias de agricultores. Conforme o diretor prof. Ailton Zambarda:

Diferentemente dos colégios Auxiliadora (particular) e o Ernesto Alves (público), os alunos do Fortaleza são de origens bem mais simples. Tanto que durante muito tempo se falava no município que o Ernesto formava os alunos para o vestibular, enquanto que o Fortaleza formava para os alunos trabalharem.

Atualmente, a escola conta com aproximadamente 1100 alunos. As aulas são distribuídas nos três turnos (manhã, tarde e noite). No turno da manhã há turmas da primeira série do fundamental até o terceiro ano do ensino médio, no turno da tarde, da

primeira série do fundamental até a sexta série do fundamental, por fim, na noite há todas as séries na modalidade de Ensino de Jovens e Adultos.

No ensino médio do turno da manhã, período em que foram aplicados os questionários, há cem alunos matriculados regularmente. Mas como afirma a vice-diretora do turno da manhã profa. Mariângela Xavier:

Temos cem matrículas regulares, mas na realidade freqüentam em torno de 85 a 90 alunos. No começo do ano sempre temos muitos alunos; mas, à medida que o tempo vai passando, eles acabam abandonando a escola. Muitos deles precisam trabalhar para colaborar na renda familiar em casa. Temos casos de alunos que entregam jornais, que pescam juntos com seus familiares, que são empregados nas fumageiras e que trabalham no comércio, em um programa que foi lançado pela prefeitura para a geração de emprego para os jovens ainda estudantes.³⁵

Os dados demográficos coletados junto aos estudantes de ensino médio da escola apontam para as seguintes características. No que tange a distribuição pelo sexo de alunos, eles se encontram divididos quase pela metade entre meninos e meninas, com uma ligeira vantagem para as meninas. Dos oitenta e um alunos entrevistados, 44,4% dos estudantes são do sexo masculino, enquanto 55,6%, do sexo feminino.

Ao distribuímos os dados por faixa etária, os casos variam de catorze anos a dezoito anos de idade. Retirando a moda, mediana e média dos dados, é possível verificar que a idade de dezesseis anos se constitui na resposta mais recorrente (moda) encontrada na entrevista, bem como também é visto na média e na mediana da pesquisa, conforme o demonstrado na tabela que se segue.

³⁵ Esse programa desenvolvido pela prefeitura de Rio Pardo trata-se de incluir os jovens que ainda estão estudando no mercado de trabalho. Foi uma parceria feita entre a CDL e a prefeitura, onde os comerciantes receberiam bonificações e premiações quanto mais estudantes eles contratassem. Os alunos que estão nessa situação trabalham no turno inverso da aula e para continuar no programa precisam passar de ano. O programa só é válido para quem está no ensino médio, sendo excluídos os alunos estejam cursando o EJA. Um problema que pode ser visto no programa está na natureza do emprego para o estudante. A intenção era que o jovem fosse contratado como estagiário para aprender, mas o que ocorre é que muitos empregadores posicionam os estudantes em funções que não são voltadas para aprendizagem, mas, sim, diretamente nas funções de produção.

Tab. 1 – Idade (%)

	Frequência	%
14	6	7,4
15	19	23,5
16	29	35,8
17	22	27,2
18	5	6,2
Total	81	100,0

Fonte: Pesquisa de Socialização Política na Escola Fortaleza em Rio Pardo

É possível visualizar que os entrevistados que afirmam ter dezesseis anos estão presentes em vinte e nove respostas dos oitenta e um casos pesquisados, representando 35,8% da população entrevistada.

No que tange ao ano escolar em que os entrevistados se encontram, os dados evidenciam que a presença de alunos vai sendo reduzida à medida que os anos escolares vão aumentando. No primeiro ano do ensino médio contamos com trinta e sete alunos. No segundo ano esse número diminui para vinte e sete; por fim, no terceiro ano esse total já se encontra em dezessete alunos. Não temos uma série histórica para avaliar se esse dado se repete, no entanto, podemos especular se tal fenômeno ocorre devido ao envelhecimento desses jovens e a necessidade de entrar no mercado de trabalho. Se cruzarmos o ano escolar com as variáveis sexo, idade e cor, fica evidente que a presença de meninas vai diminuindo à medida que passam os anos escolares. Em conversa com a vice-diretora do colégio, ela afirmou que muitas alunas abandonam a escola nessa época devido a sua entrada no mercado de trabalho para complementar a renda familiar, mas também devido ao ingresso na idade reprodutiva e engravidarem de jovens de sua mesma faixa etária, demonstrando que a gravidez mal planejada leva à desistência do estudo. Mas este fenômeno não é um privilégio das alunas, muitos meninos também sofrem desta mesma realidade, deixando de estudar, por ser tornarem pais muito precocemente.

A tabela abaixo apresenta as porcentagens do cruzamento entre as variáveis sexo e ano escolar:

Tab. 2 – Sexo x ano escolar (%)				
	Primeiro ano	Segundo ano	Terceiro ano	Total
Masculino	14,8	18,5	11,1	44,4
Feminino	30,9	14,8	9,9	55,6
Total	45,7	33,3	21	100

Fonte: Pesquisa de Socialização Política na Escola Fortaleza em Rio Pardo

Verifica-se que à medida que os anos vão passando, os alunos vão saindo da escola, tal fenômeno ocorre tanto com os meninos como com as meninas. Um ponto a ser destacado é que ingressaram mais meninas que meninos no ensino médio e que a evasão das alunas é maior comparando com a dos estudantes na situação que foi encontrada.

Cruzando a idade e o ano escolar, a idade vai aumentando junto com os anos escolares. A moda no primeiro ano está em quinze anos de idade. Já no segundo ano, ela encontra-se nos dezesseis anos, enquanto que no terceiro ano é mais recorrente os dezessete anos de idade nos alunos desta série. Portanto, verifica-se que quanto mais os alunos envelhecem, mais avançados no ano escolar eles se encontram. É claro que há alguns casos destoantes, como podemos ver na tabela número 3 abaixo, principalmente no primeiro ano, quando, dos trinta e sete alunos dessa série, quatro estão com dezessete anos e um com dezoito anos de idade. Tal fenômeno é possível ser fruto de reprovações em anos anteriores.

Tab. 3 – Idade x Ano escolar (%)				
	Primeiro ano	Segundo ano	Terceiro ano	Total
14	7,4	0	0	7,4
15	18,5	4,9	0	23,5
16	13,6	17,3	4,9	35,8
17	4,9	8,6	13,6	27,2
18	1,2	2,5	2,5	6,2
Total	45,7	33,3	21	100

Fonte: Pesquisa de Socialização Política na Escola Fortaleza em Rio Pardo

Os casos destoantes são bem raros e de baixa porcentagem em relação as modas encontradas nos anos escolares entrevistados, mas apontam que há um moderado índice de reprovação que pode ter se dado durante o ensino médio, ou mesmo em anos escolares do ensino fundamental.

Por fim, cruzando a cor autodenominada pelos entrevistados e o ano escolar em que se encontram, verificamos que tanto brancos, pretos e pardos vão diminuindo à medida que as séries avançam³⁶. Mas é claro que a diferença é bem maior para pardos e pretos que para brancos. Em termos numéricos, há catorze brancos, sete pretos e dez pardos no primeiro ano; comparando com o terceiro ano, encontram-se onze brancos, dois pretos e dois pardos, tais números demonstram que para as pessoas de cor branca ainda é mais fácil atingir níveis mais altos de escolaridade que em relação a pretos e brancos, mesmo em condições sociais mais modestas, como é o quadro afirmado pela direção da escola. A tabela nº 4 demonstra a porcentagem da distribuição acima explanada.

Tab. 4 – Cor x Ano escolar (%)				
	Primeiro ano	Segundo ano	Terceiro ano	Total
Branco	20,9	14,9	16,4	52,2
Preto	10,4	10,4	3	23,9
Pardo	14,9	6	3	23,9
Total	46,3	31,3	22,4	100

Fonte: Pesquisa de Socialização Política na Escola Fortaleza em Rio Pardo

A tabela acima demonstra claramente a dificuldade de acesso a níveis mais altos de escolaridade para pretos e pardos. A disparidade já começa no ingresso no ensino médio, onde a quantidade de alunos autodenominados pretos que ingressam é exatamente a metade de alunos brancos. Já no caso dos alunos pardos este número é ligeiramente menor em relação aos alunos autodenominados como brancos. No entanto,

³⁶ É importante ressaltar que esse cruzamento entre cor e ano escolar apresentou sessenta e sete questionários válidos, uma vez que catorze estudantes não responderam a questão sobre a sua cor.

ao aumentar o grau de escolaridade, é notável o esvaziamento de alunos pretos e pardos, permanecendo em maior número os alunos de cor branca.

Outro dado que importa para o entendimento dos alunos que compõem o ensino médio da Escola Fortaleza é quanto à renda familiar. A frequência retirada desta questão demonstra um fenômeno interessante, dos oitenta e um casos entrevistados, catorze alunos informam desconhecer a renda familiar, o que demonstra ser este assunto tratado exclusivamente pelos pais. Tal situação aponta para a pouca democratização do ambiente familiar, o que pode levar a pouco interesse em participar dos processos decisórios da sociedade no futuro, ou mesmo a incapacidade de participar por falta de práticas participativas em outras esferas da vida. Sem a prática cotidiana na família da participação nas decisões, o jovem, futuro adulto, pode vir a não se sentir parte integrante das decisões importantes para a sociedade, conforme destaca Schmidt (2001) em seus estudos. A tabela abaixo demonstra os casos válidos (quarenta e nove) e a sua distribuição na renda, considerando o salário mínimo em R\$ 560,00.

Tabela 5 – Renda familiar (%)

	Frequência	%
Menos 1 sm	2	4,1
1 sm - 2 sm	18	36,7
2 sm - 3 sm	8	16,3
3 sm - 4 sm	9	18,4
4 sm - 5 sm	7	14,3
5,5 sm - 7,5 sm	5	10,2
Total	49	100,0

Fonte: Pesquisa de Socialização Política na Escola Fortaleza em Rio Pardo

A tabela evidencia que a maioria dos alunos frequentadores do ensino médio da Escola Fortaleza encontram-se em uma faixa bem modesta de rendimentos entre um e dois salários mínimos como renda familiar. Tal realidade demonstra que muitos dos alunos precisam de certa forma colaborar com os rendimentos familiares, o que poderia explicar o esvaziamento do ensino médio nos anos finais. Se as categorias de

rendimento forem cruzadas com a cor/etnia dos alunos, conforme a tabela nº 6 abaixo, é perceptível que os níveis mais altos de rendimentos encontram-se alocados junto dos alunos que se autodenominam brancos, enquanto negros concentram-se no grupo dos que possuem de um a dois salários mínimos. Já os pardos encontram-se pulverizados ao longo das categorias de rendimento, apresentando maior concentração no mesmo grupo dos alunos que se descrevem como pretos.

A tabela nº 6 a seguir demonstra que o grupo de alunos que se autodenominam como brancos não apresenta nenhum caso em que a família perceba menos de um salário mínimo, fato similar às famílias negras. Enquanto isto, os pardos apresentam dois casos de alunos que afirmam ser a renda familiar menor que um salário mínimo. O grupo classificado na faixa de um a dois salários mínimos apresenta pouca diferença de casos entre brancos, negros e pardos. O segundo grupo apresenta somente um caso a mais que brancos e pardos, pois enquanto os dois últimos apresentam cinco casos, o grupo classificado como negro possui seis casos.

Na sequência da tabela 6, à medida que o salário aumenta, há mais brancos que negros e pardos. Tal diferenciação se acentua ao ponto que não há nenhum caso de negros nas opções de quatro a cinco salários mínimos e com mais de cinco salários percebidos como renda familiar. Somando estas duas categorias, vemos que há nove casos de alunos que se autodenominam brancos, enquanto na mesma situação há somente três alunos que responderam ser pardos.

Tab. 6 – Cor x Renda familiar (%)							
	menos 1 sm	1 sm - 2 sm	2 sm - 3 sm	3 sm - 4 sm	4 sm - 5 sm	5,5 sm - 7,5 sm	Total
Branco	0	10,9	6,5	10,9	13	6,5	47,8
Preto	0	13	4,3	8,7	0	0	26,1
Pardo	4,3	10,9	4,3	0	2,2	4,3	26,1
Total	4,3	34,8	15,2	19,6	15,2	10,9	100

Fonte: Pesquisa de Socialização Política na Escola Fortaleza em Rio Pardo

Com estes dados, encerramos a análise demográfica da população que foi entrevistada. A partir das próximas páginas vamos nos deter em analisar as hipóteses criadas para a pesquisa, quanto a sua verificabilidade ou refutação.

4.4 CULTURA POLÍTICA E O ACESSO À INTERNET

No próximo tema demonstra-se o que pode ser considerado por cultura política mais participativa encontrada nos jovens entrevistados e correlação destas práticas com a busca por mais informações políticas na internet.

Como foi afirmado anteriormente, a cultura política se constitui em um conjunto de práticas, normas, atitudes e comportamentos que podem caracterizar as práticas dos cidadãos como mais ou menos republicanas. Conforme Almond e Verba, a cultura política passa por três estágios, onde o crescente de participação e o interesse pelos assuntos políticos é notório.

No entanto, o que podemos caracterizar como uma cultura política mais ou menos participativa? Alguns pontos de consenso são encontrados dentro da abordagem culturalista da política, uma vez que as pesquisas apontam que algumas características que se constituem como importantes para o desenvolvimento de práticas participativas entre os cidadãos são consenso entre os pesquisadores.

Baquero (2007c) aponta ser importante o desenvolvimento de práticas de confiança mútua entre os cidadãos para a ampliação da confiança nas instituições políticas. Segundo o autor, é necessário o incremento no capital social da sociedade para que os cidadãos se sintam parte integrante das decisões políticas, com isto há ganhos na confiança e na ampliação da percepção mais democrática das relações sociais.

Criar práticas democráticas em diversos espaços sociais é um aspecto central para o aprimoramento da cultura política mais participativa. Boaventura de Souza Santos aponta ser necessário democratizar os espaços da sociedade para que cada vez mais existam práticas democráticas espontâneas. Atitudes democráticas serviriam como exemplo para mais atitudes democráticas. O advento de uma nova cultura política se dá com a constante ampliação de práticas republicanas.

Nesta corrente, Schmidt (2001) acredita que teremos cidadãos políticos cada vez mais sofisticados, onde o conhecimento deles permitirá que as opiniões políticas sejam cada vez mais refinadas. É necessária esta sofisticação para redimensionar a visão das práticas republicanas dos cidadãos, além de ser imperativo haver a democratização das relações sociais

Pensando na relação que o jovem estabelece com a democracia, podemos dizer que ele é um reflexo da socialização imposta pela sociedade. Quanto mais socializado para a participação, mas ele se sentirá importante nas decisões políticas. Nazzari (2006) afirma que a socialização é dada a partir do contato entre as gerações mais velhas e mais novas. Diante disso, é necessário que o jovem seja socializado para participar cada vez mais, uma vez que a visão de protagonista do futuro ainda é muito recorrente por parte das gerações maduras.

Diante destas abordagens, acreditamos que a cultura política deve ser mensurada a partir do interesse por participar da vida política da cidade e da escola no caso da pesquisa. Além disso, a confiança horizontal e nas instituições é um fator importante para avaliar o interesse dos cidadãos quanto às questões políticas a sua volta. Por fim, é necessário captar também a visão dos estudantes quanto ao desenvolvimento da democracia a partir das relações sociais estabelecidas entre as pessoas. A partir desta visão, foram selecionadas algumas variáveis do questionário que se direcionam a observar tais atitudes e comportamentos. Observando tais resultados, verificam-se as atitudes e comportamentos e a possibilidade deles condizerem com os hábitos de acesso à internet encontrados no levantamento.

Teoricamente, parte-se do pressuposto que os jovens poderiam apresentar um interesse maior por assuntos políticos, uma vez que constantemente eles são vistos pelas gerações mais maduras como os futuros protagonistas do mundo da política. Como vimos anteriormente, Braslavsky (1986) acredita que os jovens podem ser vistos a partir de três abordagens diferentes, sendo que a abordagem branca aponta para os jovens como seres maravilhosos capazes de fazer tudo que ficou para trás, agindo, por analogia a afirmação como os principais atores do futuro da política, ressaltando neles as qualidades de participativos e preocupados com a realidade de sua sociedade. Tal realidade se daria diante do desenvolvimento de práticas políticas cada vez mais

participativas. No entanto, a realidade política brasileira não apresenta esta lógica tão claramente. A forma de socialização política disponível para a sociedade não consegue trazer uma ruptura com um paradigma político de pouco interesse por participar, caracterizando, como Baquero (2008a) e Schmidt (2001) chamam a atenção, para uma cultura política híbrida no Brasil.

Pesquisas realizadas com diversos estratos da sociedade mostram que o pouco interesse em participar efetivamente das decisões políticas é comum no caso dos latino-americanos. Baquero em um levantamento que buscou analisar as cidades de Porto Alegre, Montevideú e Santiago aponta que poucos são os cidadãos que acreditam ser importantes na participação da sociedade. Baquero e Baquero (2005) em outro levantamento observam que os alunos refletem o desinteresse por assuntos políticos e uma posição de negação a tudo que advenha da política.

No caso do *survey* aplicado aos estudantes vemos que a realidade de desinteresse por questões políticas também ocorre. Além disso, os dados que se seguem apontam para a pouca confiança em um círculo maior que a família e amigos próximos. Agregado a isto, há pouca sofisticação política por partes dos estudantes no momento em que não conseguem relacionar a democracia com a importância de práticas cidadãs além do voto.

Assim como foi feito com os dados demográficos, as variáveis selecionadas para analisar o interesse por assuntos políticos, a confiança horizontal e vertical e o conhecimento a cerca da democracia como a aceitação de opiniões contrárias e o entendimento do democratizar as relações sociais foram desmembradas por sexo, idade, ano escolar, cor e renda.

Os alunos foram questionados sobre aspectos que tratam do comportamento e atitude acerca das práticas culturais da política. Para tanto, parte-se do princípio que a participação na esfera familiar ou nas decisões políticas da cidade, da escola e a confiança são pontos importantes para definir quais as dimensões atitudinais e comportamentais que compõem a cultura política do grupo social analisado.

Como é possível verificar na tabela nº 7, a família ainda está construída na base de uma divisão de papéis entre pais e filhos. Nesta divisão os pais tomam as decisões

mais importantes para o seio familiar sem, necessariamente, consultar a opinião dos filhos quanto a estes assuntos. Um ponto que se destaca da análise é o papel relevante que a mãe assume na família; pois, apesar de 44,3% dos entrevistados, dos setenta e nove casos válidos, afirmarem que ambos (pai e mãe) decidem sobre as questões mais importantes da família, em segundo lugar aparece a figura da mãe, como chefe de família, em 30,4% dos casos válidos, como a principal tomadora de decisões na instituição familiar.

Tab. 7 – Quem decide sobre as coisas mais importantes na sua família? (%)

	Frequência	%
Mãe	24	30,4
Pai	4	5,1
Ambos	35	44,3
Todos da família	16	20,3
Total	79	100,0

Fonte: Pesquisa de Socialização Política na Escola Fortaleza em Rio Pardo

Outro ponto importante para a ampliação de práticas políticas mais republicanas seria o de comportamentos participativos. Tal ponto, conforme Almond e Verba (1963), constitui-se em uma das três dimensões que categorizam os modelos de cultura política analisados em *The civic culture*. Para tanto, os alunos foram perguntados quanto a seu comportamento em relação a participação das decisões da cidade e da escola.

A tabela seguinte aponta a opinião dos estudantes a cerca de participar das decisões na cidade.

Tab. 8 – Você acredita ser importante participar das decisões da sua cidade (%)

	Frequência	%
Sim	60	76,9
Não	10	12,8
NS	8	10,3
Total	78	100,0

Fonte: Pesquisa de Socialização Política na Escola Fortaleza em Rio Pardo

Verifica-se que dos setenta e oito casos válidos, a grande maioria (76,9%) dos entrevistados responderam que sim, é importante participar das decisões da cidade. Tal fato aponta para um comportamento que caracteriza um interesse pelas questões políticas, uma vontade de participar efetivamente dos pontos de interesse para a construção de uma cidade com mais cidadãos ativos. Assim como na pergunta que investiga o interesse em participar das decisões da cidade, os alunos responderam sim para a participação das decisões na vida escolar em (90,8%). Portanto a grande maioria dos alunos acredita que é importante opinar na vida escolar, segundo a tabela nº 9.

Tab. 9 – Você julga importante a sua opinião na vida escolar (%)

	Frequência	%
Sim	69	90,8
Não	7	9,2
Total	76	100,0

Fonte: Pesquisa de Socialização Política na Escola Fortaleza em Rio Pardo

As tabelas 8 e 9 demonstram que na dimensão comportamental os estudantes de ensino médio apontam para a possibilidade de uma geração mais participativa e questionadora da sociedade. Como apontam os teóricos da juventude como Braslavsky, Margullis e Urresti, estamos diante da visão branca da sociedade, onde os jovens fariam o que seus pais não conseguiram fazer. Perguntados a cerca da dimensão atitudinal da participação na tomada de decisões políticas, primeiramente na escola e depois em instituições representativas da sociedade civil no caráter formal e informal³⁷ verificamos que a realidade é completamente diferente. A tabela abaixo aponta a atitude de participar nas decisões da escola.

³⁷ Podemos classificar como instituições representativas da sociedade civil de caráter formal partidos políticos, sindicatos e ONGs. Por outro lado, podemos dizer que as instituições de caráter informal podem ser caracterizadas pelas associações de bairro, grêmios estudantil, grupos religiosos, manifestações populares, comícios e abaixo-assinados.

Tab. 10 – Você participa das decisões da escola

	(%)	
	Frequência	%
Sim	12	15,4
Não	33	42,3
Às vezes	33	42,3
Total	78	100,0

Fonte: Pesquisa de Socialização Política na Escola Fortaleza em Rio Pardo

Os números são claros quanto a essa atitude de participar nas decisões da escola. Enquanto temos 90,8% dos alunos do ensino médio afirmando ser importante participar das decisões escolares, os que efetivamente afirmam transpor o comportamento em atitude não passam de 15,4%, um número bem menor em comparação aos que afirmam ser importante participar. Chama atenção que os alunos a afirmarem não participar e participar às vezes totalizam 42,3% em ambos os casos. Os dados apontam que pode haver uma participação flutuante nas decisões escolares. Em conversa com um dos alunos que respondeu participar às vezes, ele afirma:

Até dá vontade de participar em alguma coisa, mas daí a nossa opinião nem é tão considerada assim. Quando pedem que a gente fale alguma coisa, a direção da escola ou os professores já decidiram o que vão fazer. Parece que eles fazem isso só para não dizer que não pedem a nossa opinião. (masculino, 16 anos, entrevistado 2).

Outra aluna que também optou por dizer às vezes, dá a seguinte opinião:

Quando eu fui do grêmio eu participava, mas hoje só se não vai me atrapalhar nos estudos, esse ano eu faço o vestibular e a minha mãe disse que eu devo me preocupar com os estudos e deixar essas coisas de grêmio para lá. (feminino, 17 anos, entrevistada 5).

Tais discursos demonstram que este às vezes é limitado pela imposição nas decisões que partem de cima (direção) ou, como o segundo caso, a necessidade de

resolver problemas imediatos e não permitir que os jovens se ensaiem na prática participativa e decisiva.

Observando as outras instituições da sociedade civil, verifica-se que o desinteresse em participar delas é maior ainda. Excetuando-se o caso do grêmio estudantil que se refere a realidade vivenciada pelos alunos, mas que também goza de uma não participação alta (65,8%). Todas as demais organizações que visam o associativismo da sociedade possuem uma não participação muito alta. A tabela 11 apresenta os resultados em ordem de menor participação para maior participação:

Tab. 11 – Organizações sociais x porcentagem de não-participação (%)

Sindicatos	100%
Partidos Políticos	97,4%
Associações de Bairro	93,5%
ONGs	93,5%
Comícios	89,6%
Manifestações Populares	88,3%
Abaixo-assinados	84,4%
Grupos Religiosos	70,1%

Fonte: Pesquisa de Socialização Política na Escola Fortaleza em Rio Pardo

A tabela nº 11 demonstra o pouco interesse em participar de grupos de pessoas que visam aprimorar as práticas associativistas. O número que mais chama atenção é o dos sindicatos, mas o que é facilmente justificável, uma vez que a maioria dos alunos não entrou no mercado de trabalho ainda com carteira assinada. Os poucos que trabalham e estudam, ou fazem estágio, ou trabalham em serviços braçais, os quais não apresentam sindicatos organizados.

Deste grupo o que ainda possui uma maior participação por parte os estudantes são os grupos religiosos. Se por um lado, há uma não participação de 70,1%, do outro lado temos uma participação neste mesmo grupo de 13%, a mais alta de todas as opções formuladas para o questionamento. Os demais resultados acerca da participação estão distribuídos da seguinte forma: 11,8% para o grêmio estudantil, 9,1% abaixo-assinados, 5,2% manifestações populares e comícios, 3,9% para associações de bairro e ONGs, por fim 0% para partidos políticos e sindicatos.

Outro aspecto importante a chamar a atenção para o entendimento da cultura política é a confiança no grupo familiar e de amigos (confiança horizontal) e na confiança nas instituições (confiança vertical). Os questionamentos seguintes chamam a atenção para o desenvolvimento das confianças tanto horizontais como verticais. Segundo Baquero (2007c) é necessário para a existência de relações mais democráticas e que estas impactem no sistema político inteiro o desenvolvimento de confianças nas pessoas e nas instituições de mando da sociedade. Tal fenômeno é reconhecido como capital social, o que segundo Putnam (1995) vem decaindo a partir dos anos 80, apontando para o desenvolvimento da desconfiança na sociedade e nas instituições. Putnam preocupa-se em demonstrar o declínio da confiança nas relações pessoais a partir do novo modelo de sociedade que vai surgindo com os anos oitenta. Por outro lado, Baquero chama atenção que sem o desenvolvimento do capital social, a sociedade toda sofre de graves crises de desconfiança, passando-se a acreditar somente no grupo mais próximo (familismo amoroso) e impactando na confiança das instituições clássicas da política (partidos políticos, parlamentares e governos executivos) e do sistema político vigente.

Os alunos foram perguntados sobre a confiança nos pais, amigos, estranhos, em um primeiro momento. Mais adiante eles responderam quanto a confiança em professores, direção e funcionários da escola; por fim, em instituições acessíveis a sociedade civil. Ao tratarmos da confiança na família, principalmente na figura dos pais, vemos que um total de 97,4% dos estudantes acredita que seus pais fazem tudo pensando em lhes ajudar. Somente dois alunos, de um total de setenta e sete questionários válidos nega a pergunta. Tal resultado demonstra que a confiança no grupo familiar se encontra em alta, uma vez que os alunos acreditam na possibilidade de seus pais tomarem todas as medidas com o intuito de ajudá-los. Além disso, a confiança

no núcleo familiar é importante para desenvolver nos futuros cidadãos a possibilidade de confiar em outras instituições também.

Tab. 12 – Você acredita que os seus pais fazem tudo para lhe ajudar (%)

	Frequência	%
Sim	75	97,4
Não	2	2,6
Total	77	100,0

Fonte: Pesquisa de Socialização Política na Escola Fortaleza em Rio Pardo

No entanto, além da confiança no núcleo familiar, é necessário extrapolar este nível de credibilidade para as demais pessoas presentes na sociedade. Portanto, é imperativo desenvolver a confiança que vá além da família e se estenda aos grupos sociais que as pessoas vão sendo inseridas à medida que amadurecem e travam contato com outras pessoas. No caso em tela, foi usada a mensuração da confiança nos amigos. Ao tratar deste tipo de confiança, é verificada uma queda em 20% na resposta positiva, ou seja, como pode ser visto na tabela 13 abaixo, 77,2% dos estudantes confiam em seus amigos, o que demonstra certo abalo no desenvolvimento de capital social horizontal além da confiança estabelecida dentro da família.

Tab. 13 – Você confiaria a um amigo algo de muito valor para você (valor sentimental/monetário) (%)

	Frequência	%
Sim	61	77,2
Não	10	12,7
NS	8	10,1
Total	79	100,0

Fonte: Pesquisa de Socialização Política na Escola Fortaleza em Rio Pardo

Quando perguntados sobre a possibilidade de confiar em pessoas estranhas, vemos que a os índices de confiabilidade caem para 8,9%. Portanto, a possibilidade de

confiança além das pessoas do convívio cotidiano está em baixa, caracterizando pouca possibilidade de ampliar o capital social para além da realidade local. Tal ponto indica que a confiança é mais fácil de ser construída quando estamos diante do círculo familiar e de amigos próximos.

Mas se a confiança nos estranhos está abalada, a confiança nos professores, funcionários da escola e direção é alta. Para os professores o índice é o maior entre estes três grupos que atuam nas escolas. Os docentes gozam de 88,2% de confiança junto aos estudantes de ensino médio, em segundo lugar a direção aparece com 82,9% e por fim os funcionários da escola que receberam 52,5% de respostas positivas por parte dos estudantes, os resultados podem ser vistos na tabela 14 a seguir.

Tab. 14 – Confiança em professores, direção e funcionários da escola (%)

Professores	88,2%
Direção	82,9%
Funcionários da escola	52,5%

Fonte: Pesquisa de Socialização Política na Escola Fortaleza em Rio Pardo

Tais resultados podem ser indicados pelo convívio que os estudantes estabelecem com todos estes que constroem a escola. Possivelmente os docentes recebem maior votação devido a maior convivência criada entre professores e alunos, uma vez que para muitos alunos os professores são os únicos a se preocuparem com a sua realidade diária.

Quando os alunos foram questionados sobre os seus índices de confiança em outras instituições acessíveis a sociedade civil, é notório que os políticos são os menos confiáveis para os alunos entrevistados. Separando em instituições políticas (congresso nacional, governo federal, assembleia legislativa, governo estadual, câmara municipal, governo federal, partidos políticos e sindicatos), outras instituições (judiciário, polícia, igreja, associações comunitárias, meios de comunicação e escola) e grupos de convívio diário (família, vizinhos e grêmio estudantil), é possível perceber que os grupos de

convívio diário são os mais confiáveis pelos estudantes. Dos terceiro grupo, a família conta com 98,7% (somando-se os índices de confia muito e confia pouco), destacando-se como a mais confiável de todas.

No segundo grupo, verifica-se que a escola, os meios de comunicação, a polícia e a igreja são as instituições mais confiáveis. A escola se destaca tanto neste grupo de instituições que conta com 97,4% de confiança entre os estudantes. Os meios de comunicação também estão com prestígio diante dos estudantes, os índices apresentados nas entrevistas demonstram que 86,5% creditam no que é apresentado pela mídia. Alguns alunos foram perguntados sobre a confiança na escola e na mídia. A fala de uma aluna do primeiro ano chama atenção:

Eu acredito que na escola as pessoas se importam mesmo com a gente. Às vezes os professores brigam, chamam a atenção para coisas que fazemos, na hora dá raiva, mas depois a gente vê que não é por mal, mas, sim, para o nosso bem [...] (feminino, 15 anos, entrevistada 10).

No que tange à mídia, um aluno do segundo ano falou sobre a importância que alguns programas têm adquirido com a finalidade de demonstrar as mazelas da sociedade:

Eu acredito no que é falado nos programas de televisão. Aquele programa do Mota e do Datena são muito bons, pois eles criticam os políticos e exigem que seja feita alguma coisa para o povo. Ninguém se preocupa com a gente, ao menos eles incomodam os políticos e pode ser que a gente consiga ganhar alguma coisa em troca. Enquanto a gente passa trabalho, os caras só ficam ganhando grana e viajando pelo mundo inteiro [...] (masculino, 16 anos, entrevistado 1).

Estas falas são interessantes, principalmente no que o aluno se concentra. A mídia tem um papel importante para as pessoas, mas a mídia acessada é somente a televisiva, não há citações quanto ao hábito de ler jornais, revistas e/ou acessar as informações na internet. Além disso, os programas acessados demonstram que o interesse é da crítica pela crítica e não da construção de um cidadão consciente e participativo e conhecedor do papel a ser desempenhado pelo político. Tal programação caracteriza-se na crítica e no sensacionalismo com a finalidade de ter público a partir dos problemas dos demais cidadãos.

No que tange ao primeiro grupo, as instituições políticas gozam de uma descrença muito alta. Nenhuma das instituições classificadas nesta categoria apresentou um índice de confiança maior que 50%. De todas elas, as que ainda são mais confiáveis, na visão dos estudantes, são a Câmara e o Governo municipais, sendo respectivamente, 32,9% e 37,5%. É possível que a proximidade das pessoas no município de pequenas proporções permite a existência de maior confiança das pessoas no governo municipal. Mas é claro que mesmo assim a confiabilidade nas instituições políticas é muito baixa em relação aos outros grupos questionados. A fragilidade destas instituições, como é debatido por Baquero (2000) e Schmidt (2001) e o discurso feito pelas gerações maduras pode indicar que se está socializando a nova geração para a descrença nas instituições políticas e a manutenção de relações familistas pouco republicanas. Tal processo caracteriza-se em um contrassenso, porque se desejamos que os jovens de hoje sejam os cidadãos participativos do futuro a socialização política deles precisaria ser bem diferente, voltada para a ampliação de práticas republicanas.

Schmidt (2000, 2001) e Nazzari (2006) chamam a atenção para a necessidade da ampliação da sofisticação política dos cidadãos. Acredita-se que o interesse por assuntos políticos, a atitude de debater tais temáticas e o conhecimento democrático a partir da aceitação de valores de tolerância e de interesse pela prática participativa e deliberativa da democracia acima dos procedimentos pode apontar para maior sofisticação política. Os alunos foram questionados sobre estes itens, com a finalidade de traçarmos seu nível de sofisticação política.

A tabela que se segue demonstra o interesse por assuntos políticos por parte dos estudantes. Nessa área, fica evidenciado que o desinteresse por política é muito alto. Dos oitenta casos válidos, cinquenta e seis entrevistados (70,0%) não se interessam por assuntos políticos. Por outro lado, destaca-se que dezoito alunos que responderam a pesquisa (22,5%) afirmaram ter interesse por política.

Tab. 15 – Você se interessa por assuntos políticos. (%)

	Frequência	%
Sim	18	22,5
Não	56	70,0
NS	6	7,5
Total	80	100,0

Fonte: Pesquisa de Socialização Política na Escola Fortaleza em Rio Pardo

Na tabela seguinte, vemos que os mesmo 22,5% são realocados nos entrevistados que afirmam debaterem sobre assuntos políticos no seio familiar. No caso das discussões sobre assuntos políticos com os amigos, a porcentagem de entrevistados que positivaram esta pergunta está em 18,5%.

Tab. 16 – Você conversa sobre política com os seus familiares. (%)

	Frequência	%
Sim	18	22,2
Não	63	77,8
Total	81	100,0

Fonte: Pesquisa de Socialização Política na Escola Fortaleza em Rio Pardo

Na tabela 16, fica claro que quase a mesma porcentagem de alunos que afirmam serem interessados por política também desenvolveram a atitude de debater sobre tais assuntos com seus familiares. Situação que não é a mesma quando se trata do debate com os amigos. Pode se questionar se a capacidade de politização da família não é maior que o entre os amigos, ou mesmo, se os jovens não se sentem intimidados de discutir determinados assuntos entre outros jovens.

Os dados apontam para o pouco interesse a cerca de assuntos políticos por parte dos estudantes da Escola Fortaleza. No entanto, é necessário analisar a sua sofisticação política a partir do desenvolvimento de valores democráticos. A literatura sobre cultura

política demonstra que no modelo de sujeição, institui-se um hibridismo nas práticas políticas e democráticas, onde a dimensão comportamental e atitudinal não caminham juntas. Cabe analisar quanto à democracia alguns aspectos como a aceitação de grupos contrários aos *status quo* além de verificar em que medida os valores democráticos são pautados para noções mais participativas e menos ancoradas na visão procedimental da democracia.

As respostas que se seguem buscam contrapor a posição de Inglehart e Lipset, quanto aos modelos democráticos. Como fora citado anteriormente, a teoria da modernização de Lipset ressalta pontos procedimentais da democracia, ao deter-se no desenvolvimento de valores econômicos para a consolidação de um sólido sistema político democrático, não sendo central a preocupação com respeito a mecanismos de participação e de defesa de opiniões contrárias e de autoexpressão. No caso de Inglehart, é necessário ampliar outras áreas a cerca da participação e do respeito às minorias para que seja possível visualizar um modelo democrático ancorados em valores mais preocupados com o bem estar e qualidade de vida de todos e menos no crescimento econômico da sociedade.

Além do debate mencionado acima, também podemos chamar a atenção para o conhecimento acerca da noção de liderança. Referenciando novamente a tese de Adorno sobre a personalidade autoritária que pode ser encontrada em determinadas atitudes. Nas respostas dos estudantes, observam-se seus posicionamentos acerca das virtudes da liderança.

Para medir a sofisticação política dos jovens estudantes da Escola Fortaleza, foi proposta na fase quantitativa que eles escolhessem entre determinados grupos aqueles pelos quais eles desenvolviam maior intolerância. Foram oferecidas oito opções de grupos, dos quais eles deveriam escolher os três menos tolerados por eles. Os campeões de intolerância são os políticos e o MST, ambos estão bem acima das demais opções e entre eles a diferença é muito alta. Os políticos contam com a intolerância de 72,8% dos estudantes, um índice muito alto, caracterizando um alto desinteresse pela política agregados a alta desconfiança nos políticos. A tabela 17 apresenta a ordem de intolerância do menos tolerado pelos estudantes para o mais tolerado.

Tab. 17 – Quais dos grupos você menos tolera? (%)

Políticos	72,8
MST	34,6
Sindicalistas	19,8
Gays	16,0
Proprietários de empresas	16,0
Latifundiários	11,1
Negros	1,2
Índios	1,2

Fonte: Pesquisa de Socialização Política na Escola Fortaleza em Rio Pardo

O MST também é intolerado por 34,6% dos alunos, um índice também alto. Tal porcentagem pode ser explicada pela constante visibilidade negativa que o movimento sofre pela mídia. Um aluno terceiro ano do ensino médio que foi perguntado sobre a intolerância a esses dois grupos, teceu o seguinte comentário:

Políticos são tudo sem vergonha, não dá para acreditar no que eles falam, só aparecem na época de votar. Daí eles adoram estar na volta dos pobres. Já o MST é um bando de vagabundo que ficam destruindo tudo que as pessoas plantam e querem invadir a terra das pessoas que trabalham honestamente [...] (masculino, 17 anos, entrevistado 9).

Tal visão é muito impregnada pelo posicionamento que a imprensa televisava traz ao assunto da reforma agrária. Conforme outra estudante do primeiro ano:

Uma vez eu estava assistindo na TV a reportagem sobre uma caminhada que o MST fez aqui na BR 471. Parecia um bando de pobre andando pela estrada, além disso trancaram todo o trânsito e como falaram no jornal, eles estavam ali para ficar e não ia adiantar a polícia tentar tirar eles dali. Daí a gente vê que o que eles fazem é atrapalhar as pessoas que estão trabalhando honestamente e fica provocando a brigada. Se eu fosse brigadiano, corria eles dali. Também se acontece alguma coisa com eles, aparece aquele pessoal dos direitos humanos prontos para defender o que eles fazem. Garanto

que se fosse qualquer um de nós, ninguém ficaria tão preocupado assim. (feminino, 15 anos, entrevistada 7).

A fala não deixa clara se esta posição defendida pelo estudante foi criada a partir da reportagem citada. Contudo, é possível pensar se tal opinião não foi sendo construída a partir da visão que a mídia aponta para os movimentos que não só o MST, mas outros preocupados em alterar a correlação de forças da sociedade. Além disso, verifica-se que a visão de sociedade é ancorada no autoritarismo, como uma categorização em quem é mais ou menos humano na luta pelos direitos. Acreditar que determinados grupos não são legítimos em requisitar direitos é crer que a democracia deve ser acessível a somente algumas pessoas.

Os demais itens oferecidos demonstram que os jovens formados pela escola entrevistada estão muito longe dos valores de autoexpressão, como foi preconizada por Ronald Inglehart. A intolerância com sindicalistas e gays é alta, atingindo, respectivamente, 19,8% e 16%. Se pensarmos que os homossexuais vêm cada vez mais conquistando direitos a sua sexualidade, encontrarmos 16% de alunos contrários a tal grupo não é um valor tão baixo. É claro que cidades de pequeno porte os comentários a cerca da vida privada são muito mais comuns e que o índice, a partir deste viés, poderia ser considerado baixo. Entretanto, é um índice que necessita de maiores aprofundamentos, pois pode indicar que a geração em formação ainda vê com muita dificuldade a tolerância a grupos minoritários em luta por direitos.

Outro descompasso encontrado nas entrevistas dos estudantes está localizado na intolerância afirmada aos proprietários de empresas (16%) e latifundiários (11,1%). É claro que os índices são bem menores que a intolerância aos políticos e ao MST, mas demonstra que há certa conscientização acontecendo entre os jovens, o nível ainda é baixo, mas aponta para a possibilidade de futuros grupos questionadores. É sabido que em todas as gerações há uma pequena parcela que se propõe a debater criticamente a sociedade, tal realidade não poderia ser diferente entre os jovens do Fortaleza, a porcentagem permite a manutenção do grupo. É imperativo que haja um aprofundamento desta visão questionadora e um incremento na visão democrática destes jovens.

Por fim, um índice irrisório é quanto à intolerância aos negros e índios. Em cada um dos quadros é encontrado somente um caso que afirma não tolera estes grupos.

Uma temática importante a ser analisada é a capacidade dos estudantes entenderem sobre o que caracteriza um modelo político democrático. Quanto a este ponto, é interessante chamar a atenção que o entendimento sobre as formas de governo demonstra quão mais sofisticados são os cidadãos. Além disso, uma maior qualidade da democracia caracteriza o surgimento de ideias mais voltadas a valores pós-materiais e a defesa da autoexpressão e minorias, como é sugerido por Inglehart ao debater o modelo materialista e pós-materialista.

Para mensurar a sofisticação política dos estudantes foram apresentadas nove opções de escolha sobre o que seria uma democracia. As respostas variam desde o modelo mais procedimental da democracia, como “votar e ser votado”, “poder do povo”, “existência de partidos políticos” e ter direitos e deveres, passando por questões econômicas, como a opção que sugere “não haver pobreza” concluindo em respostas que visam a maior participação nas decisões da sociedade, como é o caso da “busca do consenso”, o “respeitar as decisões contrárias” e o “participar das decisões”. Ainda há uma oitava resposta que sugere o “fazer o que quiser” como um princípio da democracia, mas o seu resultado nas entrevistas foi muito baixo, caracterizando que os estudantes possuem uma visão mais ampla do que a afirmação sugere.

Abaixo apresentamos os resultados levantados pela pergunta e as conclusões que podem ser feitas a partir dos resultados.

Tab. 18 – O que é democracia para você? (%)

Ter direitos e deveres	68,4%
Poder do povo	51,9%
Votar e ser votado	38%
Não haver pobreza	31,6%
Buscar o consenso	29,1%
Respeitar as opiniões contrárias	27,8%
Participar das decisões	24,1%
Existir partidos políticos	8,9%
Fazer o que quiser	6,3%

Fonte: Pesquisa de Socialização Política na Escola Fortaleza em Rio Pardo

Os resultados da tabela 18 apontam que se está diante de um conhecimento sobre a democracia que se caracteriza pelos procedimentos e pauta-se pelos princípios da modernização. A visão dos entrevistados é clara no que tange a necessidade da consolidação dos procedimentos democráticos e o quanto ainda eles não se encontram preocupados com a importância de desenvolver práticas participativas do processo decisório e ampliar um posicionamento que aponte para o diálogo de todos os cidadãos a cerca da sociedade em que vivem. Tal situação pode ser vista nos baixos índices nas respostas que visam o desenvolvimento da participação e da busca do consenso.

A tabela 18 fica dividida entre opiniões que buscam a consolidação dos procedimentos como a opção que apresenta o ter direitos e deveres, com 68,4% apontada como a mais escolhida entre as respostas. Acreditar que a democracia se caracteriza principalmente no gozo de direitos e no exercício de deveres torna a visão sobre o sistema político muito frágil e circunscrito ao nível dos princípios filosóficos que regem os regramentos do agir democrático, como se a democracia estivesse pautada

no exercício de direitos e deveres sem o desenvolvimento de um entendimento sobre o porquê obedecer a determinado princípio e respeitar determinada regra.

Tal afirmação pode ser corroborada a partir da análise dos três próximos itens mais votados. Os alunos ao serem perguntados sobre a democracia, apontam a citação “poder do povo” como a segunda mais votada, demonstrando que o exercitar relações democráticas ainda precisa ser incentivado com mais clareza, pois conceituar a democracia a partir da tradução literal dos termos da palavra pouco irá dizer sobre as práticas cotidianas de relações democratizadas em diversos espaços, novamente verifica-se um posicionamento superficial quanto às características de é um sistema político.

Este posicionamento superficial pode ser visto na fala da aluna de primeiro ano do ensino médio:

Eu sei que a democracia é o poder do povo. Tivemos uma aula sobre Grécia Antiga com a professora de Filosofia. Ela nos disse que esta era a principal contribuição dada pelos gregos e que a palavra é dividida em demos – povo e cratos – poder. (feminino, 15 anos, entrevistada 6).

Perguntada se ela acreditava que a democracia significava somente esta tradução e se a democracia é só voltada à política, e não nas relações cotidianas, ela respondeu:

Eu acho que não é bem assim, porque o povo vota, mas quem manda mesmo são os políticos. E a democracia é uma coisa de políticos, porque na nossa vida é só preciso saber viver tranquilamente e trabalhar. (feminino, 15 anos, entrevistada 6).

Verifica-se a partir da fala que a democratização da vida cotidiana está um pouco longe da realidade dos estudantes de Rio Pardo. Para eles, a democracia é uma coisa de políticos e seu posicionamento a cerca de tal assunto necessita ser ampliado para o entendimento que a o modelo político de uma determinada sociedade estrutura-se a partir das relações diárias.

Outro posicionamento procedimental da democracia pode ser visto na terceira opção mais escolhida pelos entrevistados. “Votar e ser votado” contou com 38% das respostas presentes no questionário. Assim como a primeira alternativa mais votada, a

terceira demonstra que a sofisticação política dos alunos da Escola Fortaleza precisa de incentivos bem maiores para a sua ampliação. Faltam práticas participativas que permitam aos jovens transpor os posicionamentos meramente conceituais da democracia e permitam observar que o agir democraticamente é muito mais aprofundado que as opiniões apresentadas até o momento.

Quando perguntado a cerca da resposta acima mencionada, um aluno do terceiro ano do ensino médio comentou:

Para mim, a principal função em uma democracia é o voto. É por ele que participamos e deixamos a nossa marca. A partir daí é o políticos que devem tomar as decisões. Eu sei que seria importante participar e ficar cuidado com o que eles fazem ou pensam, mas nem sempre dá tempo e como os políticos da cidade são pessoas que a gente conhece de caminhar pela rua, fica mais fácil confiar no que eles estão fazendo. (masculino, 17 anos, entrevistado 8).

A fala do estudante demonstra que há certa visão de que se deve participar das decisões preocupando-se em entender o que os políticos pensam de determinado assunto, mas há dois problemas presentes na afirmação anterior. A primeira é quanto ao modelo social que estamos vivendo. A falta de tempo de participar das decisões políticas transforma o cidadão em um mero digitador de urnas, pois há pouca disponibilidade de tempo de participar do que é decidido, portanto, o cidadão se ausenta deste papel.

O outro problema está na proximidade estabelecida entre os cidadãos de Rio Pardo e os políticos. A visão do jovem alinha-se ao posicionamento caracterizado pelo familismo amoral, pois ele acha ser importante participar das decisões políticas que são tomadas em sua cidade, mas ao mesmo tempo ele não tem como o fazer, devido a indisponibilidade de tempo. Por outro lado, ele passa a confiar nas decisões que são tomadas nas esferas municipais, pois conhece os políticos da convivência diária. O que demonstra serem de confiança aqueles que estão próximo a eles.

Entrando na seara da teoria da modernização, verificamos que a quarta opção mais escolhida trata da erradicação da pobreza como um dos entendimentos do que seria a democracia. Retornando ao pensamento teórico da Inglehart (1997), é possível afirmar que a geração em formação no ensino médio do presente estudo de caso ainda é

socializada na hipótese da escassez, portanto a preocupação com a erradicação da pobreza é um fenômeno presente em seu dia-a-dia. O que pode nos indicar que os jovens são pouco participativos, pouco interessados pela política e dificilmente procuram desenvolver uma visão avaliativa do sistema político. Se a socialização se dá pela escassez, podemos dizer que uma das respostas para o baixo interesse pelos assuntos políticos estaria tendo como justificativa tal modelo de aprendizagem da sociedade.

Somente nos níveis mais baixos da porcentagem de respostas, vemos as práticas políticas que buscam o consenso e a participação a partir da emissão de opiniões. As três respostas que propunham tal tipo de conceituação a cerca da democracia não chegaram a 30% de votos. Os números encontrados nestas respostas apontam claramente para uma semelhança nos dados que foram coletados juntos aos alunos. É possível verificar que os jovens a apontar interesse por assuntos políticos, afirmaram discutir tais temas com a família e amigos reafirmam suas práticas democráticas apontando que a democracia se caracteriza na “busca do consenso – 29,1%, 23 entrevistados de 79 respostas válidas; no respeito a opiniões contrárias – 27,8%, 22 entrevistados de 79 respostas válidas; na participação das decisões – 24,1%, 19 entrevistados de 79 repostas válidas”.

Se voltarmos a tabelas 15 e 16 que tratam sobre o interesse por política e a atitude de debater estes assuntos no seio familiar e com os amigos, verificamos que 22,2% dos entrevistados positivaram a resposta, em termos numéricos tal porcentagem totaliza dezoito estudantes, índice que não se afasta muito dos resultados encontrados para as três afirmações sobre a democracia Tal proximidade de resultados pode indicar um fenômeno que aquele que possui o hábito de discutir assuntos políticos em diversas esferas da sociedade desenvolve com mais habilidade práticas políticas participativas. Mesmo que as práticas de familismo amoral possam ocorrer, ainda assim, quem desenvolveu a prática de discutir os assuntos políticos amplia sua prática a partir das discussões, tornando-se mais sofisticado politicamente e potencialmente pode acessar a mais informações por conta própria.

Por fim, foi analisado qual o posicionamento dos estudantes quanto à liderança. Ao analisar este aspecto busca-se entender a capacidade dos alunos compreenderem os

aspectos que constituem a liderança e o quanto tal ponto é importante para a ampliação de valores democráticos. Parte-se do princípio que quanto maior seja o entendimento sobre a liderança como um aspecto participativo maior seria a visão democrática desenvolvida nos estudantes.

Neste ponto, os entrevistados apresentaram uma visão bem diferente do que tem sido falado até então. Diferentemente do que poderia ser esperado de seu comportamento em relação à liderança, uma vez que as práticas políticas até agora estão pautadas pelos procedimentos e pelo baixo desenvolvimento de valores democráticos, quase a totalidade dos alunos destacou que as virtudes de uma boa liderança estão apoiadas em “ouvir os interesses de todos aqueles que fazem parte do seu grupo” (94,9%) e “buscar o bem de todos propondo um consenso nas opiniões divergentes” (93,7%). Agregado a isto, a opção que sugeria “preocupar-se com si mesmo” não foi assinalada por nenhum estudante, marcando que tal visão seria um posicionamento extremamente autoritário e desrespeitoso com as outras pessoas que deveriam ser organizadas por este líder. “Tomar as decisões que julga importante sozinho” foi aceita por 10,1% dos estudantes.

Perguntada sobre esta questão, uma aluna afirmou:

Eu acho que um bom líder tem que respeitar aqueles que estão sobre o seu comando, ouvindo e buscando o consenso das opiniões. Mas para isso, às vezes é necessário tomar as decisões sozinho, porque tem vezes que não há como ouvir a opinião de todo mundo e daí é preciso decidir. Agora preocupar-se só com ele mesmo não é característica de um líder, é de um egoísta. (feminino, 15 anos, entrevistada 7).

O que podemos ver até agora é que a cultura política estabelecida entre os estudantes de ensino médio da Escola Fortaleza está pautada pelo descompasso entre as atitudes e os comportamentos, onde por um lado eles julgam importante participar da sociedade, mas não o fazem. Acreditam que a democracia está ancorada em aspectos formais e procedimentais, mas por outro lado dizem ser importante buscar o consenso e desenvolver valores de liderança participativa. Na maioria dos casos não aceitam as minorias que buscam por direitos e estão longe dos valores pós-materiais e de uma democracia mais participativa.

A partir do que fora proposto, parte-se da noção que os dados demográficos dos estudantes e a sua cultura política impacta no acesso a informação na web. Tratando primeiramente do uso da internet, os alunos foram perguntados sobre o uso ou não da rede, neste caso, 93,8% dos estudantes afirmaram acessar a internet. A abrangência da web chega a quase a totalidade de entrevistados. A partir disto, perguntamos qual o tipo de acesso que os jovens têm em sua casa. De um total de cinquenta e um estudantes com acesso à rede em casa, dezessete afirmaram esta ser discada, enquanto trinta e quatro dos entrevistados dizem ter banda larga.

Em um segundo momento, eles foram perguntados sobre onde costumam acessar a internet. Propôs-se cinco opções de lugares onde eles mais acessassem a rede. Os resultados foram ordenados da seguinte forma:

Tab. 19 – Onde você costuma acessar a internet?

Casa de amigos	52,5%
Casa	51,3%
Escola	46,3%
Lan house	40,0%
Trabalho	2,5%

Fonte: Pesquisa de Socialização Política na Escola Fortaleza em Rio Pardo

Os resultados apontam que a maioria dos estudantes procura acessar em sua própria casa ou na casa de amigos a rede. Não havendo como usar a web nestes dois lugares, sobram outras duas opções: a escola ou a lan house. Visitando o laboratório de informática da escola, constatou-se o uso de computadores bem novos, com o uso de Windows XP, como sistema operacional e de configuração bem avançada. A profa Rutiane Vieira responsável pelo laboratório explicou que durante a tarde, a sala fica aberta para uso dos alunos. Eles podem acessar a rede unicamente para pesquisa escolar, mas é necessário o acompanhamento do estagiário.

O uso da rede na lan house também é comum entre os estudantes. Quanto ao uso da internet na casa de amigos e lan house, um aluno do terceiro ano respondeu:

Eu vou na casa do meu colega, ou vou na lan house. Não que eu não tenha acesso à rede em casa, mas é que lá a minha mãe fica controlando quantas vezes eu conecto e o que eu fico vendo na internet. Não respeita a minha privacidade, por isso prefiro pagar e ir na lan ou ir na casa de algum amigo meu, pois lá eu consigo fazer o que quiser. (masculino, 17 anos, entrevistado 8).

A fala do estudante deixa claro que o uso da rede em outros espaços que não a própria casa e o colégio se dá pela necessidade de acessar informações que os pais não acreditam ser corretas, não aceitam como um comportamento digno do jovem, ou mesmo desconhecem o seu conteúdo. O papel da família é importante neste caso, pois serve como um apoio e uma proteção para os jovens³⁸.

Os alunos foram perguntados sobre a quantidade de vezes que eles costumam acessar a rede e o tempo que eles ficam “navegando” quando acessam. A maior frequência de acessos à rede foi de todos os dias da semana, com 39% dos casos e dentro do período em que acessam a internet, o período de uma a duas horas foi o mais frequente entre os casos.

Como vimos a cultura política dos jovens é caracterizada pelo hibridismo. Portanto, acredita-se que este pouco interesse por assuntos políticos e a busca por informação e vontade de participar das decisões impacta a forma como é usada a rede. Perguntou-se aos estudantes qual eram as páginas mais acessadas e o interesse deles participarem em fóruns virtuais. Os resultados quanto ao que é acessado na rede são descritos da seguinte forma: as três mais acessadas pelos estudantes do Fortaleza foram os materiais escolares (79,5%); páginas de comunicação virtual – MSN, googletalk (71,8%); e as redes sociais (59,0%). E-mails e notícias ocuparam a quarta e quinta posição, respectivamente, com 46,2% e 32,1%. Por fim, páginas dos legislativos federais, estaduais e municipais, sites de movimentos sociais e ONGs, executivos das três esferas e partidos políticos ficaram muito atrás das demais opções, com no máximo

³⁸ Algo que é necessário para o exercício deste controle por parte dos pais é o domínio da web como uma ferramenta de comunicação. A expansão da internet criou uma nova categoria de analfabeto, o denominado analfabeto digital, pois ele desconhece como se comunicar ou até mesmo como usar as ferramentas mais básicas de um computador. Tal fenômeno é mais recorrente nas gerações que hoje se encontram na condição de pais e avós, também sendo frequente entre as pessoas de classes econômicas mais baixas e com menor escolaridade.

2 votos para os sites dos legislativos, 1 voto para movimentos sociais e ONGs e executivos e nenhum voto para partidos políticos.

Perguntados sobre que tipos de notícias eram acessadas. A mais recorrente eram sobre assuntos de artistas, cantores e novelas, assuntos sobre política não eram buscadas entre os estudantes, bem como informações sobre partidos políticos, movimentos sociais e páginas ligadas ao governo. O único questionário respondido positivamente quanto a tais opções tratava-se de uma estudante que estava fazendo um trabalho sobre o governo para a disciplina de história.

Quanto ao acesso a fóruns virtuais, foram encontrados três alunos que afirmaram fazer uso da internet para este fim. O número então é bem menor se compararmos com os estudantes que afirmaram manifestar interesse por assuntos políticos, econômicos e sociais. Tal dado aponta para o pouco interesse em buscar na web informações sobre tais temas, ou mesmo o interesse em atualizar estas questões em outras mídias. Não foi objeto de a análise pesquisar o acesso a informações em outros veículos de informação, mas perguntado sobre o assunto, uma aluna do primeiro respondeu:

Eu não tenho o hábito de ler sobre política no jornal, ou assistir programas que tratem sobre este assunto. E na internet eu prefiro ver outros assuntos e conversar no msn. (feminino, 15 anos, entrevistada 6).

Um dos alunos que respondeu sobre o acesso de fóruns na internet fez o seguinte comentário:

É importante ver o que anda acontecendo. Os professores dizem que vale a pena ficar ligado nas discussões que estão ocorrendo, pois muito disto cai no vestibular também. De tanto procurar notícias eu comecei a gostar de participar destes debates que têm em algumas páginas da internet, hoje não consigo ficar sem dar uma olhadinha e participar também. Dizem que se nós não participarmos nada vai mudar. (masculino, 16 anos, entrevistado 3).

Diante do que fora exposto, a cultura política praticada e a socialização sofrida pelos alunos impacta na forma como eles usam a internet. Como a sua socialização é voltada para a manutenção de valores materiais, a cultura política praticada pelos

estudantes do ensino médio da Escola Fortaleza pode ser classificada como híbrida, onde há o comportamento, mas este não se transforma em ação. Assim, a baixa participação, o pouco interesse pela busca de informação e discussão de assuntos políticos é caracterizado também no que é acessado na rede. Poucos são os estudantes que fazem uso da internet com algum fim que seja de buscar ou participar das decisões políticas, portanto, verificando a hipótese levantada, observamos que a socialização sofrida por parte dos jovens impacta a sua cultura política. Ambas, por fim, vão caracterizar o tipo de uso feito com a internet, portanto a hipótese é corroborada a partir dos dados que foram levantados.

4.5 INTERESSE POR POLÍTICA E O ACESSO À INTERNET

A seguir analisa-se a questão do interesse por assuntos políticos e a acessibilidade à internet, no que tange ao tipo de acesso, ao tempo, onde é acessado e o que é acessado a partir dos recortes de gênero, etnia, idade, ano escolar e renda familiar. Tal análise compõe a segunda hipótese que está sendo testada nessa dissertação: as variáveis de gênero, etnia, renda e ano escolar são importantes para entender a relação que os estudantes têm com o que é acessado na internet e o interesse pela política.

O senso comum acerca do mundo da política afirma que há diferenças entre o gênero, a idade, o ano escolar, a renda e a etnia para a relação estabelecida com tais vieses e o interesse por política. No entanto, pesquisas acerca destas variáveis demonstram que a socialização política percebida pelos integrantes da sociedade é o que caracteriza este nível de interesse por política.

Na análise que se segue vamos observar o interesse por política e o acesso à rede a partir destes vieses. As tabelas e discussões que vem a seguir estão montadas observando primeiro o sexo do entrevistado, a sua idade, o ano escolar em que ele se encontra, a cor/etnia autoafirmada e por fim a renda declarada. Assim foi feito com o interesse por política e com as questões de acessibilidade da internet. A partir da análise do interesse podemos verificar qual o tipo de aluno que se interessa por política, bem como qual o tipo de aluno que acessa determinados assuntos na www.

A questão de gênero é um problema que vem sendo debatido cada vez mais em diversas áreas do conhecimento. Segundo Prá, o desinteresse político não é um privilégio somente das mulheres, o ceticismo quanto ao mundo da política está em ambos os sexos. Nesta temática Baquero (2007c) também apresenta dados fortes quanto à desconfiança e o desinteresse na política sendo um aspecto comum à sociedade como um todo, e não como algo presente em somente um determinado grupo da sociedade.

Na pesquisa, verifica-se que o fenômeno se repete para o caso dos estudantes de Rio Pardo. O desinteresse por política é comum em ambos os sexos, no recorte de gênero. Dos setenta e quatro casos válidos, 9,5% dos meninos e 14,9% das meninas afirmam ter interesse por assuntos políticos, um número bem baixo, mesmo para um universo de entrevistas reduzido. A tabela que se segue mostra os valores absolutos a partir do viés de gênero.

	Tab. 20 – Sexo x Interesse por política (%)		Total
	Sim	Não	
Masculino	9,5	33,8	43,2
Feminino	14,9	41,9	56,8
Total	24,3	75,7	100

Fonte: Pesquisa de Socialização Política na Escola Fortaleza em Rio Pardo

A tabela 20 ilustra, portanto, que o desinteresse por política encontra-se em ambos os sexos, no caso em tela há uma pequena vantagem para as alunas, mas que pode ser explicado por haver mais estudantes do sexo feminino no ensino médio do que meninos.

A faixa etária que os estudantes se encontram foi o segundo recorte sugerido para analisar o interesse por política. Acredita-se que a idade do entrevistado é importante para avaliar o interesse por política, uma vez que quanto mais seja inserido nos processos decisórios como o voto e a possibilidade de participar de outras instituições políticas, com partidos políticos e sindicatos, mas diferenciado pode ficar a visão a cerca da política dos cidadãos. No caso da pesquisa, as diferenças de opinião

não são muito grandes, visto que a diferença de idade não é muito alta e a maioria dos estudantes não ser filiada a partidos políticos, não votar e não ser sindicalizado.

A tabela 21 aponta os seguintes resultados:

	Tab. 21 – Idade x Interesse por política (%)		Total
	Sim	Não	
14	1,4	6,8	8,1
15	8,1	17,6	25,7
16	6,8	31,1	37,8
17	6,8	17,6	24,3
18	1,4	2,7	4,1
Total	24,3	75,7	100

Fonte: Pesquisa de Socialização Política na Escola Fortaleza em Rio Pardo

Diferentemente do que foi aventado no parágrafo anterior, o grupo dos dezoito anos, momento em que votar torna-se obrigatório, o interesse por política diminui em relação aos grupos com quinze, dezesseis e dezessete anos. Obviamente que o universo é pequeno o que permite que um voto a mais em cada um dos grupos apresente uma diferença alta da porcentagem, mas, mesmo assim, é de se destacar que o grupo dos quinze anos seja o com maior interesse por política e que a partir de então o interesse vá decaindo.

Tal fenômeno pode ser fruto da possibilidade de começar a participar do voto ou mesmo da participação no grêmio estudantil, uma vez que a os alunos com mais idade acabam deixando de participar desta associação.

Desmembrando a análise pelo ano escolar, verifica-se que o terceiro ano é o ano que concentra o maior número de interessados por política. Do universo das setenta e quatro entrevistas válidas para esta temática, 10,8% dos interessados pela política encontram-se no terceiro ano, enquanto no segundo número este valor cai para 5,4% e no primeiro ano está em 8,1%.

A tabela 22 nos demonstra o fenômeno, o qual pode ser explicado a partir do entendimento que os alunos de terceiro ano estão saindo da escola e entrando em uma nova fase de vida, onde, teoricamente, estão aptos para tomar decisões como as gerações mais maduras. Então o índice estaria referenciando um interesse em participar das decisões como cidadãos aptos a emitir um posicionamento próprio sobre o mundo.

	Tab. 22 – Ano escolar x Interesse por política (%)		Total
	Sim	Não	
Primeiro ano	8,1	39,2	47,3
Segundo ano	5,4	28,4	33,8
Terceiro ano	10,8	8,1	18,9
Total	24,3	75,7	100

Fonte: Pesquisa de Socialização Política na Escola Fortaleza em Rio Pardo

Como quarto recorte sugerido para o entendimento do interesse por política, foi tratado a cor/etnia autodeclarada. Este dado apresentou uma faceta muito problemática da sociedade brasileira como um todo. Ainda hoje vemos que o acesso à informação, à escolaridade, à participação e ao interesse por política está atrelado a cor/etnia que as pessoas se originam. Para pretos e pardos o índice de interesse por política é muito baixo em relação ao mesmo dado para brancos.

O valor já é baixo devido a quantidade de entrevistas válidas, mas pelo recorte feito neste momento, o valor ainda é mais baixo. Pretos e pardos não somam 10% dos estudantes que afirmam ser interessados por política, enquanto que os brancos totalizam 19% dos que se interessam pela temática. Em números absolutos a quantidade de brancos é o dobro da soma das outras duas categorias, o que demonstra que não ser branco no Brasil é um problema grave, pois se o índice de interesse é tão baixo, pode ser explicado pela impossibilidade de conseguir ensaiar-se como cidadãos para pretos e pardos.

A tabela 23 ilustra o que foi debatido no parágrafo anterior.

Tab. 23 – Cor/etnia x Interesse por política (%)			
	Sim	Não	Total
Branco	19	33,3	52,4
Preto	1,6	22,2	23,8
Pardo	7,9	15,9	23,8
Total	28,6	71,4	100

Fonte: Pesquisa de Socialização Política na Escola Fortaleza em Rio Pardo

Por fim, o último critério avaliativo para entendimento de quem são os interessados por política dentro dos estudantes da Escola Fortaleza foi a renda familiar declarada pelos alunos. Este dado é de tratamento complexo, pois diversos alunos informaram desconhecer a renda familiar, portanto, o número de questionários válidos para esta pergunta caiu para quarenta e oito de oitenta e um entrevistados. No entanto, os dados que foram aproveitados permitem visualizar que quanto mais diminui a renda familiar, menor é o interesse por política, sendo que somente no índice de 5,5 SM a 7,5 SM a mais interessados por política, mesmo assim, sendo um caso a mais. Nas demais faixas de rendimento o desinteresse por política é maior que os interessados pelo assunto, conforme pode ser demonstrado na tabela 24 a seguir.

Tab. 24 – Renda familiar x Interesse por política (%)			
	Sim	Não	Total
Menos 1 sm	0	4,2	4,2
1 sm - 2 sm	4,2	31,3	35,4
2 sm - 3 sm	4,2	12,5	16,7
3 sm - 4 sm	6,3	12,5	18,8
4 sm - 5 sm	4,2	10,4	14,6
5,5 sm - 7,5 sm	6,3	4,2	10,4
Total	25	75	100

Fonte: Pesquisa de Socialização Política na Escola Fortaleza em Rio Pardo

Os dados vistos até agora nos demonstram que o desinteresse por política não é fruto de um grupo específico, mas, sim, de uma forma de socialização política. Não há como o jovem ser mais participativo se a sua socialização não visa esta participação. Conforme Schmidt (2001) e Nazzari (2006), a forma de socialização disponível para o jovem não permite que ele seja um cidadão participativo, pouco importando o viés tomado pela análise.

Como segunda parte da análise da hipótese em teste, verificamos se os mesmos vieses apresentados para analisar o interesse por política exercem alguma influência no que é acessado na internet. Seguimos a mesma ordem que anteriormente foi usada, analisando a partir do recorte de gênero, idade, ano escolar, cor/etnia e renda.

Os dados anteriormente apresentados demonstraram que não há muita diferença no interesse por política entre as variáveis escolhidas. A análise proposta a partir daqui se pergunta se estas mesmas variáveis causam alguma diferença quanto ao uso da internet.

A primeira variável a ser analisada é quanto ao uso da internet. Assim como as demais variáveis discutidas, desmembramos seu uso pelo gênero, idade, ano escolar, etnia e renda. Os dados levantados demonstram que tanto os alunos quanto as alunas fazem uso da internet, sendo que a porcentagem de alunas (50,6%) é um pouco maior que de alunos a afirmarem usar a rede (43,2%).

Analisando os resultados do uso da internet por faixa etária, fica claro que em todas as idades dos entrevistados o uso da rede é maior que o não uso. O caso que mais se aproxima de um empate entre os que usam a internet e os que não usam é nos dezoito anos de idade. Nesta categoria três alunos afirmaram fazer uso da www, enquanto dois estudantes disseram não fazer uso deste veículo de comunicação e informação, mas é necessário lembrar que o universo de estudantes que fazem parte deste grupo é de cinco alunos. Nos demais casos, o uso da internet é bem superior ao seu não uso.

Cinco casos afirmaram não fazer o uso da rede entre os oitenta e um casos válidos. Distribuídos pelos anos escolares, foi encontrado um caso dentre os trinta e sete estudantes do primeiro ano, três casos nos vinte e sete alunos que compõem o segundo ano e um caso dentre os dezessete que totalizam o terceiro ano do ensino médio.

Portanto, fica evidenciado que por ano escolar, quase a totalidade dos alunos fazem uso da rede.

No que tange à cor/etnia do entrevistado, verificamos que a rede está em uso nas três categorias usadas (branco, preto e pardo). O universo de entrevistas válidas diminuiu bastante, pois alguns alunos optaram por não responder a questão. Somente dois casos afirmaram não usar a rede, sendo um aluno branco e outro aluno pardo.

Por fim, foi analisado o acesso da internet a partir das categorias de renda criadas na pesquisa. Este dado nos demonstrou que o acesso é uma realidade para todas as categorias desde menos de um salário mínimo a quem percebe como renda familiar até 7,5 SM.

Tais variáveis demonstram que a internet é uma realidade na vida de todos os estudantes, pois independente dos recortes feitos, a rede é mais usada do que não usada. Tal ponto indica que a web é uma mídia presente para os alunos e que pode ser utilizada com o potencial de informar e tornar os jovens de agora cidadãos mais participativos no futuro.

Mas para entender tal ponto é necessário saber qual o tempo de exposição dos estudantes à rede. Os alunos foram perguntados sobre quantas vezes acessam a rede durante a semana e neste acesso quanto tempo ficam “navegando” na internet.

No que diz respeito à quantidade de vezes que a rede é acessada por semana, os alunos afirmam acessarem mais vezes que as alunas. Enquanto 11,7% e 22,1% dos estudantes do sexo masculino afirmam usar a internet por “mais de duas vezes por semana, mas menos de uma semana” e “por todos os dias”, respectivamente; esta porcentagem cai para 9,1% e 16,9% entre as meninas. Tal dado aponta que a rede é usada com mais frequência pelos alunos do que pelas alunas. Nos índices mais baixos de acesso, como “uma vez por semana”, somente 2,6% dos meninos responderam sim para esta opção, enquanto 13% das alunas afirmaram fazer uso da rede nesta mesma quantidade de vezes. Tal fato parece indicar que a rede é vista como um espaço público, sendo autorizado o uso para o sexo masculino e vedado para o sexo feminino.

Observando o fato a luz do tempo que é acessada a rede, durante este período de acesso, verifica-se que não há grandes diferenças entre os meninos e as meninas.

Enquanto 19,7% dos alunos afirmam usar a web por mais de três horas, quando acessam, a porcentagem vai para 15,8% entre as alunas. Portanto, a diferença entre o tempo de “navegação” na rede não é tão alto entre os estudantes pelo recorte de gênero.

Propomos a análise a partir da faixa etária, para observar se as disparidades são maiores que pelo recorte de gênero. Analisando as respostas pelo recorte etário, verifica-se que o maior número de acessos se encontra na faixa dos quinze, dezesseis e dezessete anos. Nestas três faixas, 10,4% dos estudantes com quinze anos acessam todos os dias a rede. Com dezesseis anos esta porcentagem vai para 15,6% e com dezessete encontra-se em 9,1%.

A idade de dezesseis anos é o período em que eles mais acessam a rede todos os dias, dentro do universo analisado e é a faixa etária na qual eles mais tempo ficam “navegando”. Separando somente as idades em que eles mais acessam a rede, os alunos com dezesseis anos se constituem no dobro em tempo de acesso. Enquanto os estudantes com quinze e dezessete usam a internet por mais de três horas nas porcentagens de 6,6% e 7,9%, respectivamente, os alunos que afirmaram estar com dezesseis anos e usarem a rede por mais de três horas está em 15,8%, um número que em termos absolutos é o dobro de cada uma das faixas etárias supracitadas.

Separados pela série em que os estudantes estão, verifica-se que o primeiro ano concentra os que mais acessam todos os dias e os que acessam somente uma vez por semana. Tais períodos estão divididos em 15,6% e 13%, respectivamente. Já o segundo ano apresenta um empate entre os que acessam todos os dias e mais de duas vezes, mas menos de uma semana. Os valores são 10,4% em ambos os casos. O terceiro ano encontra-se concentrado em todos os dias com 13%.

Assim como as variáveis anteriores, observamos o tempo que os estudantes acessavam, quando usavam a rede. Em todas as séries, a concentração dos dados estava entre uma e duas horas e mais de três horas, sendo que somente no terceiro ano o valor da segunda opção era maior que da primeira, mas com pouca diferença de porcentagem para o acesso por mais de três horas. Respectivamente, os dados estavam distribuídos no terceiro ano em 7,9% para a resposta entre uma e duas horas e 11,8% para mais de três horas.

Analisando a cor do entrevistado e a quantidade de vezes que a rede é acessada por semana, percebe-se novamente a desigualdade de acesso para pessoas de cor não-branca. Brancos afirmaram acessar todos os dias em 28,1% dos casos e 9,4% para mais de duas vezes, mas menos de uma semana. Para pretos, nestas mesmas categorias, os valores diminuem para 6,3% para a primeira categoria e 14,1% para a segunda. Já a maioria dos pardos, que são 7,8%, afirmam acessar a rede somente nos fins de semana, o segundo maior índice é de 6,3% para todos os dias. Novamente torna-se evidente que para as pessoas que são autodenominam brancas a possibilidade de acessar a rede, o que não se constitui como uma forma de acessar informação, é bem maior, portanto a possibilidade de adquirir uma prática mais frequente de participação política, caso a rede seja usada para este fim, é maior.

O tempo de acesso só vem corroborar esta desigualdade. Enquanto os pardos acessam em sua maioria (10,9%) a rede entre uma e duas horas e pretos estão em 20,3% nestas categorias, os brancos acessam mais de três horas, quando acessam a rede em 28,1%. Mesmo se analisarmos o dado de entre uma e duas horas para brancos o valor é de 17,2% bem menos que pretos e um pouco maior que pardos. O valor em termos absolutos é de quatro casos a mais para brancos que pardos, o que é um reflexo de trinta e quatro alunos se autodenominarem brancos contra catorze afirmarem ser pardos.

Acessar a rede todos os dias se constitui em um privilégio, quando consideramos o viés da renda para a análise deste ponto. Para o entrevistado que afirmou ter renda familiar de menos de 1 SM, estes afirmaram que acessam só nos finais de semana. O grupo classificado entre 1 e 2 salários mínimos tem a maior frequência de acessos à rede durante os finais de semana e mais de duas vezes, mas menos de uma semana. Nestes índices a porcentagem de acesso fica em 10,9%. No grupo de 2 a 3 SM, há um novo empate entre as opções duas vezes por semanas e mais de duas vezes, mas menos de uma semana, onde o valor de ambas é de 6,5%. A partir de 3 a 7,5 SM o tempo de acesso semanal aumenta para todos os dias nas três categorias seguintes, de 3 a 4 SM, 4 a 5 SM e 5,5 a 7,5 SM há um empate de 10,9% nos três níveis, onde o acesso é de todos os dias da semana.

Assim como no acesso à internet, a renda interfere no tempo que o entrevistado fica conectado ao acessar a rede. Quanto mais baixo o rendimento percebido pela

família, menor é o tempo que se fica conectado. Os alunos que declararam a renda familiar de menos de 1 SM até 2 a 3 SM estão concentrados no espaço de tempo entre uma e duas horas de conexão. Nestes grupos os estudantes que afirmaram usar a rede por mais de três horas quando conectam estão distribuídos em 4,3% de 1 a 2 SM e 2,2% de 2 a 3 SM. Já os grupos de 3 SM até 7,5 SM concentram a maior frequência de tempo de conexão em mais de três horas e o período de acesso entre uma e duas horas vai decaindo à medida que a renda vai aumentando.

Os dados analisados demonstram que a rede é uma realidade para todos os grupos de estudantes. Há alguns casos em que a desigualdade de acesso é existente, mas de forma geral os jovens, em sua maioria, acessam a rede e buscam alguma coisa neste acessar. Os debates que se seguem discutem o que estes alunos acessam na rede e se participam de discussões virtuais de assuntos voltados para questões sociais. Assim como foi feito com as demais variáveis, foram levantados os dados e desmembrados por gênero, idade, ano escolar, cor/etnia e renda.

Para entender o que era mais acessado entre os estudantes foi proposto que eles escolhessem entre as opções oferecidas, quais páginas eles mais tinham o hábito de acessar. Os alunos deveriam escolher três opções entre nove opções. As alternativas foram separadas entre acessos comuns como e-mail, notícias, material escolar, redes sociais, páginas de comunicação virtual (msn, googletalk, entre outras) e páginas de assuntos sobre política como sites de partidos políticos, movimentos sociais e ONGs, legislativos e executivos das três esferas de governo. Por fim, eles também responderam a questão sobre o interesse em participar de fóruns de discussão sobre questões políticas, econômicas e sociais na rede.

A análise foi iniciada a partir do recorte de gênero. Dividindo por esta variável verifica-se que os maiores acessos são voltados para pesquisa de material escolar, para o uso das redes sociais e para a comunicação virtual proporcionada pelo msn, googletalk e outras páginas que permitam este tipo de comunicação.

Nas três opções apontadas, independente do gênero do estudante elas são as mais acessadas. O total de alunos que afirmaram usar a internet com a finalidade de pesquisa de material escolar totalizou 79,5% de todos os estudantes, o que, separando entre meninos e meninas, apresentava 33,3% e 46,2%, respectivamente. A diferença foi de

13% entre ambos, pois o universo de entrevistadas era de quarenta e duas alunas para trinta e seis alunos.

No caso das páginas de comunicação virtual evidencia-se um distanciamento menor entre meninos e meninas. Dos 71,8% de estudantes que afirmaram usar a rede para comunicação virtual, 34,6% era estudantes do sexo masculino e 37,2%, do sexo feminino. O pouco distanciamento repetiu-se no acesso a redes sociais, pois enquanto 28,2% dos alunos positivaram esta opção, 30,8% das alunas também informaram usar a internet para este fim.

Em quarto e quinto lugares, no recorte de gênero, ficaram o acesso ao e-mail e às notícias. Os alunos afirmaram usar o e-mail em 21,8% dos casos, enquanto as meninas responderam positivamente em 24,4% das entrevistas. Tais resultados totalizaram 46,2% de acessos ao e-mail. No caso das notícias, estas foram buscadas por 20,5% dos estudantes e por 11,5% das alunas, representando 32,1% dos acessos à web.

Agrupando as perguntas sobre assuntos políticos e a participação de fóruns virtuais sobre questões políticas, sociais e econômicas evidencia-se o desinteresse dos jovens quanto a esta temática. Somando todos os resultados apresentados nas perguntas sobre a visitação a sites de partidos políticos (0% de meninos e meninas), de movimentos sociais e ONGs (um caso entre os alunos do sexo masculino), dos executivos federal, estadual e municipal (mesmo um caso anteriormente citado), dos legislativos das mesmas três esferas (dois casos entre os meninos) e da participação de fóruns virtuais (um caso nos meninos e dois entre as meninas), aqueles não totalizam 10% das respostas, sendo que o acesso a páginas de partidos políticos não foi respondida por nenhum estudante. Verifica-se, portanto, que o gênero não altera o desinteresse por assuntos políticos e a pouca busca por este tema na rede é comum em ambos os casos.

Os resultados apresentados no recorte de gênero, como já foram vistos anteriormente, não se diferenciam muito nas outras variáveis independentes selecionadas para a análise do interesse por assuntos políticos e do acesso à internet. Nos casos analisados a seguir é bem possível que não haja muita diferença quanto à busca de informação na rede e a participação de debates virtuais, o que pode vir a

ocorrer é a concentração destes poucos interessados pela temática política e participativos de debates estarem agrupados em uma determinada categoria.

Analisado o tipo de acesso por faixa etária, verificamos que este se concentra na pesquisa por material escolar, nas redes sociais e nas páginas de comunicação virtual. No caso do acesso em busca de material escolar, os resultados apresentaram que 79,5% dos entrevistados positivaram esta opção, os maiores índices por faixa etária estão nos dezesseis e dezessete anos de idade, onde 28,2% e 26,9%, respectivamente, dos entrevistados utilizam a www para esta finalidade. É importante lembrar que estes grupos apresentam vinte e nove e vinte e dois alunos de um universo de setenta e oito entrevistas válidas.

No caso das páginas de comunicação virtual e de redes sociais, a porcentagem está em 71,8% e 59%, respectivamente. Em ambos os casos, a frequência maior de acesso a este tipo de página está novamente nos dezesseis e dezessete anos de idade. Nas páginas de comunicação virtual este resultado distribui-se em 28,2% para os entrevistados com dezesseis anos e 19,2% para aqueles que têm dezessete anos. Nas redes sociais esta diferença diminui para 1,3% entre os entrevistados com dezesseis e dezessete anos, sendo que, respectivamente, 21,8% afirmam acessar as redes sociais, contra 20,5%.

E-mail e notícias encontram-se em quarto e quinto lugares na quantidade de visitas na web, onde o e-mail é acessado por 46,2% dos estudantes, sendo que novamente as idades de dezesseis e dezessete anos estão destacadas. 16,7% dos estudantes que afirmam usar a internet para acessar o e-mail têm dezesseis anos, contra 12,8% que estão com dezessete anos. No caso das notícias há um empate entre os estudantes com quinze, dezesseis e dezessete anos, todos apresentam 9% de acesso a notícias. As páginas sobre partidos políticos, movimentos sociais e ONGs, executivos e legislativos das três esferas e os fóruns virtuais são acessados por estudantes na faixa etária dos dezesseis e dezessete anos, sendo que um dos estudantes que afirma acessar o fóruns virtuais apresenta quinze anos de idade, os outros dois estão distribuídos aos dezessete e aos dezoito anos.

No que tange ao ano escolar e o acesso, o primeiro ano se constitui na série em que se mais acessa a internet, no entanto é necessário lembrar que é o ano letivo em que

há mais estudantes. As três opções mais escolhidas pelos estudantes (material para pesquisa escolar, páginas de comunicação virtual e redes sociais) estão concentradas no primeiro ano como as mais acessadas. Das demais opções, a que chama atenção são as participações de fóruns virtuais. Dos três casos registrados nos questionários, dois estão no terceiro ano, o que pode apontar que quanto mais avançam na escolaridade, maior é o interesse pelos temas políticos.

Ao aplicarmos a cor/etnia autodeclarada pelos entrevistados, passamos a lidar com um universo menor de entrevistas válidas, uma vez que alguns alunos não responderam a pergunta sobre a sua etnia. Assim como nas outras categorias escolhidas para analisar o que é acessado na rede, as páginas mais acessadas pelo recorte de cor também foram os materiais para pesquisa escolar, as páginas de comunicação virtual e as redes sociais. A diferença foram as porcentagens serem maiores neste recorte. As páginas voltadas para pesquisa escolar foram marcadas por 84,6% dos estudantes. Msn e googletalk ficaram com 76,9% das respostas, sendo a segunda mais votada. Por fim, a terceira colocada foram as redes sociais com 61,5% das respostas positivas.

Nestes três itens mais votados, verifica-se que a desigualdade gerada a partir da cor/etnia é muito forte, pois em todas estas respostas os alunos que se autodenominaram como brancos possuem maior acesso. É claro que o número de estudantes que responderam ser brancos é maior que pretos e pardos, mas, mesmo com esta justificativa a distância entre as porcentagens é muito alta.

No caso da primeira colocada (a pesquisa de materiais escolares), enquanto pardos responderam positivamente em 18,5% e pretos, em 23,1%, o índice de brancos que usam a internet para este fim é de 43,1%, ou seja, 20% a mais que o segundo colocado. Nas páginas de comunicação virtual, 41,5% dos alunos brancos afirmaram usar a rede com esta finalidade. No caso de pretos este número cai para 23,1% e de pardos diminui ainda para 12,3%.

Nas redes sociais os números não são muito diferentes, e assim como no caso das pesquisas de material escolar os alunos brancos abrem 20% a mais que os estudantes autodenominados pretos. Alunos brancos que afirmaram usar a www para acessar as redes sociais totalizam 35,4%, enquanto pretos, 15,4%. No caso de alunos pardos a porcentagem está em 10,8%.

A situação de desigualdade de acesso para pretos e pardos se estende para as demais respostas. No caso do uso da web para acessar o e-mail somente 7,7% dos alunos pretos fazem este uso, o número sobe para 12,3% no caso de pardos. Já os alunos de cor branca afirmaram usar a rede para acessar e-mail em um total de 26,2%. A situação não é muito diferente no acesso às notícias via internet. Estudantes brancos responderam que acessam a rede para ver notícias em 16,9% dos casos, contra 4,6% de pretos e 9,2% de pardos.

Nas outras respostas encontramos somente alunos brancos respondendo afirmativamente sobre o acesso. Portanto, os acessos a páginas de movimentos sociais e ONGs, executivos e legislativos federais, estaduais e municipais e a participação em fóruns virtuais só foram praticados por alunos que se autodenominaram brancos. Tal fato aponta para a desigualdade que ainda existe na sociedade brasileira e o quanto isto influencia no participar da construção da sociedade e mesmo do se informar sobre o que acontece e como funciona a democracia e o mundo da política. Mesmo no caso da web, que permite um anonimato maior do participante, este espaço presencia esta desigualdade étnica.

Por fim, averiguamos a questão da renda familiar e do que é acessado na rede. Após esta exposição podemos concluir sobre a hipótese que foi levantada no começo da pesquisa e avaliada a partir dos dados coletados. Como já observamos em testes anteriores, a renda é desconhecida por uma grande parte dos entrevistados, sendo que o universo de questionários válidos cai para quarenta e oito. No entanto, verificamos que as três opções mais recorrentes entre os entrevistados se repete no caso da renda, apesar do decréscimo no número válido de entrevistas.

Assim como nas outras categorias, as pesquisas escolares, o acesso a páginas de comunicação virtual e as redes sociais despontam como os três itens mais votados entre os entrevistados. A pesquisa escolar foi indicada como o principal motivo por 81,3% dos estudantes. A positividade a esta opção estava presente em todas as faixas de renda familiar, desde os estudantes que afirmaram ter renda familiar de menos de 1 SM até aqueles que declararam de 5,5 a 7,5 SM. O resultado não espanta, pois além dos entrevistados serem estudantes, a maioria dos professores da escola, conforme relatado pelos alunos, incentiva a pesquisa na internet.

As páginas de comunicação virtual e as redes sociais apresentaram, respectivamente, 77,1% e 66,7%. A peculiaridade quanto a estes dados é quanto ao uso nas faixas de renda: somente na faixa de renda mais baixa (menos de 1 SM) que ambas as páginas não são acessadas, do contrário em todas as outras faixas de renda as páginas de comunicação virtual e as redes sociais são usadas pela maioria dos estudantes.

Em quarto e quinto lugar, com 43,8% e 31,3%, novamente temos o e-mail e as notícias. Considerando as faixas de rendimentos, o e-mail não é tão utilizado. Seu uso está mais concentrado nas faixas de 4 a 5 SM e de 5,5 a 7,5 SM, momentos em que a quantidade de usuários supera a de não usuários. Novamente no grupo de menos de 1 SM o e-mail não é usado por nenhum dos dois estudantes que afirmaram ter este rendimento familiar.

No que tange às notícias, elas são mais acessadas do que não acessadas no grupo mais alto de rendimentos (5,5 a 7,5 SM). Nos demais casos, os alunos declararam que não acessam com tanta frequência as notícias por este veículo, sendo que a quantidade de alunos que não acessam é maior em todas as outras faixas de renda familiar.

As demais opções oferecidas aos estudantes apresentaram respostas positivas em somente algumas das faixas de rendimento. No caso dos sites de partidos políticos, eles não são acessados por nenhuma das faixas de rendimento. Quanto a páginas de movimentos sociais e ONGs, somente um estudante pertencente da faixa de 1 a 2 SM referiu acessar tal conteúdo. Para os sites dos executivos federais, estaduais e municipais, só um aluno afirmou acessar este material, ele pertence à faixa de 4 a 5 SM, como renda familiar. No caso dos legislativos das três esferas, dois entrevistados responderam visitar estes sites, um pertence ao grupo de 4 a 5 SM e o outro, de 5,5 a 7,5 SM. Finalmente, sobre a participação de fóruns virtuais, novamente, só um estudante, pertencente à faixa de 3 a 4 SM, respondeu acessar este tipo de conteúdo na web.

Todos os dados até aqui avaliados nos permitem afirmar que, considerando as variáveis gênero, idade, ano escolar, etnia e renda, não há diferença quanto ao interesse por política e o que é acessado na rede. Portanto, as variáveis independentes selecionadas para analisar estas questões pouca influência exercem sobre um maior ou menor interesse pelas questões políticas e quanto ao uso da internet como um mecanismo de comunicação e informação de amplo alcance, capaz de colaborar na

constituição de uma sociedade mais participativa e de cidadãos com atitudes mais republicanas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa apresentada nas páginas anteriores propôs uma discussão sobre a cultura política, a socialização política disponível aos estudantes do município de Rio Pardo e uso da internet como mecanismo de comunicação e informação adotado por estes mesmos estudantes. A proposta de análise buscou estabelecer um diálogo com o novo modelo de sociedade que vem se desenvolvendo a partir da estruturação do paradigma da sociedade da informação, a forma de socialização disponível aos estudantes e as práticas democráticas da sociedade.

Objetivou-se analisar como estes jovens quanto ao seu perfil demográfico e os acessos aos sites da internet e o seu recorte por gênero, idade, ano escolar, etnia e renda influenciavam no interesse por assuntos políticos e pela busca de tais informações na rede. Usando-se dos métodos quantitativos e qualitativos, entrevistaram-se oitenta e um alunos que compõem o ensino médio da Escola Fortaleza em Rio Pardo. As observações que se seguem vêm para ressaltar o que foi achado e apresentar as novas possibilidades de pesquisa abertas a partir do trabalho exposto.

Partiu-se do debate a cerca da sociedade da informação. Observa-se que esta se encontra com mais ou menos quarenta anos, desde o surgimento da web como um mecanismo usado para a comunicação de caráter estratégico-militar nos Estados Unidos, como é discutido por Castells. Este modelo social internacional como a influenciar a sociedade brasileira a partir da abertura para tecnologia externa no fim dos governos militares da década de oitenta, acentuando-se no começo da década de noventa com o então presidente Fernando Collor. O ingresso desta tecnologia traz em sua bagagem a implementação dos amargos remédios neoliberais pós-consenso de Washington. A partir de então o Brasil e todo o continente latino-americano passa ser palco de diversas incertezas e crises de caráter nas esferas econômicas, políticas e sociais.

Tal cenário agrega-se a uma cultura política pouco participativa, alimentando ainda mais as práticas pouco republicanas dos cidadãos brasileiros. Verifica-se a consolidação de um modelo híbrido de cultura política caracterizado por um descompasso entre as dimensões atitudinais e os comportamentais dos cidadãos. Como

pode ser vistos nos dados apresentados no capítulo anterior, os estudantes refletem a crença comum aos cidadãos brasileiros. Eles têm por atitude acreditar que a sua participação na vida da cidade e na vida escolar é importante, mas raramente transpõem esta atitude em comportamentos participativos.

Baquero, Schmidt e Nazzari desenham um círculo vicioso em nosso sistema político, onde o pouco interesse em participar advém de uma experiência que demonstra não adiantar a existência de práticas cidadãs, pois o mundo da política coloca-se como algo distante e complicado para a participação dos cidadãos de uma forma geral. Para eles, uma proposta de solução para reconstruir práticas políticas republicanas seria via a consolidação de confianças interpessoais e institucionais (capital social).

Fruto das incertezas que vivenciamos na sociedade, a socialização política disponível prima pelo pouco interesse em criar cidadãos participativos. Mesmo que na maior parte da primeira década do séc. XXI estamos assistindo governos que sugerem a ampliação de práticas republicanas, o cotidiano do aprendizado sobre o mundo da política ainda está alicerçado em comportamentos pouco ou nada participativos, onde esperamos que as soluções surjam do nada.

Como já foi falado ao longo do texto, esta crença descrita alimenta um estilo de socialização política pouco participativa para as gerações mais novas. O papel realizado pelas gerações mais maduras de ensinar os futuros cidadãos a participarem na verdade não ocorre, ou quando ocorre traz um posicionamento pouco reativo a comportamentos não republicanos. Cada vez mais os jovens são socializados em um modelo que aponta para a pouca importância de participar do sistema político como um cidadão ativo. No entanto, destes mesmos jovens, que não são bem treinados para lidar com a política, ou aprendem que ela não é um espaço aberto à participação, as gerações maduras cobram um posicionamento quanto ao mundo que estão herdando. Desenvolve-se uma visão de que a juventude em formação serão os grandes protagonistas do futuro quando adultos, sendo capazes de realizar feitos inimagináveis para a geração madura atual.

Tal posicionamento elaborado pela geração responsável pela socialização dos jovens constitui-se na visão branca acerca da juventude, uma vez que eles são pensados como aqueles que farão o que seus pais não conseguiram fazer. Nesta relação surge também o contato que é tido com os meios de comunicação como uma forma de

estruturar a organização política, permitindo a desterritorialização da informação e abrindo novas possibilidades de participação no mundo da política. Vemos que a sociedade da informação está presente na juventude e pode ser usada para fins políticos, no entanto é notável que a rede não tenha esta finalidade clara, uma vez que para acessar informações políticas, precisamos necessariamente desenvolver práticas que levem ao real interesse por assuntos políticos.

Assim, observa-se que a relação quanto ao acesso de informação política na internet necessariamente depende de uma socialização política que se proponha criar um espírito participativo nos estudantes. Os dados nos mostram que os jovens não estão preocupados com as questões políticas (ou não são preparados para pensar estas questões) e a rede ainda não é usada para fins políticos pelos estudantes³⁹. Como foi visto pelos recortes de gênero, idade, ano escolar, etnia e renda, o interesse dos jovens por questões políticas é baixo e o acesso a sites de instituições clássicas da democracia como o executivo e o legislativo das três esferas, sites de partidos políticos e de movimentos sociais e ONGs não é frequente.

Portanto, o discurso da internet como algo revolucionário no mundo da política como foi aventado em alguns momentos por Gomes (2005) precisa ser visto com mais cautela. Fica evidente o outro lado da moeda também demonstrado pelo autor, onde a cultura política se constitui no eixo importante da relação entre participação, práticas democráticas, busca por informação e acesso à rede.

Independente do recorte feito junto aos entrevistados, os alunos apresentam comportamentos pouco afeitos à democracia e a busca por informação política na rede. Os dados analisados a cerca do modelo de socialização experimentado pelos estudantes demonstram que a hipótese da escassez (INGLEHART, 1997) é frequente entre os entrevistados. Tal formação impacta como é usada a rede e como a cultura política é estruturada entre os jovens.

Devido ao teste proposto na primeira hipótese, verifica-se que separar os estudantes por gênero, idade, ano escolar, cor/etnia e renda pouco impacto gera na

³⁹ É importante chamar a atenção que a rede também não oferece muitos atrativos para a participação política. Se nos detivermos a observar os sites, é notável a quantidade de links que remetem a redes sociais e páginas de comunicação virtual, prática que não é a mesma com páginas de interesse público ou para fóruns de debates virtuais.

forma como eles se relacionam com o interesse por política e quais seus hábitos de acesso na rede. Tais vieses demonstram que o desinteresse pela política não é um privilégio de meninos ou meninas, de mais jovens ou mais velhos, de estudantes em diferentes anos escolares, de brancos, pretos ou pardos ou mesmo de categorias de renda diferenciadas. O fato é que as pessoas encontram-se distantes do mundo da política seja por desconhecimento, seja porque não querem participar, a partir do mito de que o posicionamento apolítico é a melhor opção.

Assim, o acesso à temática política na rede encontra-se em baixa, pois se os usuários da rede não buscam a política em um mundo off-line, não será somente a rede capaz de alterar esta visão. Como Castells chama atenção a rede é constituída por pessoas, portanto, se elas não se interessam por assuntos públicos a internet sozinha é incapaz de tornar os cidadãos mais participativos.

Não propomos esgotar a pesquisa, mas, sim, abrir mais uma seara no debate sobre as práticas cidadãs, a democracia e o acesso à informação. Se as hipóteses não foram comprovadas em sua totalidade, não temos a solução para o problema, mas ao menos se sabe o que não resolve a situação. Como lacunas para a solução da questão da participação política, do desenvolvimento de comportamentos afeitos à democracia, da socialização política e da rede, afirmamos que alguns recortes ficaram para trás na pesquisa. Não que eles sejam menos importantes, mas por não serem o central no debate proposto. Convém observar em pesquisas posteriores a visão da geração madura, como pais e professores em comparação a nova geração sobre as dimensões tomadas pela sociedade da informação e o quanto isto cria novas formas de participação.

Dimensionar outros meios de comunicação comparados a internet e o discurso feito por estes veículos no desenvolvimento, ampliação e consolidação de atitudes e comportamentos afeitos à democracia. Inverter a relação proposta na pesquisa, se a socialização política impacta a forma como é acessada a rede, expuser as pessoas a determinados sites pode impactar a forma de ver o mundo. O campo está aberto, em constante mudança e precisa ser dimensionado e analisado por todas teóricas das ciências sócias, estabelecer canais de comunicação entre cientistas políticos, sociólogos, antropólogos, filósofos e analistas da comunicação social é um desafio que está posto

para uma análise integrada da cultura política, da socialização política e da internet como mecanismo de comunicação e informação política, estratégica e social.

REFERÊNCIAS

ALMOND, G.; COLEMAN, J. (Coord.). **A política das áreas em desenvolvimento**. Rio de Janeiro: F. Bastos, 1969.

ALMOND, G.; VERBA, S. **The Civic Culture: political attitudes and democracy in five nations**. Nova York: Sage, 1963.

BABBIE, Earl. **Métodos de Pesquisa de Survey**. Belo Horizonte. Editora UFMG. 2003.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor. 1999.

_____. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor. 2001.

_____. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor. 1998.

BAQUERO, Marcelo. **A pesquisa quantitativa nas Ciências Sociais**. Porto Alegre. Editora da UFRGS. 2009.

_____. Democracia formal, cultura política informal e capital social no Brasil. In: **Opinião pública**. Campinas. Vol. 14, nº. 2 (nov. 2008). P. 381-413. 2008a.

_____. Educando para formar a democracia. Educando para a democracia: valores democráticos partilhados por jovens porto-alegrenses. In: **Ciências sociais em perspectiva**. Cascavel, PR Vol. 6, n. 11 (2007). P. 139-153. 2007a.

_____. Capital social e empoderamento no desenvolvimento social: um estudo com jovens. In: **Sociedade em debate**. Pelotas Vol. 12, n. 3 (jul./dez. 2007). P. 47-64. 2007b.

_____. **Democracia e desigualdades na América Latina: novas perspectivas**. 1ª Edição. Porto Alegre. Editora da UFRGS. 2007c.

_____. **A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina**. 1ª Edição. Porto Alegre. Editora da UFRGS. 2000.

BAQUERO, Marcelo; BAQUERO, Rute Vivian Ângelo. Nova geração, nova política? O papel do capital social na formação cidadã dos jovens. In: **Ciências sociais em perspectiva**. Cascavel, PR Vol. 4, n. 6 (2005). P. 131-146. 2005.

BAQUERO, Marcelo; CUNHA, Patrícia. Desconstruindo a cultura política juvenil no Brasil. In: BAQUERO, Rute Vivian Ângelo (org.). **Agenda jovem: o jovem na agenda**. Ijuí. Editora Unijuí. 2008.

BAQUERO, Rute Vivian Ângelo. Jovens e participação sócio-política – em que paradigma de participação suas ações se inserem? In: BAQUERO, Rute Vivian Ângelo (org.). **Agenda jovem: o jovem na agenda**. Ijuí. Editora Unijuí. 2008

BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro. Editora Marco Zero Limitada. 1983.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 5ª Ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2004

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2003a

_____. **A sociedade em rede**. 7ª Ed. São Paulo: Paz e Terra. 2003b.

_____. **O poder da identidade**. 2ª Ed. São Paulo. Paz e Terra. 2000.

CORPORACIÓN LATINOBAROMETRO. Informe 2008. Disponível em: www.latinobarometro.org. Santiago de Chile. Novembro de 2008.

CORPORACIÓN LATINOBAROMETRO. Informe 2010. Disponível em: www.latinobarometro.org. Santiago de Chile. Novembro de 2010.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. 6ª Ed. Rio de Janeiro. Rocco. 1997a.

_____. **A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. 5ª Ed. Rio de Janeiro. Rocco. 1997b.

_____. **O que faz o Brasil, Brasil?** 7ª Ed. Rio de Janeiro. Rocco. 1994

DURKHEIM, Emile. **Educação e Sociologia**. São Paulo. Melhoramentos. 1973.

ESTEVEVES, Luiz Carlos Gil e ABRAMOVAY, Miriam. Juventude, juventudes: pelos outros e por elas mesmas. In: ABRAMOVAY, Miriam, ANDRADE, Eliane R. e ESTEVEVES, Luiz Carlos Gil. **Juventude: outros olhares sobre a diversidade**. Coleção Educação Para Todos. Secretaria-geral da Presidência da República. Secretaria Nacional da Juventude. Ministério da Educação. Brasil. 2009.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 3ª Ed. São Paulo. Revisada. Globo. 2008.

GOMES, Wilson. Democracia digital: que democracia? **Compólitica 2007**. Belo Horizonte. Minas Gerais. <http://www.fafich.ufmg.br/compolitica/anais2007.html>. Acessado em: 01 fev. 2011.

_____. Internet e participação política em sociedades democráticas. **Revista Famecos**. Porto Alegre. Nº 27. Agosto de 2005a.

_____. A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política. In: **Revista Fronteiras – estudos midiáticos**. Unisinos. São Leopoldo. Setembro/Dezembro. 2005b.

HABERMAS, Jürgen. **The structural transformation of the public sphere: an inquiry into a category of bourgeois society**. Massachusetts. 1996.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26ª Ed. São Paulo. 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD 2005). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acessado em: 01 fev. 2011

INGLEHART, Ronald. How solid is mass support for democracy: and how can we measure it? **Political Science and Politics**. Vol. 36, nº 1, p. 51-57. 2003.

_____. **Modernization and Postmodernization. Cultural, Economic and Political Change in 43 societies**. Princeton. Princeton Press. 1997.

LAYTANO, D. **Guia histórico de Rio Pardo**. Editora Sulina. Porto Alegre. 1971.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo. Editora 34. 2008.

_____. **O que é o virtual?** São Paulo. Editora 34. 1998.

MAIA, Rousiley C. M. Democracia e a internet como esfera pública virtual: aproximando as condições do discurso e da deliberação. **Congresso Internacional “Internet, Democracia e Bens Público”**. http://svn2.assembla.com/svn/projeto_pri/artigos/Rousiley2001.pdf. Acessado em: 01 fev. 2011.

MAFESOLLI, Michel. A comunicação sem fim (teoria pós-moderna da comunicação). In: MARTINS, Francisco Menezes e SILVA, Juremir Machado da (orgs). **A genealogia do virtual: comunicação, cultura e tecnologias do imaginário**. Porto Alegre. Sulina. p. 20-32. 2004.

MARGULIS, Mario; URRESTI, Marcelo. La juventud es más que una palabra. In: MARGULIS, Mario. **La juventud es más que una palabra**. Buenos Aires: Biblios. p. 13-30. 2000.

MOISÉS, José Álvaro. **Democracia e confiança: por que os brasileiros desconfiam das instituições?** São Paulo. EDUSP. 2010.

_____. **Cultura e democracia**. Rio de Janeiro. Edições Fundo Nacional de Cultura. 2001.

_____. **Os brasileiros e a democracia: bases sócio-políticas da legitimidade democrática**. São Paulo. Ática. 1995.

MONTESQUIEU, Charles de Secondat, Baron de. **O espírito das leis**. 3ª Ed. São Paulo. Martins Fontes. 2005.

NAZZARI, Rosana K. **Juventude Brasileira: Capital Social, Cultura e Socialização Política**. Cascavel. EDUNIOESTE. 2006.

_____. **Capital Social, cultura e socialização política: a juventude brasileira**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, agosto de 2003.

NOVAES, Regina e VITAL, Christina. **A juventude de hoje: (re)invenções da participação social**. http://bvssp.icict.fiocruz.br/lildbi/docsonline/7/3/737-associando_juventude.pdf#page=108. Acessado em: 01 fev. 2011.

PRÁ, Jussara Reis. Construções de Gênero, Socialização Política e Juventude. **Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología** (27: 2009, ago. 31 - set. 04 : Buenos Aires). Memorias: Latinoamérica Interrogada. Buenos Aires: ALAS, 2009. 1 CD-ROM. 2009a.

_____. Reflexões sobre gênero, juventude e socialização política. In: Matos, Marlise (org.). **Enfoques feministas e os desafios contemporâneos: perspectiva feminista de gênero na política e nas políticas públicas**. Belo Horizonte: FAFICH/DCP. P. 351-372. 2009b.

_____. Internet, um novo ambiente comunicativo e de empoderamento para as mulheres. **Gênero em discurso da mídia**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC. P. 273-302. 2005.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 45ª Ed. São Paulo. Brasiliense. 2002.

PUTNAM, Robert. **Bowling Alone: America's Declining Social Capital**. Journal of Democracy. 6, vol. 1. pp. 65-78. 1995.

REZENDE, M. de Q. **Rio Pardo, história, recordações e lendas**. Editora Sulina. Porto Alegre. 1971.

ROBALLO, José Henrique Machado; MACHADO, Amanda Santos. Orkut: espaço de organização da sociedade civil? **Compólitica 2009**. PUC São Paulo. São Paulo. http://www.compolitica.org/home/?page_id=346. Acessado em: 02 fev. 2011

SAMPAIO, Rafael Cardoso; ROBALLO, José Henrique Machado. A internet como incremento da participação offline: um estudo de diversos orçamentos participativos online. **Congreso Internacional Profundizando La Democracia Como Forma de Vida**. Rosario. Argentina. <http://www.congresorosario2010.com.ar/home/default.asp>. Acessado em: 02 fev. 2011

SANTOS, André Luís do. **Religião e política: socialização e cultura política entre a juventude da Igreja Pentecostal Assembleia de Deus em Porto Alegre – RS**. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Dissertação de mestrado. Porto Alegre. 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. 3ª. Edição. São Paulo. Cortez Editora. 2010

SCHMIDT, João Pedro. Equilíbrio de baixa intensidade: capital social e socialização política dos jovens brasileiros na virada do século. In: BAQUERO JACOME, César Marcelo (org). **Reinventando a Sociedade na América Latina: cultura política, gênero, exclusão e capital social**. Porto Alegre/Brasília. Ed. UFRGS/Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. 2001a.

_____. **Juventude e Política no Brasil: a socialização política nos jovens na virada do milênio**. Santa Cruz do Sul. EDUNISC. 2001b.

_____. **Juventude e Política nos anos 1990: um estudo de socialização política no Brasil**. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre. 2000.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. Juventude, mídias e TIC. In: SPOSITO, Marília Pontes (coord.). **O Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: Educação, Ciências Sociais e Serviço Social (1999 – 2006)**. Belo Horizonte. Argvmentvm Editora. Vol. 2. p. 63-86. 2009.

SOUZA, Ayda Connia de. **Socialização política: a família e a escola na formação das atitudes políticas dos adolescentes de Porto Alegre**. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre. 1983.

SPOSITO, Marília Pontes. A pesquisa sobre jovens na pós-graduação: um balanço da produção discente em Educação, Serviço Social e Ciências Sociais (1999 – 2006). In: SPOSITO, Marília Pontes (coord.). **O Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: Educação, Ciências Sociais e Serviço Social (1999 – 2006)**. Belo Horizonte. Argvmentvm Editora. Vol. 1. p. 17-56. 2009.

VIRILIO, Paul. **A bomba informática**. São Paulo. Estação Liberdade. 1999.

ANEXO A – QUESTIONÁRIO APLICADO A ESCOLA FORTALEZA

QUESTIONÁRIO COLÉGIO FORTALEZA

Questionário nº

- 1) **Sexo:**
 (1) Masculino (2) Feminino
- 2) **Idade:** _____ (anos)
- 3) **Qual série você está?** _____
- 4) **Quantas pessoas moram com você?** _____
- 5) **Você mora com:**
 (1) Seus pais (2) Mãe (3) Pai
 (4) Outros. Quem? _____
- 6) **Qual o grau de instrução da sua mãe?** _____
- 7) **Qual o grau de instrução do seu pai?** _____
- 8) **CASO NÃO MORE COM OS SEUS PAIS, qual é o grau de instrução da pessoa responsável por você?** _____
- 9) **Quem é responsável pelo sustento da família?**
 (1) Mãe (2) Pai
 (3) Ambos (4) Você
 (5) Outros: Quem? _____
- 10) **Quem decide sobre as coisas mais importantes na sua família?**
 (1) Mãe (2) Pai
 (3) Ambos (4) Você
 (5) Todos da família.
- 11) **Você acredita que os seus pais fazem tudo para lhe ajudar?**
 (1) Sim (2) Não
- (8) NS (9) NR
- 12) **Falando sobre participação: Você acredita ser importante participar das decisões da sua cidade?**
 (1) Sim (2) Não
 (8) NS (9) NR
- 13) **E, em relação a escola: Você julga importante a sua opinião na vida escolar?**
 (1) Sim (2) Não
 (8) NS (9) NR
- 14) **Você participa das decisões da escola?**
 (1) Sim (2) Não
 (3) Às vezes (8) NS (9) NR
- 15) **Você costuma participar**
- | | |
|-------------------------|--|
| Associações de bairro | |
| Partidos políticos | |
| Sindicatos | |
| Grêmios estudantil | |
| ONGs | |
| Grupos religiosos | |
| Manifestações populares | |
| Comícios | |
| Abaixo-assinados | |
- 1) Sim 2) Não
 3) Já participou 9) NR.
- 16) **Falando, agora sobre confiança: Você confiaria a um amigo algo de**

muito valor para você (valor sentimental/monetário)?

- (1) Sim (2) Não
(8) NS (9) NR

17) Você acreditaria se um estranho lhe oferecesse uma boa oportunidade de emprego?

- (1) Sim (2) Não
(3) Talvez (8) NS
(9) NR

18) Você confia:

Professores	
Funcionários da escola	
Direção	

- (1) Sim (2) Não
(8) NS (9) NR

19) Quais das instituições abaixo você confia muito, pouco ou não confia:

Congresso Nacional (dep. Fed./senadores)	
Governo Federal (presidente/ministros)	
Assembleia Legislativa (dep. estaduais)	
Governo Estadual (governador/secretários)	
Câmara Municipal (vereadores)	
Governo Municipal (prefeito/secretários)	
Judiciário (juízes/tribunais)	
Partidos Políticos	
Polícia	
Igreja	

Família	
Vizinhos	
Associações Comunitárias	
Sindicatos	
Meios de Comunicação	
Escola	
Grêmios estudantil	

- (1) Confia muito (2) Confia pouco
(3) Não confia (8) NS
(9) NR

20) Você se interessa por assuntos políticos?

- (1) Sim (2) Não
(8) NS (9) NR

21) Você conversa sobre política com os seus familiares?

- (1) Sim (2) Não
(8) NS (9) NR

22) Você conversa sobre política com seus amigos?

- (1) Sim (2) Não
(8) NS (9) NR

23) Você conhece algum desses partidos políticos? (Marque os que você já ouviu falar)

1. () PP 2. () DEM
3. () PTB 4. () PRB
5. () PMDB 6. () PT
7. () PDT 8. () PSDB
9. () PSB 10. () PCB
11. () PV 12. () PC do B
13. () PPS 14. () PSTU

15. () PCO 16. () PSOL
 17. () PSDC () NS
 19. () Outro. Qual? _____

24) Você tem preferência por algum partido político? Qual? _____

25) Quando você ou a palavra “políticos”, o que você lembra? (Marque as que lembrar)

Políticas Públicas	
Agentes Públicos	
Mentira	
Corrupção	
Investimentos em saúde, educação, segurança, entre outros	
Mensalão	
Governo Federal (presidente/ministros)	
Congresso Nacional (Dep. Federais/Senadores)	
Governo Estadual (Governador/secretários)	
Assembleia Legislativa (Dep. Estaduais)	
Governo Municipal (Prefeito/secretários)	
Câmara Municipal (Vereadores)	

26) Você votou nas últimas eleições?

- (1) Sim (2) Não

27) Lembra em quem votou para Deputado Estadual, Deputado

Federal e Senador? (Responda a questão se você respondeu SIM na pergunta 26)

28) Quem influenciou no seu voto?

1. () Campanha veiculada na mídia.
2. () Sua família.
3. () Partido político em que confia.
4. () Política/o em que confia.
5. () Igreja a que pertence.
6. () Sua escola.

29) Marque quais desses grupos você menos tolera.

1. () MST.
2. () Gays.
3. () Negros.
4. () Índios.
5. () Latifundiários
6. () Proprietários de empresas.
7. () Sindicalistas.
8. () Políticos.

30) Quais são as virtudes de um líder? (marque as duas principais opções que você julgar corretas).

1. () Tomar as decisões que julga importante sozinho.
2. () Ouvir os interesses de todos aqueles que fazem parte do seu grupo.
3. () Preocupar-se com si mesmo.
4. () Buscar o bem de todos propondo um consenso nas opiniões divergentes.

31) O que é a democracia para você? (Marque três opções).

1. () Votar e ser votado.
2. () Poder do povo.
3. () É a busca do consenso.
4. () Existência de partidos políticos
5. () Poder fazer o que quiser.
6. () Ter direitos e deveres.
7. () Respeitar as opiniões contrárias.
8. () Participar das decisões.
9. () Não haver pobreza.

32) O que você acha melhor? (Marque somente uma resposta.)

- 1 () Construir as decisões com todos buscando um bem comum.
- 2 () Ter alguém que decida por você para que não se preocupe com isso.

33) Você usa internet?

- (1) Sim. (2) Não
(8)NS. (9) NR.

34) Onde você costuma acessar a internet? (Marque no máximo três opções.)

1. () Casa.
2. () Escola.
3. () Trabalho.
4. () Lan house.
5. () Casa de amigos.

35) Se você tem acesso à internet em casa, escolha qual o tipo de conexão.

- (1) Discada. (2) Banda larga.

36) Quanto tempo você costuma ficar conectado?

- 1 () Nunca.
- 2 () Uma vez por semana.
- 3 () Duas vezes.
- 4 () Só nos finais de semana.
- 5 () Mais de duas vezes, mas menos de uma semana.

- 6 () Todos os dias.

37) Quando você acessa a internet, quanto tempo fica conectado?

- 1 () Menos de uma hora.
- 2 () Uma hora.
- 3 () Entre uma e duas horas.
- 4 () Mais que três horas.

38) O que você mais costuma acessar? (Marque até três opções)

- 1 () E-mail.
- 2 () Notícias.
- 3 () Material para pesquisa escolar.
- 4 () Redes sociais.
- 5 () Páginas de comunicação virtual (MSN, googletalk, entre outras).
- 6 () Sites relacionados a partidos políticos.
- 7 () Sites de movimentos sociais e ONGs.
- 8 () Sites dos Governos Federal, Estadual e Municipal.
- 9 () Sites do Congresso Nacional, Assembleia Legislativa e Câmara de Vereadores.

39) Você participa de fóruns de discussão sobre questões políticas, econômicas e/ou sociais na internet?

- (1) Sim. (2) Não.
(8) NS. (9) NR.

40) Como jovem, você acha importante a sua opinião para as decisões tomadas a sua volta?

- (1) Sim (2) Não.
(8) NS. (9) NR.

41) Quando você ouve a palavra jovem, o que você lembra?

- 1 () Futuro do país.

- 2 () Ser revoltado.
- 3 () Medo de não ter emprego.
- 4 () Ser imortal.
- 5 () Preparação para o futuro.
- 6 () Protagonista da política.

42) Qual a renda mensal da família?

- (8) NS. (9) NR.

43) Quantas pessoas dependem dessa renda? _____

- (8) NS. (9) NR.

44) Qual a sua religião?

_____ (9) NR.

45) Como você define a sua cor ou raça? _____ (9) NR.

Obrigado pela sua disponibilidade em responder as questões.

ANEXO B – QUESTÕES DISCUTIDAS NA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

- 1) O que você acha de participar das decisões políticas?
- 2) Você gosta de viver em sua cidade? Você acha importante colaborar nas questões pertinentes a ela?
- 3) Você confia nas pessoas? Lembra-se de casos em que não deveria confiar?
- 4) O que você pensa dos políticos e da democracia?
- 5) Você acha certo a existência de movimentos sociais? Por que você acha que eles existem?
- 6) Para que você usa a internet?
- 7) O que você acha dos outros meios de comunicação? Eles influenciam na política e na democracia? Você confia neles?